

INTERSECÇÕES

REVISTA DA SECÇÃO REGIONAL DE LISBOA E VALE DO TEJO DA ORDEM DOS ARQUITECTOS
ABR. MAI. JUN. 2026 #7

o1
SR LVT





PELA LENTE DE... MAG RODRIGUES

CONSELHO DIRETIVO REGIONAL DE LISBOA E VALE DO TEJO

Presidente

Pedro João Albino Novo

Vice-presidente

Alexandra Cláudia Rebelo Paio

Vogais

André David Santos Mendes Martins

Bruna Marisa Carreira Reis

Célia Sofia de Almeida Maia

David do Carmo Cachucho

Marco Manuel Lopes da Silva

Mariana Flor e Almeida Antunes Alves

Tiago Pinto Mascarenhas Rebelo de Andrade

Suplentes

Ana Catarina dos Santos Rebelo

Pedro Miguel Pereira Carvalho

Design

Jorge Portugal

Rodrigo Madeira

Redação

Ana Marta Ribeiro

António Henriques

Fátima Coelho | Secção “Biblioteca Keil do Amaral”

Revisão

Pedro Lebre

Execução gráfica: Greca

Impressão e Acabamento

Capa: Inaset plus 300 gramas | Interior: Inaset 120 gramas

Depósito Legal: 535227/24

ISBN: 2976-0771

Publicação trimestral

Tiragem: 2000 exemplares

LinkedIn OASRLVT

Facebook oalvt

Instagram oasrlvt

website ordemdosarquitectos.org/sr_lv+

Os textos e conteúdos publicados são da exclusiva responsabilidade dos/das respetivos/as autores/as, bem como a respetiva ortografia usada.

A Revista é propriedade da Secção Regional de Lisboa e Vale do Tejo da Ordem dos Arquitectos.

© Todos os direitos reservados.

4	Editorial Marco Lopes da Silva, Arquiteto Vogal da OA-SRLVT
6	Aconteceu Agenda da OA-SRLVT
18	Entrevista Frederico Rosa, Presidente da CIM da Península de Setúbal
26	Opinião Bernardo d'Orey Manoel, Arquiteto
30	Prática Profissional Helena Rocha, Jurista da OA-SRLVT
32	Roteiro – Arquitetura e Educação Estabelecimentos escolares da Região de Lisboa e Vale do Tejo
44	Caso de Estudo Ricardo Bak Gordon, Arquiteto
52	Acervos e Espólios – Pancho Guedes Miguel Santiago, Arquiteto
60	Rede Tagus Rede Co-Habitar/Rede Tagus
68	Receção aos Novos Membros'25 Redação
74	Dia Regional do Arquiteto de Lisboa e Vale do Tejo Redação
82	Prémio Ruy d'Athouguia Redação
90	Opinião Os Espacialistas
98	Ensino Jorge Mealha, Arquiteto
108	Funcionários OA-SRLVT Redação
110	Observatório – Formação 2025 André David Martins, Arquiteto Vogal da OA-SRLVT, Catarina Barradas, Serviço de Formação OA-SRLVT
116	Biblioteca Keil do Amaral Fátima Coelho, Bibliotecária
118	Pela lente de... Mag Rodrigues

RECUPERAR A MATRIZ TÉCNICO-CIENTÍFICA DO ENSINO DA ARQUITETURA

Por **MARCO LOPES SILVA**, ARQUITETO | VOGAL DA OA-SRLVT

Fotografia **RAQUEL ROJAS**

A profissão de arquiteto confunde-se com a história da humanidade. É reconhecida e, talvez mais do que nunca, necessária, particularmente aqui no burgo, onde a ignorância abunda e o improvisado é regra. O nosso passado recente está pejado de factos e registos que revelam o padrão de desdém, as sucessivas tentativas de subalternização da arquitetura enquanto disciplina, e factos que explicam boa parte dos problemas que persistem na profissão. Tudo isto, pese embora o papel histórico e indelével dos arquitetos na construção do património edificado de que hoje o país se orgulha e que dele faz bandeira. Importa, porém, não esquecer que abdicámos demasiadas vezes do nosso papel e das nossas responsabilidades para que outros, mais atrevidos e impreparados, o desempenhassem por nós.

Faço este preâmbulo porque não há ensino da arquitetura sem contexto social, económico e, sobretudo, político! No caso português – diferente pela negativa de muitos outros países da Europa evoluída – a arquitetura tem sido reiteradamente destrutada e desconsiderada, sobretudo pela classe política, por norma pouco conhecedora dos meandros da profissão. O equilíbrio só tem sido possível devido ao legado e à importância factual da produção arquitetónica nacional que se projeta e exporta para todos os continentes.

A tardia criação do curso de arquitetura de ensino superior universitário, após queda do Estado Novo reverbera ainda hoje no ensino da arquitetura que, por sua vez, influi na ainda limitada autonomia da profissão. Instituído o curso de ensino superior, o Estado reconheceu a profissão criando em 1978 a Associação dos Arquitectos Portugueses, que passaria a Ordem dos Arquitectos em 1998. Valerá a pena recordar que,

em 1937, o recente – e «compulsivamente» criado pelo Regime – Sindicato dos Arquitectos propõe a criação da Ordem dos Arquitectos, com o objetivo de garantir à arquitetura a sua evidente e necessária autonomia. Proposta que viria a ser negada. A título de curiosidade, os nossos homólogos espanhóis constituíram a sua Ordem em 1929. Em síntese, o ensino superior universitário de arquitetura em Portugal foi travado pelo Estado Novo logo a partir da reforma do ensino em 1932.

Outro problema da profissão – pouco debatido, de resto – resulta da estagnação da estrutura do curso de arquitetura e do seu gradual afastamento da sua histórica matriz técnico-científica, prevalecendo a formação do arquiteto com um forte pendor académico de Belas Artes, com prejuízos evidentes para o seu papel social e político na fileira da construção, em contraciclo com o que foi acontecendo em países como Espanha, Itália, França e Alemanha.

Até à integração efetiva num curso de ensino superior universitário, o que viria a acontecer apenas na reforma geral do ensino das Belas Artes de 1976, o curso de arquitetura, não obstante as sucessivas reformas – mesmo a de 1957 – sofreu atrasos com repercussões sérias e evitáveis na construção das «cidades dos subúrbios». Com um número muito reduzido de arquitetos, outras profissões, nomeadamente a engenharia civil, viram aqui uma possibilidade para crescer e cavalgar na relevância social e política, não obstante a sua total impreparação para dar respostas aos problemas que só a arquitetura poderia resolver. As consequências de tudo isto são as que todos conhecemos. Para lá dos limites da cidade histórica ou consolidada mora a indisciplina urbanística, o «pato-bravismo» e o desapego coletivo pelo contexto urbano.



“Para lá dos limites da cidade histórica ou consolidada mora a indisciplina urbanística, o «pato-bravismo» e o desapego coletivo pelo contexto urbano.”

A arquitetura em Portugal precisa de redefinir com clareza os seus limites, alargando o seu campo de intervenção para abraçar em definitivo a sua matriz técnico-científica em busca da sua autonomia e de recuperar o seu lugar de referência e responsabilidade na fileira da construção e do planeamento do país. Referia Vasco Massapina, e bem, que na cadeia da construção existem 3 funções principais, social e politicamente reconhecidas: a do arquiteto, a do engenheiro e a do construtor. O arquiteto mantém ainda hoje um papel primordial com uma dimensão e relevância excecionais que devemos querer manter e saber desempenhar. Preparar os jovens arquitetos para outras dimensões do projeto e para uma maior presença em obra, de onde nunca se deveriam ter afastado, é prioridade.

No universo mais alargado do ensino, os arquitetos devem projetar edifícios escolares e universitários capazes de dar resposta à criação de condições essenciais para um ensino consequente. Os equipamentos de ensino devem reunir adequadas condições de salubridade, bem-estar, nomeadamente ao nível das acessibilidades, da segurança, da iluminação, da ventilação natural e artificial, da acústica e da térmica. Neste domínio, a arquitetura e os arquitetos portugueses têm estado, como se espera, à altura, projetando as melhores soluções programáticas, construtivas, físicas e espaciais em tudo quanto sejam programas de reabilitação e construção dos equipamentos escolares. Por sua vez, os estudantes de arquitetura devem ter acesso a laboratórios adequados, não apenas para a produção de maquetas mas também, e sobretudo, para que os estudantes conheçam a aplicação prática dos materiais e soluções construtivas e como o seu comportamento físico e químico em contexto real. As faculdades de



arquitetura e os seus edifícios devem refletir o universo de um ensino de exigência e excelência, onde se celebram as dimensões técnica e científica do curso.

A autonomia da profissão dependerá daquilo que formos capazes de fixar como acessório nos atuais cursos de arquitetura, para passar a integrar disciplinas que permitam uma maior autonomia profissional, com maior diversidade nas saídas profissionais. Como resultado teremos uma maior disponibilidade de arquitetos para a indústria, para a investigação, para a construção civil e para o projeto.

A Ordem dos Arquitectos tem um papel fundamental na redefinição do novo modelo de curso, e deve fazê-lo, sensibilizando a tutela para a necessidade da sua revisão como consequência natural do adensar de exigências, responsabilidades sociais e de regulamentação a que os atos próprios estão obrigados. As condições que permitirão aos arquitetos portugueses desempenhar, com rigor e responsabilidade, o papel e a missão que o Estado e a sociedade lhes confiaram passam inevitavelmente pela reestruturação do modelo de formação do arquiteto. Para que tal seja possível, deverá a Ordem dos Arquitectos fazer valer o seu papel de provedora e garante do interesse público dos serviços e do acesso à arquitetura.

COMUNICADO

Normas e procedimentos

do Serviço de Apoio à Prática Profissional da Ordem dos Arquitectos (SAPP-OA)

27 janeiro

COMUNICADO SOBRE PLATAFORMAS ELETRÓNICAS E CONCURSOS

IMPIC / OA-SRLVT

A OA-SRLVT reuniu com o IMPIC devido a queixas sobre dificuldades em procedimentos eletrónicos com impacto na organização dos concursos públicos. Foram partilhados exemplos, com o objetivo de contribuir para soluções que reforcem a transparência, a segurança e a uniformização dos procedimentos. Em comunicado, a OA-SRLVT expôs questões urgentes: a heterogeneidade de metodologias e termos técnicos entre plataformas; o regime de notificações automáticas que induzem interpretações erradas; a necessidade de impedir submissões fora de prazo; melhorias nos pedidos de esclarecimento garantindo anonimato para o júri; e a eliminação da exigência de selos temporais, por constituir um custos desnecessários.

1

27 janeiro

NORMAS DE APOIO À PRÁTICA PROFISSIONAL

◀◀

Documento uniformiza atuação das Secções

A Ordem dos Arquitectos publicou as Normas e Procedimentos do Serviço de Apoio à Prática Profissional, documento que estabelece o enquadramento, organização e funcionamento deste serviço em todas as Secções Regionais. Estas normas visam uniformizar procedimentos a nível nacional, garantindo qualidade, eficácia e equidade no acesso ao serviço e o cumprimento dos princípios da imparcialidade, confidencialidade e proteção de dados.

2

▶▶



COMUNICADO AOS MEMBROS

Reunião da SR-LVT com o IMPIC sobre plataformas eletrónicas e concursos de conceção

3

28 janeiro

LANÇAMENTO “DESCRITIVAS MEMÓRIAS” DE FRANCISCO DA SILVA DIAS

◀◀

No Auditório Nuno Teotónio Pereira

A sessão de lançamento do livro de memórias do arquiteto Francisco Silva Dias contou com a apresentação do urbanista Pedro George. “Descritivas Memórias” é um legado de textos e desenhos do autor sobre a sua vida profissional, vivida entre Portugal e Angola. Silva Dias foi eleito para a direção da Secção Regional do Sul do Sindicato Nacional dos Arquitectos (1963) mas, por motivos políticos, foi impedido de tomar posse pelo Ministério das Corporações. Foi Presidente da Associação dos Arquitectos Portugueses (1990-92).





30 janeiro

NUNO TEOTÓNIO PEREIRA NA TOPONÍMIA DE LISBOA

Homenagem do 104.º aniversário

A cidade de Lisboa homenageou o arquiteto Nuno Teotónio Pereira atribuindo o seu nome a uma rua no Lumiar e ao Memorial “Janelas da Liberdade”, em Alvalade. A sessão, presidida por Carlos Moedas, contou com a presença da viúva, Irene Gusmão, do neto Tiago e de familiares e amigos. Em representação da OA-SRLVT estiveram presentes Pedro Novo e João Paulo Bessa.

4

9 fevereiro

PRÉMIO REGIONAL DE ARQUITETURA RUY D'ATHOUGUIA 2026 – OA-SRLVT

◀◀

Categorias – Edificação Nova, Reabilitação e Salvaguarda do Património

A Secção Regional de Lisboa e vale do Tejo lançou o Prémio Regional de Arquitetura em homenagem ao arquiteto Ruy Jervis d'Athouguia. Este, destina-se a reconhecer obras de qualidade arquitetónica da área geográfica e a conhecer as melhores práticas no exercício de arquitetura em obras de construção, conservação e reabilitação do edificado. As candidaturas decorreram até 26 de março. Foram recebidas 80 candidaturas.

5

▶▶



6

10 fevereiro

REDE TAGUS | CONVERSA #3

◀◀

Inclusão e Justiça Espacial

A terceira sessão do Ciclo de Investigação Rede Tagus foi subordinada ao tema “Inclusão e Justiça Espacial”. Como habitualmente, decorreu no Auditório da Sede da Ordem dos Arquitectos. Participaram: Rosa Arma, “Democra-City: (Transform)ações na cidade autoproduzida”; Gonçalo Folgado, “Participação e Inclusão Urbana”; Lia Ferreira, “Acessibilidade universal e justiça espacial”; Rita C. Branco, “A mobilidade enquanto eixo estruturante do desenvolvimento urbano”. Comentários: Francisco Costa (CML) e Atelier R/C. Moderação: Daniel Jesus (CIAUD).





24 fevereiro

REDE TAGUS | CONVERSA #4

Governança Urbana e Políticas Públicas

A quarta conversa organizada pela Rede Tagus recebeu as contribuições de: Filipa Ramalheite, “Intermunicipalidade: dos instrumentos legais às práticas”; Sílvia Jorge, “Análise dinâmica para abordagens territoriais à habitação de apoio à administração pública”; João Cardim, “Habitação e modos de vida contemporâneos: da investigação à prática projectual”; Joana Sette Lima, “Risks and Opportunities in ordering the post-conflict disorder: lessons from the experience of Dili, Timor-Leste”. Comentários: Carlos Pina (CCDR LVT) e Nuno Lourenço (Ateliê RISCO). Moderação: Joana Mourão.



7

19 fevereiro

FALAR DE CONCURSOS, FALAR DE ARQUITETURA #3

<<

O Papel da Ordem dos Arquitectos

A terceira conversa deste ciclo enquadrou a participação da Ordem nos concursos (responsabilidades, princípios e tipologias), promovendo uma reflexão conjunta através dos testemunhos de diferentes agentes: entidades adjudicantes, concorrentes e jurados. Oradores: arquiteto Carlos Bessa (Património Cultural IP), Diogo Burnay (CVDB Arquitectos), Patrícia Rocha Leite (Patrícia Rocha Leite) e Célia Faria (Serviço de Concursos OA-SRLVT), e a jurista Helena Rocha (Departamento Jurídico OA-SRLVT). Moderação de Célia Faria.

8

>>



9

<

5 março

URBANISMO, AGORA!

MANUAL PARA URBANISTAS INQUIETOS

Apresentação do livro de Jorge Carvalho

O título “Urbanismo, Agora! Manual para Urbanistas Inquietos” trata de novas práticas urbanísticas, do ordenamento do território face ao mercado imobiliário, das metodologias para a delimitação dos solos urbano e rural, dos planos de urbanização e da execução urbanística, num entendimento que passa sobretudo pela “política fundiária, reabilitação, desenho urbano estruturante e unidades de execução”. O autor, Jorge Carvalho, é membro do Gabinete de Estudos da Associação dos Trabalhadores da Administração Local (ATAM). O evento, teve lugar na sede da Ordem e contou com a presença do Presidente da ATAM, Marcelo Caetano Delgado.



10 10 março REDE TAGUS | CONVERSA #5

◀◀ Paisagem e Ecologias Urbanas

A quinta conversa do Ciclo de Investigação Rede Tagus reuniu: Isabel Loupa Ramos, Jorge Silva e Ana Sá, “Planeamento de Base Natural”; Isabel Barbas, “Micronarrativas na cidade”; Victor Beiramar Diniz, “A cidade como paisagem”; João Baltazar do Carmo, “Do Território à Paisagem, da Paisagem à Comunidade: Comunicação patrimonial da interpretação arquitetónica do Território e das intervenções espaciais megalíticas na Costa Vicentina”. Comentários: Madalena Neves (Câmara Municipal de Loures) e José Veludo (NPK arquitectos paisagistas associados). Moderação: Maria Rita Pais (Terr.A.ID, ECATI, Universidade Lusófona).

12 março

CERIMÓNIA DE RECEÇÃO AOS NOVOS MEMBROS

Auditório da Reitoria da Universidade Nova

A cerimónia de receção aos Novos Membros da OA-SRLVT teve como pontos altos a performance de Os Espacialistas, “Assistência Artística à Obra” e a masterclass “Arquitetura e Música” conduzida por Martim Sousa Tavares. Seguiu-se uma conversa com Luís Batista e Diogo Castro (Os Espacialistas) e Martim Sousa Tavares, moderada por Sara Nunes (Building Pictures). A cerimónia terminou com a habitual entrega de diplomas aos novos arquitetos e arquitetas.

11

▶▶



12 24 março ENTREVISTA DE PEDRO NOVO AO JORNAL “CONSTRUIR”

◀◀ A prática profissional e o reconhecimento do papel dos arquitetos

“A profissão de arquiteto atravessa um momento de particular exigência e de crescente vulnerabilidade”. Partindo desta premissa, Pedro Novo assinalou o desfasamento que persiste entre o papel do arquiteto – para assegurar a qualidade construtiva ou o pensamento sobre o território – e o reconhecimento da profissão. Referiu-se à Plataforma Eletrónica de Procedimentos Urbanísticos, defendeu uma melhor regulação, apontou os problemas que persistem no domínio da habitação e deu nota sobre o que ainda falta fazer no seio da Ordem, em ano de eleições.



13 24 março REDE TAGUS | CONVERSA #6

◀◀ **Transição climática e sustentabilidade**

Na conversa sobre “Transição Climática e Sustentabilidade” estiveram presentes: Maria Matos Silva, “Inundações Urbanas: Catástrofe e Normalidade”; Joana Mourão, “Reuso para Habitação Acessível do Edificado Subutilizado na Cidade Consolidada”; Alberto Reaes Pinto, “Habitação Modular Evolutiva em Regiões de Baixa Densidade”; Elisabete Tomaz, “A Proximidade é Suficiente? Implicações para o Planeamento e a Governação Urbana”. Comentários: Frederico Rosa (Comunidade Intermunicipal da Península de Setúbal) e Pedro Trindade (Bruno Soares Arquitectos). Moderação: Nadir Bonaccorso (TerrA. ID, ECATI).

25-27 março

ENERGY TRANSITION & WATERFRONT FUTURES

OA-SRLVT acolhe conferência internacional

A conferência internacional sobre transição energética e o futuro das zonas ribeirinhas, que teve lugar na sede da Ordem, teve o apoio da Secção Regional de Lisboa e Vale do Tejo. Foi promovida pela PACT – Territórios Portuários em Ação, um projeto integrado na Ação COST da União Europeia, que estuda e orienta formas de transição energética nos portos mundiais, com estudos-piloto em Lisboa, Le Havre, Livorno, Roterdão, Limassol e Dubrovnik. O encontro reuniu participantes de 28 países.

14 ▶▶



15 31 março POSIÇÃO PÚBLICA SOBRE CONCURSOS

◀◀ **SRU – Lisboa Ocidental**

A OA-SRLVT contestou publicamente a exclusão de propostas pela SRU “com fundamento na alegada existência de elementos comuns em equipas projetistas”, pronunciando-se também acerca das “fragilidades estruturais evidenciadas pela própria configuração dos concursos de conceção no âmbito do Código dos Contratos Públicos”, nomeadamente a “ausência de uniformização de procedimentos, a dependência de plataformas eletrónicas privadas, nada intuitivas, dispendiosas”. Manifestou-se ainda sobre a inexistência de “mecanismos robustos de validação prévia”. No seguimento desta tomada de posição, a OA-SRLVT concebeu um Manual de Concursos, continuando a acompanhar os processos concursais.



16

15 abril

PROTOCOLO CCDDR LVT / OA-SRLVT



Património arquitetónico e cultural, formação e exercício da profissão

Assinado pelos Presidentes da OA-SRLVT, Pedro Novo, e da CCDDR LVT, Teresa Almeida, o protocolo prevê: iniciativas sobre património classificado, sensibilização para a arquitetura e o território; o desenvolvimento e promoção da categoria do Prémio Ruy d' Athougua – “Salvaguarda do Património; de ações de esclarecimento para membros da Ordem e técnicos; do programa “Formação à Medida”, com realização de formações por parte da Ordem mediante pedidos específicos da CCDDR; e a parceria da CCDDR através da Rede Tagus na articulação com a Universidade.

17 abril

JORNADAS DE REFLEXÃO | COOPERATIVAS DE HABITAÇÃO EM PROPRIEDADE COLETIVA

Sessão Rede Co-habitar / Rede Tagus

A jornada, dedicada às cooperativas de habitação em propriedade coletiva, contou com dois momentos: quatro mesas de trabalho coletivo, cada uma com uma temática: dinâmicas de participação; financiamento de projetos cooperativos de propriedade coletiva; aspetos técnicos da conceção e desenvolvimento de projetos de habitação cooperativa; proteção do carácter coletivo da propriedade e prevenção da especulação imobiliária. Seguiu-se a apresentação pública dos resultados, com partilha de conhecimento e debate sobre modelos de habitação mais acessíveis, sustentáveis e orientados para o interesse coletivo.

17



18

17 abril

OA-SRLVT REPRESENTADA NO “ISTA TOP TALENT”



Escola de Tecnologias e Arquitetura do Iscte

Pedro Novo, Presidente da OA-SRLVT, entregou o certificado de reconhecimento da Ordem dos Arquitectos aos alunos que concluíram com mérito o Mestrado Integrado em Arquitetura, sublinhando o compromisso com a valorização das novas gerações e a aproximação às instituições de ensino. A presença da OA-SRLVT reforça o seu vínculo à comunidade académica e o seu papel ativo no acolhimento e acompanhamento dos novos profissionais do setor.



19 24 abril TEKTÓNICA 2026

◀◀ **Presidente da OA-SRLVT integra júri**

Em representação da OA-SRLVT, o Presidente Pedro Novo integrou o júri do Prémio Tektónica Inovação, cujos resultados foram divulgados no decorrer da Tektónica 2026. Este prémio distingue produtos, serviços e equipamentos inovadores e sustentáveis no mercado. Reconhece soluções que contribuem para o desempenho de processos, aumento da eficiência energética, promoção da transformação digital, bem como a introdução de novos materiais e técnicas construtivas. Foram submetidas 63 candidaturas provenientes de 47 empresas este ano.

28 abril REDE TAGUS | CONVERSA #8 **Construção e Circularidade**

A sessão propôs uma reflexão crítica sobre os desafios da construção no contexto da crise habitacional, da industrialização dos processos construtivos e da sustentabilidade no edificado. Oradores: Alberto Reaes Pinto, “Carências de Habitação e Processos Industrializados de Construção”; Francisco Bastos, “Habitações nómadas pré-fabricadas: Sistemas de habitação estudantil para lotes urbanos vagos”; Ricardo Camacho e Telmo Cruz, “Práticas de sustentabilidade”; Diogo Viana, “O contributo da obra de Carlos Castanheira para a arquitetura contemporânea em madeira em Portugal”. Comentários: Rita Zina e Pedro Marques Alves. Moderação: Francisco Oliveira.

20 ▶▶



21 29 abril REUNIÃO JÚRI PRÉMIO RUY D'ATHOUGUIA

◀◀ **Analisadas 80 candidaturas**

O júri do Prémio Regional de Arquitetura Ruy d'Athouguia reuniu-se na sede da Ordem dos Arquitectos para analisar as 80 candidaturas submetidas à primeira edição do concurso. O processo decorreu em duas fases: análise individual das candidaturas, que permitiu a definição de uma lista restrita de obras; reunião presencial do júri, para seleção dos projetos vencedores e atribuição das menções honrosas. O júri, constituído pelos arquitetos Pedro Novo (presidente), Inês Lobo (convidada da Secção Regional de Lisboa e Vale do Tejo) e Filipa Gil (CCDR LVT), destacou a elevada qualidade das candidaturas apresentadas.



BRIGADAS 65

4 maio

ASSEMBLEIA REGIONAL DE LISBOA
E VALE DO TEJO

Aprovação do Relatório de Atividades de 2025

A Assembleia Regional da Secção Regional de Lisboa e Vale do Tejo da Ordem dos Arquitectos reuniu em modo presencial, no Auditório da Sede Nacional, e online. Com a ordem de trabalhos centrada na aprovação da Ata da Assembleia Regional de 31 de outubro de 2025, na apreciação e aprovação do Relatório de Atividades de 2025 e em outros assuntos, a Assembleia aprovou a Ata e o Relatório do ano transato.

22 29 abril
BRIGADAS 65

Ordem avança com grupo de trabalho para mitigar a crise habitacional

Mobilizar os profissionais na atual crise habitacional, promover a reflexão sobre medidas com participação dos moradores e dar apoio técnico e profissional qualificado estão entre os objetivos deste novo grupo de trabalho. Liderado por Helena Roseta, é composto pelos membros eleitos da OA-SRLVT, Pedro Novo e João Paulo Bessa, pelos professores universitários Andréa Arruda e Daniel Jesus, pelos arquitetos estagiários inscritos na OA-SRLVT Manuel Sacramento e Pedro Cruz, e pelos estudantes da FAUL Beatriz Gomes, Mariana Adrega e Silvana Valério.

23

RELATÓRIO
DE ACTIVIDADES
2025
APROVADO



24 7 maio
FILIPE MÁRIO LOPES CEDE O SEU ACERVO
À BIBLIOTECA KEIL DO AMARAL

Arquiteto e urbanista dedicou grande parte da sua vida à cidade de Lisboa

Filipe Mário Lopes (Armentières, França, 1933) trabalhou no Gabinete do Plano da Região de Lisboa, na Direção Geral de Urbanização, onde dinamizou um grupo de estudo de Planeamento, e na Câmara de Lisboa, cidade à qual se dedicou por mais de trinta anos. Foi inovador na sua abordagem ao planeamento, que passou de multidisciplinar a interdisciplinar. Na reabilitação desenvolveu e aplicou à realidade dos bairros a transdisciplinariedade, levando as equipas no terreno a integrar a intervenção da população, que trazia o conhecimento das suas necessidades.



25

8 maio

REABILITAÇÃO URBANA E REFORÇO SÍSMICO EM DEBATE NO FÓRUM LISBOA



Da arquitetura à engenharia: as normas da reabilitação urbana – simplificar o processo ou simplificar o projeto?

Organizada com OA e as Ordens dos Engenheiros e Engenheiros Técnicos, com o LNEC, com a Sociedade Portuguesa de Engenharia Sísmica e com Centro Europeu de Riscos Urbanos, o encontro reuniu vários profissionais em torno da temática das operações de reabilitação urbana, com destaque para as novas medidas da revisão do Eurocódigo 8. O Presidente da OA-SRLVT destacou a importância da cooperação entre as áreas técnicas desde as fases iniciais do projeto, para garantir soluções adequadas e de reforço sísmico na reabilitação do edificado.

12 maio

REDE TAGUS | CONVERSA #9

Curadoria, Género e Percursos Profissionais

Narrativas, práticas curatoriais e modelos pedagógicos, a investigação em abordagens críticas, inclusivas e socialmente comprometidas, e o diálogo entre educação, ativismo, curadoria e prática profissional deram o mote para a conversa. Oradores: Patrícia Lourenço e Alexandra Alegre, “Desafios e exigências dos espaços educativos – Avaliação das políticas e programas educativos”; Inês Nascimento, “Ser ou não ser? O perfil do pedagogo utópico e radical, hoje”; Mécia Câmara Mendonça, “Da Militância na Arquitectura à Curadoria de Arquitectura enquanto Activismos: 50 Anos de Prática Curatorial em Portugal, após o 25 de Abril”. Comentários: Rita Sarzedas (CAA – Torres Vedras) e Fabícia Valente (Os Espacialistas). Moderação: Leonor Matos Silva (DINÂMIA'CET).

26



27

14 maio

CEDÊNCIA DO ACERVO PROFISSIONAL MÁRIO VARANDAS MONTEIRO



Acervo do arquiteto passa a integrar a Biblioteca da Ordem dos Arquitectos

O arquiteto Mário Varandas Monteiro (n. 1937) cedeu o seu acervo à Biblioteca Keil do Amaral, num acordo assinado nas instalações da Ordem dos Arquitectos. Varandas Monteiro visitou a Biblioteca na companhia do Presidente Pedro Novo, dos elementos da Direção da OA-SRLVT Marco Lopes da Silva, David Cachucho e Célia Maia, e da responsável da Biblioteca, Fátima Coelho. Inteirou-se das condições atuais de acolhimento e tratamento de acervos dos profissionais de arquitetura que enriquecem a massa documental disponível para estudo, investigação e divulgação.



28

21 maio

OA-SRLVT ASSINA PROTOCOLO COM INTERFER



Cria prémio para estudantes universitários de arquitetura

O protocolo com a empresa de comercialização de ferragens e componentes de indústria de mobiliário Interfer prevê a promoção e divulgação da arquitetura e a criação do “Prémio Interfer Universidades”, para divulgar a qualidade dos trabalhos de arquitetura dos alunos e das soluções de aplicação de ferragens, incentivando a criatividade e o reconhecimento público. O acordo foi assinado pelo Presidente da OA-SRLVT e Francisco Malcato, administrador da Interfer.

22 maio

REFORÇO DA PRÁTICA PROFISSIONAL

Para responder às exigências atuais

A equipa de Apoio à Prática Profissional da OA-SRLVT tem vindo a ser reforçada para fazer face à crescente exigência dos procedimentos técnicos e administrativos e às sucessivas alterações legislativas. Integram atualmente a equipa os juristas José Saraiva de Lemos, Helena Rocha, Ana Plácido e Rui Costa, e os arquitetos Paulo Mallen e Sónia Bispo, assegurando um apoio jurídico e técnico no esclarecimento de dúvidas, na mediação de situações profissionais e na articulação com organismos licenciadores e reguladores. No atendimento aos membros, tem vindo a ser desenvolvida a harmonização com as restantes Secções, com o objetivo de assegurar maior equidade, transparência, celeridade e eficiência.

29



30

22 maio

GRUPO DE TRABALHO BRIGADAS 65



Constituída a Comissão Coordenadora

Foram definidas as primeiras frentes de intervenção das Brigadas 65, com destaque para o acompanhamento técnico a bairros autoproduzidos e contextos de elevada vulnerabilidade habitacional. Entre as prioridades estão a realização de levantamentos técnicos, apoio à regularização e requalificação de bairros, criação de módulos formativos para jovens arquitetos e promoção de iniciativas públicas sobre o direito à habitação. O grupo, inspirado no artigo 65.º da Constituição e na tradição do programa SAAL, vai desenvolver trabalho em três áreas principais: apoio técnico no terreno, intervenção institucional e política pública, e formação e produção de conhecimento.





28 maio

REDE TAGUS | CONVERSA #7

Tecnologia e Inovação

O Ciclo de Investigação Rede Tagus encerrou com a reflexão sobre o impacto das tecnologias, inteligência artificial, captura da realidade e metodologias computacionais no projeto, reabilitação, representação e produção arquitetónica. Oradores: Daniela Silva, “Inteligência artificial e prática arquitetónica: autorias, ética e novas metodologias de projecto”; Luís Mateus e Victor Ferreira, “Metodologias de captura da realidade aplicadas à arquitetura”; Filipe Montenegro Guterres, “Reabilitação de edifícios para idosos – A aplicação da gramática da forma em edifícios multifamiliares na área de Lisboa”. Comentários: Bruno Martins Pereira (Spacegram Studio). Moderação: Alexandra Paio (OA-SRLVT).



31

26 maio

REDE TAGUS | CONVERSA #10



Arquitetura, Cultura e Identidade

A conversa discutiu a arquitetura enquanto prática cultural, capaz de interpretar identidades, modos de habitar, trajetórias profissionais e processos de aprendizagem. As intervenções destacaram a necessidade de compreender o projeto arquitetónico como resposta técnica ou formal e como expressão de relações complexas entre lugar, memória, cultura, mobilidade, ensino e transformação territorial. Oradores: Maria Fernandes de Sousa Otto Miranda, “Identidade Cultural e Lugar na Casa Unifamiliar Isolada Portuguesa do Século XXI”; Leonor Matos Silva, “Captadas em trânsito: duas mulheres arquitectas e a mobilidade do trabalho entre Portugal e Macau (1960–1985)”. Comentários: João Favila Menezes (Atelier BUGIO). Moderação: Filipa Ramalheite (CEACT).

32



33

30 maio

DIA REGIONAL DO ARQUITETO DE LISBOA

E VALE DO TEJO – DRA



Homenagem de 25 e 50 anos de Membro

A primeira edição do DRA integrou iniciativas de promoção, valorização e disseminação da arquitetura, além de constituir uma jornada de convívio, conversa e partilha. A homenagem aos profissionais com 25 e 50 anos de atividade marcou o reconhecimento pela OA-SRLVT do trajeto, legado e herança que o seu trabalho projetual, de pensamento e de intervenção social e cívica representa para as novas gerações. A atribuição de medalhas com 50 ou mais anos de atividade incluiu a homenagem aos arquitetos Alberto Reaes Pinto, João Paciência e João Paulo Bessa, todos com mais de cinquenta anos de vida profissional.



34

30 maio

DIA REGIONAL DO ARQUITETO DE LISBOA
E VALE DO TEJO – DRA



Prémio de Arquitetura Ruy d'Athouguia

Na cerimónia de abertura da exposição e de entrega do Prémio Regional de Arquitetura de Lisboa e Vale do Tejo – Ruy d'Athouguia, foram galardoados os projetos: Igreja e Centro Paroquial e Social de São José da Boavista na Categoria Edificação Nova (Lisboa, 2025, João Favila Vieira de Sousa Menezes / Pedro Maria Afonso de Matos Gameiro); Jardim da Galeria (Montijo, 2024, Ricardo Bak Gordon / Rui Mendes) na Categoria Reabilitação; Reabilitação e Reconversão do Convento de Jesus em Museu (Setúbal, 2024, João Luís Carrilho da Graça) na Categoria Salvaguarda do Património / CCDR LVT. Foram atribuídas ainda 10 menções honrosas.

30 maio

DIA REGIONAL DO ARQUITETO DE LISBOA
E VALE DO TEJO – DRA

Prémio Carreira

O final da jornada do DRA foi coroado com a entrega do Prémio Carreira, atribuído aos arquitetos Simões de Carvalho e Helena Roseta, distinguidos pela ação projetual e cívica, pela solidez do percurso, relevância e contributo para a arquitetura e para a sociedade, e pela inspiração que trazem consigo. Estas distinções, que honram a OA-SRLVT e a arquitetura, põem em evidência a forma como estas personalidades fizeram do seu trabalho uma homenagem à qualidade profissional, ao empenho social e à vida em comunidade.

35



36

27 junho

“UMA PONTINHA DE SOMBRA” VENCE CONCURSO
“IDEIAS À RUA”



Presidente da OA-SRLVT integra júri

O concurso “Ideias à Rua”, organizado pelo jornal Mensagem de Lisboa em parceria com a OA-SRLVT, foi ganho pela proposta apresentada por Anastácia Moreira, Carolina Fontes, Gonçalo Martins e Sara Cherry. Pedro Novo (OA-SRLVT), integrou o júri, juntamente com António Lopes (IGOT-UL), Frederico Raposo (Mensagem de Lisboa), Margarida Marques (Rês do Chão) e Pedro Campos Costa (Galeria e Rádio Antecâmara). Foram submetidas cerca de 40 ideias, das quais nove selecionadas para apresentação e votação durante o Festival de Histórias Verdadeiras.



“A PENÍNSULA DE SETÚBAL VAI SER O TERRITÓRIO DO FUTURO, QUE COMEÇA JÁ HOJE”

“Temos uma população que está a crescer muito acima da média nacional e uma Comunidade Intermunicipal que vai, pela primeira vez, definir a sua estratégia e ter fundos correspondentes àquilo que é a realidade da Península”

FREDERICO ROSA | PRESIDENTE DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA PENÍNSULA DE SETÚBAL

Por **REDAÇÃO**
Fotografia **CÂMARA MUNICIPAL
DO BARREIRO**

Se tivesse de descrever a Península de Setúbal a quem não a conhece, enquanto território, identidade e potencial, como a caracterizaria?

A Península de Setúbal vai ser o território do futuro, que começa já hoje. Temos aqui localizada a Terceira Travessia do Tejo, o Aeroporto, o TGV e os Parques Cidades Tejo. Temos uma população que está a crescer muito acima da média nacional e uma Comunidade Intermunicipal que vai, pela primeira vez, definir a sua estratégia e ter fundos correspondentes àquilo que é a realidade da Península, com muito mais comparticipação nível de fundos e não como fazendo parte da Área Metropolitana de Lisboa (AML), ao contrário do que sempre aconteceu. Isto significa que teremos mais capacidade de investimento, planeamento e de organização e, acima de tudo, capacidade para alavancar a região como não houve paralelo.

A criação da Comunidade Intermunicipal da Península de Setúbal representa um novo momento institucional para o território. Que razões estruturais estiveram na base desta decisão e que lacunas pretende colmatar?

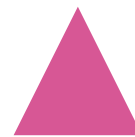
A razão estrutural que teve na base desta decisão está relacionada com a devolução da unidade estatística à Península de Setúbal, em 2023, e que mostrou a sua verdadeira realidade. Entre os anos 2000 até cerca de 2012, o governo de então retirou a NUTS II e III à Península de Setúbal, o que fez com que para efeitos de fundos comunitários, ela fosse sempre considerada em conjunto com a AML, e como tal, era considerada a área mais rica do país. Desde 2023, altura em que foi devolvida a unidade estatística à Península de Setúbal, pudemos verificar que não só não éramos a região mais rica do país, como temos o PIB per capita mais baixo de todo o país, incluindo ilhas. Assim sendo é possível colmatar esta situação porque no próximo quadro comunitário vamos ter fundos adequados à região. E em Portugal, se há região que tem de ter um grande reforço de fundos, não só de volume, como de participação europeia, é a região com o PIB per capita mais baixo do país. Vai ser a região da Península de Setúbal que vai ter a maior alavanca no próximo quadro comunitário.

Que visão estratégica define este primeiro mandato da CIM? Estamos perante uma entidade de coordenação administrativa ou um verdadeiro agente de transformação territorial?

Estamos a construir na CIM uma visão estratégica que compõe todas as entidades do território, desde planeamento, proteção civil, segurança, indústria, pequenas empresas, associação industrial, organizações de trabalho – como a UGT e CGTP – mas também no comércio local. Todos os *players* que estão integrados no Conselho Estratégico vão fazer parte desta construção para o próximo Quadro Comunitário. No início do primeiro trimestre do próximo ano estará feita e será apresentada. Será extremamente participada, como é óbvio, e vai dar-nos não só a visão do que queremos para a nossa região mas, acima de tudo, as prioridades de investimento que queremos para que a região cresça.

A articulação entre municípios com realidades distintas é sempre um desafio. Quais são as principais prioridades comuns que identificam para a Península de Setúbal nos próximos anos?

A articulação é uma das grandes prioridades que tem existido na CIM e tem sido o pilar n.º 1 da construção de toda a Comunidade Intermunicipal. São 9 concelhos distintos, uns mais pequenos, outros maiores, uns mais populosos, uns com pouca área, outros com muita área territorial. O que quer dizer que temos todos de nos concentrar e estamos a fazer isso, no bem comum e naquilo que todos podemos gerar em conjunto. Essa articulação está a ser exemplar, com diferentes forças políticas e diferentes formas de pensar, mas conseguiu-se criar um espírito de missão e um objetivo de que este é o momento para fazermos acontecer e para podermos catapultar a Península de Setúbal.



“[...] temos todos de nos concentrar [...] no bem comum e naquilo que todos podemos gerar em conjunto.”







O Arco Ribeirinho Sul tem sido apontado como uma das maiores oportunidades de transformação metropolitana. Que papel pode desempenhar este projeto na reconfiguração económica e urbana da região?

Sempre que muda o governo o Arco Ribeirinho Sul muda de projeto e muda o nome do projeto, o que não muda é que nada acontece no território. Continuamos a dizer, ao dia de hoje, o que dizemos há algumas décadas. Mais importante do que mudar a nomenclatura importa concretizar e, desde logo, percebendo o que queremos para estes territórios do Arco Ribeirinho, no Barreiro, no Seixal e em Almada. Importa saber como resolvemos os passivos ambientais e de uma forma absoluta iniciar a sua resolução porque só isso nos permite sonhar e dar passos concretos. Nós vemos qualquer projeto sempre com bons olhos, mas o que queremos mesmo é que não mude de nome e mude sim a realidade do território onde o projeto está inserido porque essa, há décadas, que é a mesma.

A validação da localização do novo aeroporto no Campo de Tiro de Alcochete coloca a Península de Setúbal no centro das dinâmicas nacionais. Que impacto espera ao nível do ordenamento do território, pressão urbanística e investimento?

O Aeroporto tal como todas as grandes infraestruturas vai trazer dinâmicas novas, não só no que diz respeito à centralidade do território, à atração de população, de mais investimento, mas necessita de ter um grande papel de planeamento para podermos ter um território que nunca perca as qualidades que atualmente ainda tem, qualidade de vida, de bem-estar e a capacidade de poder crescer ordenado. Este é o grande desafio, vai haver muita pressão urbanística e de outro tipo de investimentos, mas o desafio é alinhar as grandes infraestruturas com um desenvolvimento sustentável que potencie a qualidade de vida das pessoas.

Grandes infraestruturas como a Terceira Travessia do Tejo, o TGV ou o eventual túnel Algés–Trafaria são frequentemente discutidas. Como devem estas peças articular-se para evitar soluções fragmentadas e garantir uma visão integrada?

A Terceira Travessia do Tejo, o TGV ou eventualmente o túnel Algés–Trafaria, que são frequentemente discutidos, têm que entrar numa nova fase, principalmente a Terceira Travessia, o TGV e o Metro Sul do Tejo, sabendo que o túnel Algés–Trafaria está numa fase mais atrasada e ainda de estudo. Têm de ser e estão a ser dados os passos para a sua concretização e, como dissemos anteriormente, a concretização é necessária para termos uma grande área metropolitana a uma só velocidade, para podermos ter uma grande interligação entre

as duas margens e para termos um crescimento desta zona que está a sofrer cada vez mais todo o tipo de pressão que o crescimento atrai, seja ao nível urbanístico e/ou de população, para poder ser qualificada e mantida com alguma qualidade urbanística, qualidade de vida e com planeamento que possa prever esta visão integrada que a própria visão estratégica da CIM nos vai dar.

A mobilidade é um dos maiores constrangimentos da região. Que soluções concretas podem ser promovidas pela CIM para melhorar a ligação interna e a relação com Lisboa?

As soluções concretas são muito simples e a CIM, tal como a AML, está articulada nesse sentido. Desde logo fazer a 2.^a geração dos contratos rodoviários da Carris Metropolitana, para que possa não só reformular, como aumentar linhas, no sentido de se criar mais eficiência no transporte rodoviário. Fazer um grande investimento, que está a ser feito, e o governo tem de o fazer no aumento de oferta da Fertagus, não só através da Estação de Coina mas potenciando esta estação, assim como a da Penalva que se encontra subaproveitada. Fazer com que a este aumento de pessoas que hoje já se verifica e que ainda será maior, corresponda também um aumento de material circulante. Caso contrário as pessoas não aderem ao transporte público e daí advêm vários problemas, tais como mais tempo passado em trânsito, emissões de carbono, tudo o que queremos evitar e combater. Por isso a mobilidade é fundamental.

A mobilidade deve ser o grande fator para que as pessoas escolham aqui viver porque se conseguem deslocar para qualquer lado de forma rápida, em transporte público seja da margem sul para a margem norte, seja de Almada até Alcochete. A mobilidade, se hoje é um dos constrangimentos, não tenho dúvidas de que com esta visão articulada vai ser um dos grandes fatores positivos de toda a Península de Setúbal.

Num território com forte pressão urbana, industrial e ambiental, como se equilibra crescimento económico com sustentabilidade e qualidade de vida das populações?

Entendendo que a criação de riqueza é um fator decisivo, ela também só é decisiva se as pessoas poderem usufruir dela e do crescimento económico que seja depois transferido para a sua qualidade de vida. Acreditamos que não há crescimento económico sem qualidade de vida. É tão importante apostar nas empresas e criar riqueza como apostar nas pessoas que criam a riqueza nas empresas. Estas duas componentes têm de ser vistas numa visão global e serão pilares no nosso planeamento estratégico.



“Daqui a 10 ou 20 anos vejo toda a gente a dizer que tem um orgulho enorme em ser desta região.”

Que papel podem os arquitetos e o planeamento urbano desempenhar neste momento de transformação? Considera que o território está preparado para responder com qualidade às oportunidades que se colocam?

O território está-se a preparar e os arquitetos, como todos os profissionais – engenheiros, urbanistas, geógrafos, mas especialmente os arquitetos – têm uma sensibilidade e um conhecimento do espaço público de forma diferente. Este é o momento de virem a jogo, é o momento de também poderem contribuir e partilhar as suas reflexões e fazerem as suas investigações nesta zona do país, que vai ter um crescimento como não temos paralelo, não só a nível da população mas, acima de tudo, da criação de riqueza. Os arquitetos e a Ordem são mais do que bem-vindos para poderem partilhar reflexões e sair da capital e dos grandes centros e virem até aqui onde o crescimento e desenvolvimento vai acontecer sem paralelo.

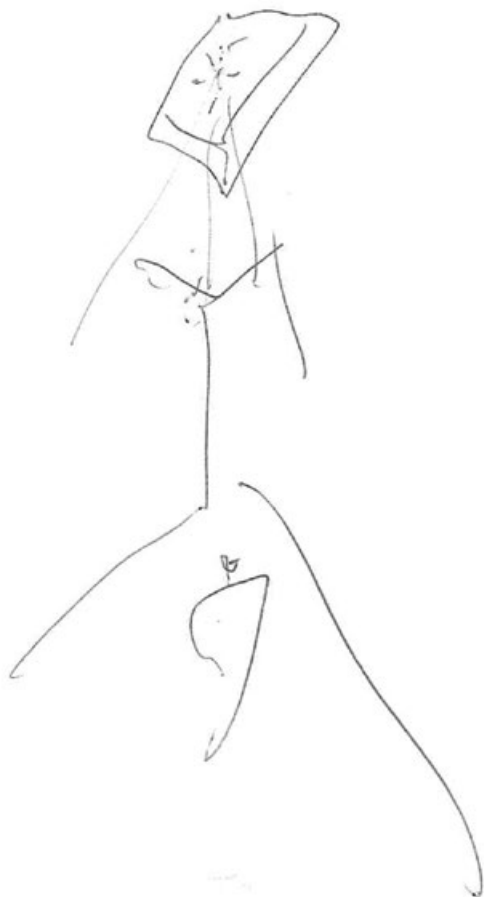
Que imagem de futuro projeta para a Península de Setúbal dentro de 10 a 20 anos? Que território queremos estar a construir hoje?

Projeto uma imagem de um território que se afirma como um dos melhores para investir, viver, trabalhar, mas também para usufruir. Isso significa que esse crescimento tem de ser equilibrado. Esse é o desafio para hoje. Equilibrar aquilo que vai ser o afluxo de investimento de pessoas que os grandes projetos nacionais vão trazer. Aquilo que é a visão estratégica de uma região que já tem os grandes exportadores nacionais, tem grandes parques industriais, mas também que é uma região com uma natureza única, seja nas zonas verdes com a Serra da Arrábida, seja nas praias do Atlântico ou nos braços de rio do Tejo, Sado e Coina. São zonas únicas e este equilíbrio tem de ser mantido e potenciado. Daqui a 10 ou 20 anos vejo toda a gente a dizer que tem um orgulho enorme em ser desta região.



METAMORFOSES. DA PRÁTICA E DO ESTUDAR; CONDIÇÃO INFINITA DE PERGUNTA

Por **BERNARDO D'OREY MANOEL**, ARQUITETO
Fotografia **NUNO ALMENDRA**



Da Invenção – Caminho para a **Com-Posição**

Etapa 1 Da Investigação (da Experiência)

- A. Imaginário X Encontro
- B. Interrogação X Debate
- C. Disponibilidade X Equipa

Etapa 2 Da Viagem (das Evocações)

- A. Pesquisa X Invenção
- B. Re – Pensar (Hesitar) X Relação
- C. Escolha (Alternativa) X Reacção (Inclusão)

Etapa 3 Da Síntese (do Sistema)

- A. Partilha (Troca)
- B. Fragmento (Totalidade)
- C. Articulação (Hierarquia)



Do Processo Reflexivo pelo Desenho, ou do Caminho, em Silêncio
à Narrativa espacial (Espaço / Tempo)

“É impróprio afirmar que os tempos são três: pretérito, presente e futuro. Mas talvez fosse próprio dizer que os tempos são três: *presente das coisas passadas, presente das presentes, presente das futuras*. Existem, pois, estes três tempos na minha mente que não vejo em outra parte: lembrança presente das coisas passadas, visão presente das coisas presentes e esperança presente das coisas futuras.”

Santo Agostinho, Livro XI da obra Confissões

A formação de um arquitecto não incentiva o cumprimento de tarefas. Não é um instrumento utilitário, nem induz a formulação de respostas, mas o encontro de sínteses vinculadas a um tempo, logo, necessariamente provisórias. O estudante de arquitetura ficou, depois da sua formação universitária, disponível para, em equipa, experimentar. A síntese que formula procura resolver uma demanda humana, uma ambição.



“O processo,
em arquitetura,
põe o Homem
no centro
das questões
na procura
de instrumentos
e espaços
que promovam
a sua condição
de cidadania.”

O avançar das propostas dá-se no exercício experimental e múltiplo de alternativas que pelos seus diferentes graus de adesão afirmam a congregação de pessoas articuladas entre si como parceiros de uma equipa. Porquê? Para quê? Como? São as demandas e a congregação afirma uma liderança que sendo necessária se funda na crítica e afirma as autonomias de cada membro no diálogo e na decisão.

Tem de haver envolvimento, trabalho, debate, leituras críticas multi-disciplinares e de espectro largo dada a complexidade inerente à vida humana. Do Programa (Natureza), Do Sítio (Geometria), Da História (Vivência). Este envolvimento exige vivência – viagem- porque o corpo é fundamentalmente instrumento de conhecimento – temos de ir para construir as narrativas de modo identitário. Depois a síntese. Pela Proporção (Corpo), Pela Luz (Transcendência), Pela Matéria (Autenticidade). A capacidade de sintetizar, de relacionar os diferentes, só possível se houver abertura de espírito que resulta do estudo das disciplinas que são assim contentamento intelectual porque capacitam com instrumentos agregadores; a concorrência interdisciplinar possibilita o conhecimento.

Por fim tudo é retrospectivo, inclui a história como fundamento. Quem vive num presente perpetuo, ignorando a história, está doente. O conhecimento é assim adquirido no e com tempo, com os outros, dentro e fora das instituições.

O processo, em arquitetura, põe o Homem no centro das questões na procura de instrumentos e espaços que promovam a sua condição de cidadania. Ser cidadão é ... ser Homem livre.

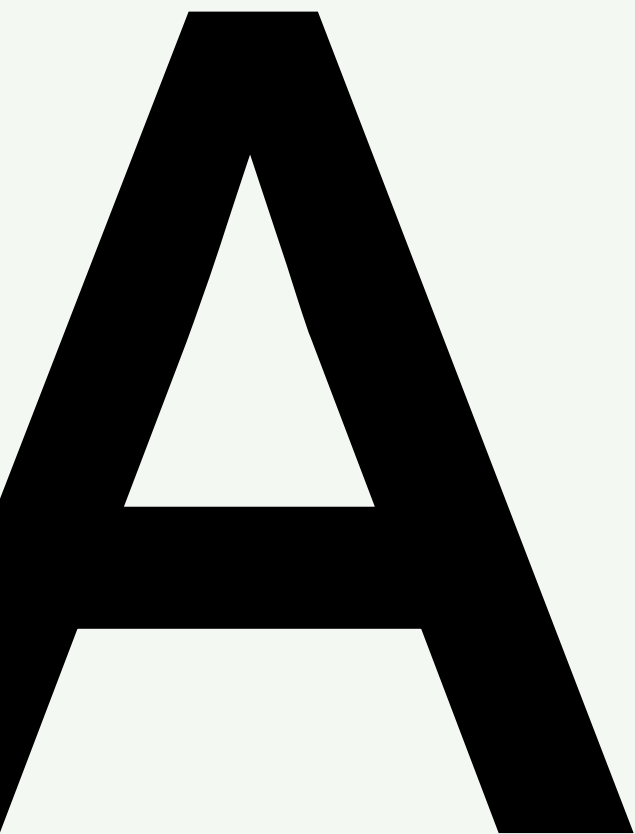
“O caminho para o saber
É o da ignorância
O caminho para o ter
É o caminho do despojamento
O caminho para o ser
É o caminho do não ser
O que não sabes
É definitivamente o que sabes
E o que tens
É o que não tens
E onde estás
É onde não estás.”
T. S. Eliot; No Place, no Time
(by Jeremy Irons)

Com IA (ou sem IA) em Retrospectiva, sem urgência, à procura de (do) **Sentido a partir das Evocações – Do Aprendiz (descoberta do Caos) à condição de Companheiro (Descoberta da Ordem).**



ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS COM RELEVÂNCIA PARA A PRÁTICA PROFISSIONAL DO ARQUITETO – 2026

Por **HELENA ROCHA**, JURISTA OA-SRLVT
Fotografia **RAQUEL ROJAS**



As alterações legislativas no domínio da prática profissional representam uma mudança estrutural na forma como se projeta e licencia. O novo enquadramento legal para 2026, sob a égide da simplificação administrativa, reforça a autonomia dos arquitetos mas fá-lo à custa de uma exigência técnica e de uma responsabilização profissional sem precedentes.

A revisão do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), impulsionada pelo chamado Simplex Urbanístico (DL 10/2024), reconfigurou o sistema de controlo prévio das operações urbanísticas.

Com a publicação da Lei n.º 9-B/2026, o Governo recebeu autorização para aprofundar essa transformação, incluindo alterações ao Regime Jurídico da Urbanização Edificação e ao Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU).

Em 29 de maio de 2026, foi publicado o Decreto-Lei n.º 108/2026, diploma que conduz a uma menor burocracia e a uma maior confiança nos profissionais. Contudo, aguarda-se ainda, para concretização de algumas medidas, a publicação das respetivas Portarias.

As alterações previstas no RJUE incluem, entre outras, as seguintes:

Clarificação de conceitos

Para evitar interpretações divergentes entre municípios e equilibrar a simplificação com a responsabilização técnica, haverá ajustes nos conceitos de operações urbanísticas, incluindo a construção modular e obras de reconstrução.



“São eliminados os prazos globais de decisão e são restabelecidos os prazos intercalares, permitindo um ajustamento à complexidade efetiva das operações urbanísticas.”

Aumento das comunicações prévias, reduzindo a dependência de atos administrativos formais

Grande parte das obras passam a ser viabilizados por mera comunicação prévia, eliminando a necessidade de obter licenças urbanísticas que, são procedimentos formais e morosos.

Isenções

Haverá um alargamento de isenções para obras de reconstrução, conservação, e novas isenções para projetos de habitação promovidos por entidades públicas, cooperativas e privados.

Eliminação de prazos globais indexados à área de construção, estabelecendo prazos de início de obras e prazos intercalares

Introduzem-se mudanças significativas na gestão de prazos, visando acelerar o licenciamento e a construção de habitação. São eliminados os prazos globais de decisão e são restabelecidos os prazos intercalares, permitindo um ajustamento à complexidade efetiva das operações urbanísticas. Relativamente à contagem dos prazos, passará a existir uma obrigação de indicação clara do início da contagem de prazos legais pelos municípios.

Regime contraordenacional

Haverá uma correção das omissões do regime contraordenacional, prevendo-se contraordenações por realização operações urbanísticas que não se encontrem devidamente tituladas, assim como a execução de qualquer obra sem a informação de início dos trabalhos ou sem os elementos que devem ser juntos à informação de início dos trabalhos.

Maior responsabilização dos técnicos

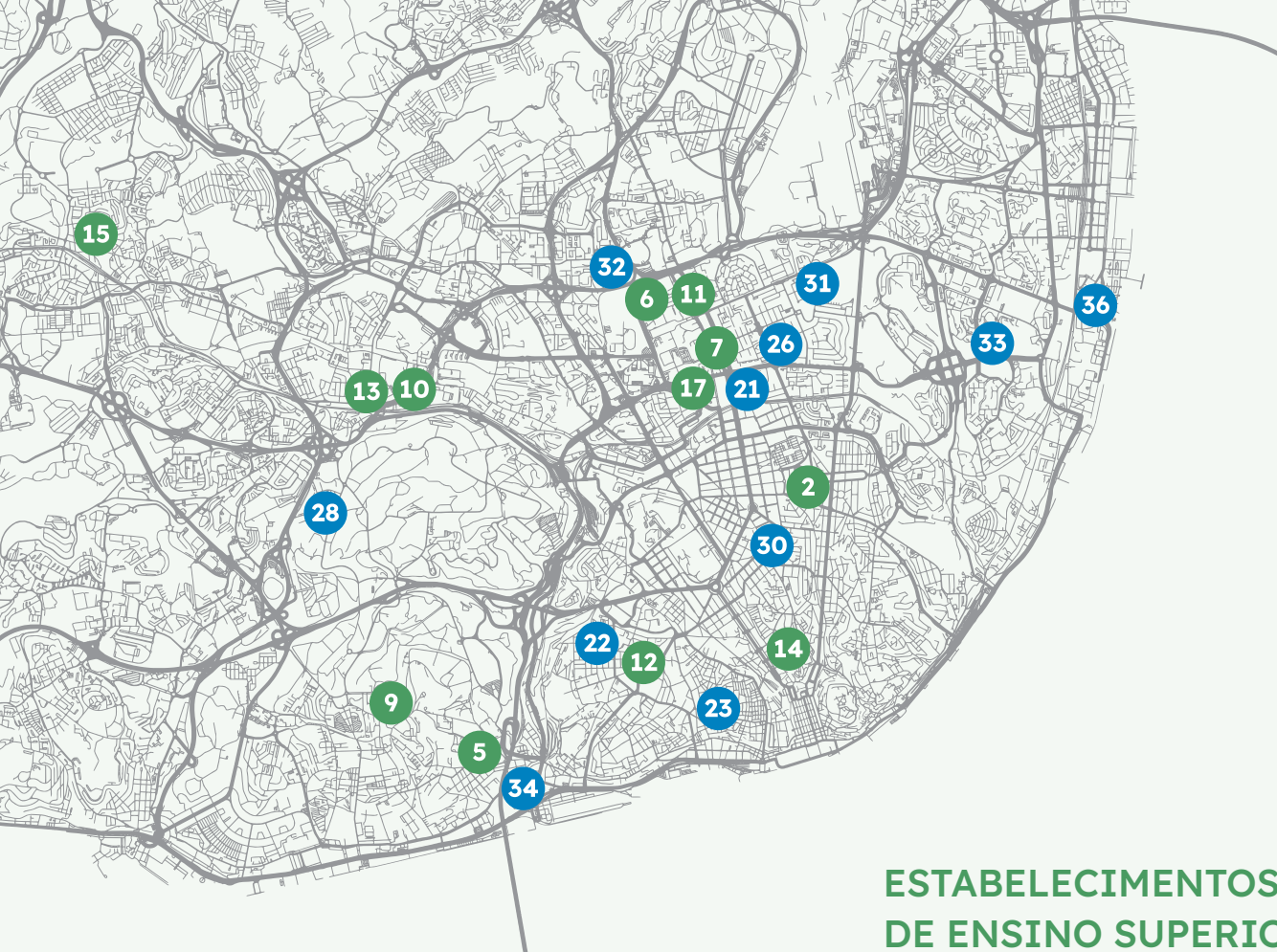
Ao privilegiar a comunicação prévia e ao reduzir o controlo prévio por parte dos municípios, numa lógica de confiança nos técnicos, a administração pública irá isentar-se da sua responsabilidade de controlo prévio, passando apenas a proceder à fiscalização sucessiva durante ou após as obras. O prazo para o controlo sucessivo municipal sobre a legalidade das obras será significativamente reduzido, passando de dez anos para um ano. Perante esta maior responsabilização haverá um maior compromisso e obrigações assumidas nos Termos de Responsabilidade o que constituirá um dos aspetos mais relevantes para a prática profissional, considerando que, os erros ou omissões das normas legais e regulamentares, pode ter consequências diretas e significativas para os arquitetos.

Outras medidas, tais como a eficácia da interoperabilidade das plataformas digitais, dependerá da capacidade real de implementação por parte das entidades públicas, marcada por assimetrias e limitações tecnológicas.

Quanto ao RGEU, cuja revogação se encontrava prevista para 1 de junho, o Decreto-Lei 108/2026 de 29 de maio, estabelece que “O RGEU será revogado apenas com efeitos reportados à data da entrada em vigor do diploma que definir as normas técnicas aplicáveis à edificação, cuja regulamentação ainda não se encontra realizada, e que contará com a colaboração das ordens profissionais”.

Em paralelo, é positivo o incentivo à reabilitação urbana e à sustentabilidade ambiental, áreas onde a simplificação de procedimentos pode efetivamente desbloquear investimento e promover melhores práticas construtivas. Contudo será essencial garantir que a rapidez não compromete a qualidade.

Em conclusão, nas referidas alterações legislativas deveria ter-se tido em conta uma menor intervenção no que concerne à aplicação da letra da lei e uma maior capacidade dos seus intervenientes – arquitetos e municípios, em assumir, de forma equilibrada, as responsabilidades que lhes cabem. A simplificação administrativa não pode ser confundida com desresponsabilização do Estado nem a autonomia dos técnicos com exposição desproporcionada ao risco.



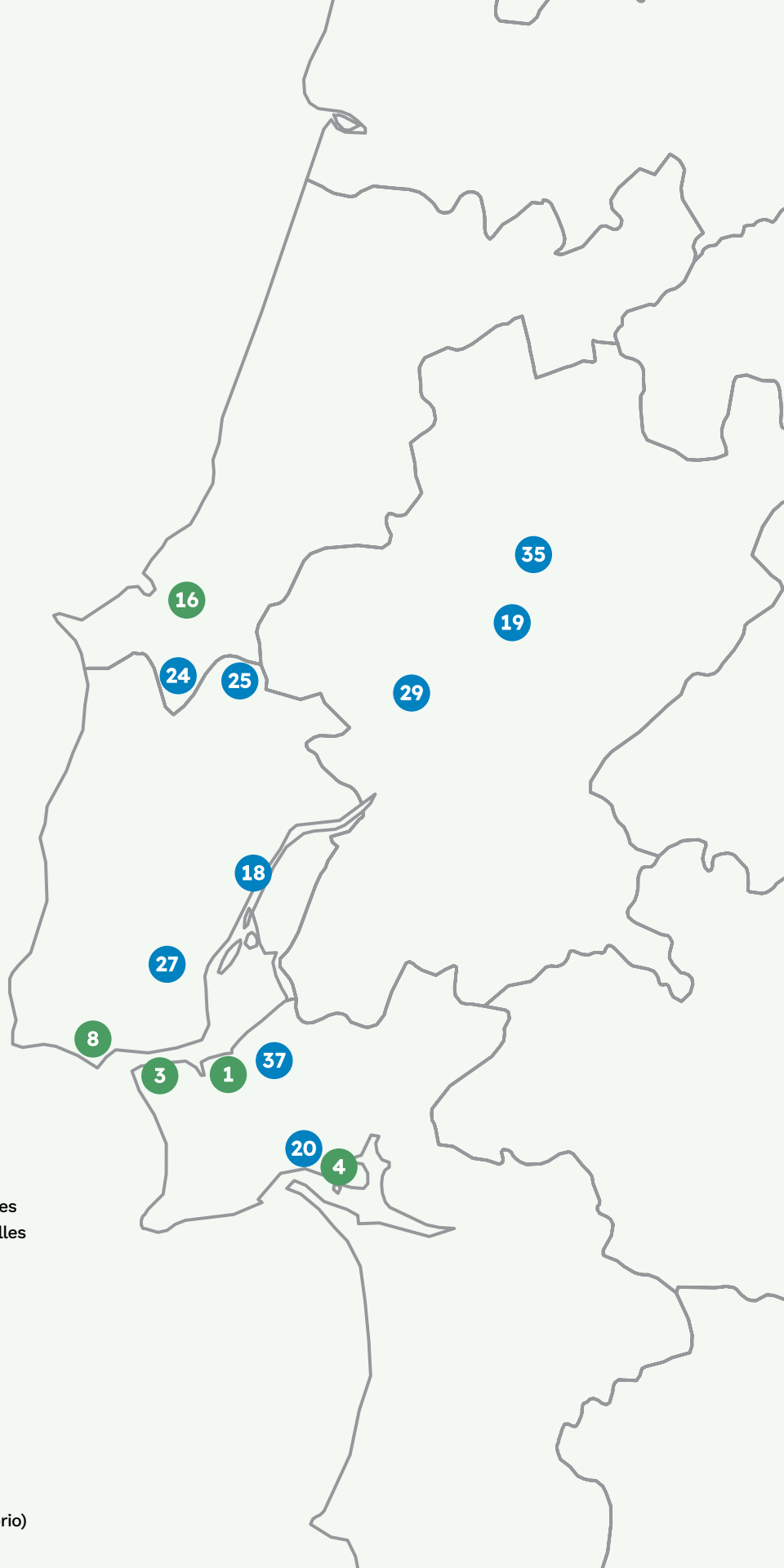
ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR/ ENSINO PROFISSIONAL

ROTEIRO ESTABELECIMENTOS ESCOLARES EM LISBOA E VALE DO TEJO

1. Escola Superior de Tecnologia do Barreiro
2. Instituto Superior Técnico
(Campus da Alameda)
3. Cooperativa de Ensino Superior Egas Moniz
4. Escola Superior de Educação de Setúbal
5. Instituto Superior de Agronomia
6. Faculdade de Letras da Universidade
de Lisboa (extensão)
7. Instituto de Ciências Sociais
da Universidade de Lisboa
8. Nova School of Business and Economics
(Campus de Carcavelos)
9. Faculdade de Arquitetura da Universidade
de Lisboa (Campus da Ajuda)
10. Escola Superior de Comunicação Social
11. Faculdade de Ciências de Lisboa – Centro
de Neurociências e Centro de Oceanografia
12. Escola de Hotelaria e Turismo
13. Escola Superior de Música
14. Faculdade de Ciências Médicas – Pólo
de Investigação da Nova Medical School
15. Escola Superior de Teatro e Cinema
16. Escola Superior de Artes e Design
17. Iscte IUL – Edifício 4

ESCOLAS SECUNDÁRIAS E BÁSICAS

- 18. Escola Secundária Alves Redol
- 19. Centro Escolar da Chamusca
- 20. Escola Sebastião da Gama
- 21. Escola Básica Bairro de São Miguel
- 22. Redbridge School
- 23. Escola Básica e Secundária Passos Manuel
(Antigo Liceu Passos Manuel)
- 24. Escola Básica e Secundária Fernão do Pó
- 25. Escola Básica de Alguber
- 26. Escola Secundária Rainha Dona Leonor
- 27. Escola Básica e Jardim de Infância de Loures
- 28. Escola Básica Arquiteto Gonçalo Ribeiro Telles
- 29. Centro Escolar Salgueiro Maia
- 30. Escola Secundária de Camões
(Antigo Liceu Camões)
- 31. Escola Secundária Padre António Vieira
- 32. Escola Alemã de Lisboa
- 33. Escola Secundária D. Dinis
- 34. The Lisbon International School
- 35. Escola Básica de Vila Nova da Barquinha
- 36. Escola Básica Integrada com Jardim
de Infância do Parque das Nações
- 37. Escola Básica Joaquim de Almeida (Refeitório)



ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR/ENSINO PROFISSIONAL



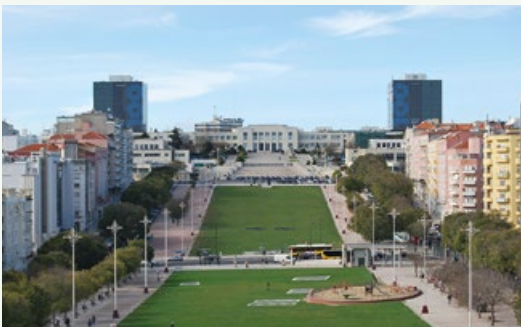
1

Escola Superior de Tecnologia do Barreiro

Ano: 2007

Autoria: ARX Portugal

Localização: Rua Américo da Silva Marinho, Lavradio, Barreiro



2

Instituto Superior Técnico (Campus da Alameda)

Ano: 1937, 1988-2002 [Biblioquímica (1988), Departamento de Engenharia Civil (1994); Edifício para Investigação Científica, Pós-graduação e Doutoramentos (1994); Bloco Norte (1995), Bloco Sul (2002)]

Autoria: Porfírio Pardal Monteiro (1937), Pardal Monteiro Arquitectos (1988-2002)

Localização: Avenida Rovisco Pais, Lisboa



Fernando Guerra / FG + SG

3

Cooperativa de Ensino Superior Egas Moniz

Ano: 2004

Autoria: Egas José Vieira, Manuel Graça Dias

Localização: Campus Universitário, Quinta da Granja, Monte de Caparica



Fernando Guerra / FG + SG

4

Escola Superior de Educação de Setúbal

Ano: 1993

Autoria: Álvaro Siza Vieira

Localização: Campus do IPS, Estefanilha, Setúbal

Zé Maria Rebelo de Andrade



5

Instituto Superior de Agronomia

Ano: 1917

Autoria: Adães Bermudes

Localização: Tapada da Ajuda, Lisboa

The Pict Studio



6

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (extensão)

Ano: 2026

Autoria: Spacegram, Gilberto Pedrosa e Manuela Oliveira

Localização: Alameda da Universidade, Lisboa

Vitor Carvalho Araújo



7

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Ano: 2002

Autoria: Raul Hestnes Ferreira

Localização: Avenida Professor Aníbal Bettencourt, 9

Vitor Carvalho Araújo



8

**Nova School of Business and Economics
(Campus de Carcavelos)**

Ano: 2018

Autoria: Vítor Carvalho Araújo

Localização: Campus de Carcavelos, Rua da Holanda, n.º 1

Vitor Carvalho Araújo



9

**Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa
(Campus da Ajuda)**

Ano: 1994

Autoria: Augusto Pereira Brandão

Localização: Rua Sá Nogueira, Lisboa



Maria Trindade

10

Escola Superior de Comunicação Social

Ano: 1994

Autoria: Carrilho da Graça Arquitectos

Localização: Campus de Benfica do Instituto Politécnico de Lisboa



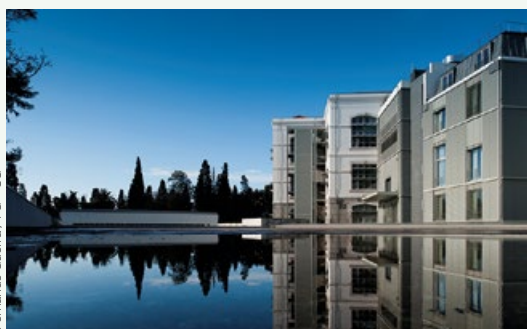
11

Faculdade de Ciências de Lisboa – Centro de Neurociências e Centro de Oceanografia

Ano: Centro de Neurociências (1993), Centro de Oceanografia (1994)

Autoria: Pardal Monteiro Arquitectos

Localização: Campo Grande, Lisboa



Fernando Guerra / FG + SG

12

Escola de Hotelaria e Turismo

Ano: 1920, 2009

Autoria: Vítor Bastos Júnior (c. 1920), Teresa Nunes da Ponte (2009)

Localização: Rua Saraiva de Carvalho, 41, Lisboa



Fernando Guerra / FG + SG

13

Escola Superior de Música

Ano: 2008

Autoria: Carrilho da Graça Arquitectos

Localização: Campus de Benfica do Instituto Politécnico de Lisboa



Fernando Guerra / FG + SG

14

Faculdade de Ciências Médicas – Pólo de Investigação da Nova Medical School

Ano: 2012

Autoria: ZT Arquitectos, Gonçalo Byrne Arquitectos

Localização: Rua do Instituto Bacteriológico, 3–5 e Rua Câmara Pestana, 6, Lisboa



Rui Morales de Sousa

15

Escola Superior de Teatro e Cinema

Ano: 1999

Autoria: Gregotti Associati e Risco

Localização: Avenida Marquês de Pombal, 22B, Amadora



16

Escola Superior de Artes e Design

Ano: 1997

Autoria: Vítor Figueiredo Arquitectos

Localização: Rua Isidoro Inácio Alves de Carvalho, Campus 3, Caldas da Rainha



Daniel Malhão

17

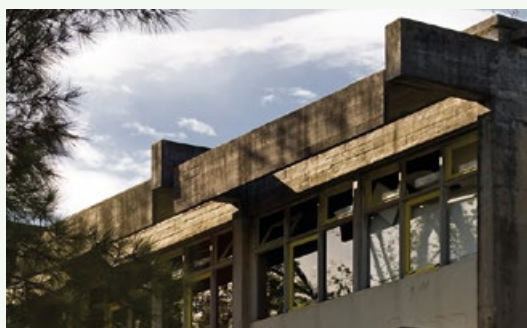
Iscte IUL – Edifício 4

Ano: 2023

Autoria: Bernardo Pizarro Miranda com Susana Rego e Pedro Pinto

Localização: Avenida das Forças Armadas, 40, Lisboa

ESCOLAS SECUNDÁRIAS E BÁSICAS



18

Escola Secundária Alves Redol

Ano: 1975, 1985

Autoria: Pardo Monteiro Arquitectos

Localização: Rua da República, Encosta do Monte Gordo, Vila Franca de Xira



19

Centro Escolar da Chamusca

Ano: 2016

Autoria: BeAbstract

Localização: Largo da República, Chamusca



Fernando Guerra / FG + SG

20

Escola Sebastião da Gama

Ano: 2010

Autoria: Ricardo Carvalho + Joana Vilhena Arquitectos

Localização: Rua da Escola Técnica, Setúbal



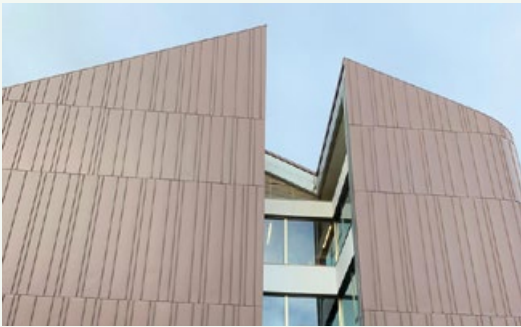
21

Escola Básica Bairro de São Miguel

Ano: 1954

Autoria: Ruy d'Athouguia

Localização: Rua Jorge Ferreira de Vasconcelos, Lisboa



22

Redbridge School

Ano: 2018

Autoria: ARX Portugal

Localização: Rua Francisco Metrass, Campo de Ourique, Lisboa



José Manuel

23

**Escola Básica e Secundária Passos Manuel
(Antigo Liceu Passos Manuel)**

Ano: 1911, 2010

Autoria: José Luís Monteiro, Rosendo Carvalheira (1911), vmsa arquitectos (2010)

Localização: Travessa do Convento de Jesus, Lisboa



24

Escola Básica e Secundária Fernão do Pó

Ano: 1983, 2011

Autoria: João Paciência, Carlos Travassos

Localização: Avenida Dr. Joaquim de Albuquerque, 45, Bombarral



Fernando Guerra / FG + SG

25

Escola Básica de Alguber

Ano: 2015

Autoria: Plano dos Centenários, NOZ Arquitectura

Localização: Rua da Escola 5, Alguber, Cadaval



Fernando Guerra / FG + SG

26

Escola Secundária Rainha Dona Leonor

Ano: 1961, 2011

Autoria: Augusto Brandão (1961), Atelier dos Remédios (2011)

Localização: Rua Maria Amália Vaz de Carvalho, 20, Lisboa



27

Escola Básica e Jardim de Infância de Loures

Ano: 2011

Autoria: Pardal Monteiro Arquitectos

Localização: Rua Maria Lamas, Bairro das Sapateiras, Loures



Nuno Almendia

28

Escola Básica Arquiteto Gonçalo Ribeiro Telles

Ano: 2023

Autoria: João Santa-Rita, Paulo Palma

Localização: Rua 4, Bairro da Boavista, Lisboa



29

Centro Escolar Salgueiro Maia

Ano: 2010

Autoria: Cesar Ruivo e Ricardo Matos

Localização: Rua Dr. Luís de Sá, Jardim de Baixo, Santarém



João Paileiro
(foto cedida por Construção Pública, E.P.E.)

30

Escola Secundária de Camões (Antigo Liceu Camões)

Ano: 1909, 2024

Autoria: Miguel Ventura Terra (1909), João Pedro Falcão de Campos (2024)

Localização: Praça José Fontana, Lisboa



João Morgado

31

Escola Secundária Padre António Vieira

Ano: 1965, 2009

Autoria: Ruy d'Athouguia (1965), Teresa Nunes da Ponte (2009)

Localização: Rua Marquês de Soveral, Lisboa



Tiago Casanova

32

Escola Alemã de Lisboa

Ano: 1960, 2008, 2023

Autoria: Otto Barning (1960), Carrilho da Graça Arquitectos (2008, 2023)

Localização: Largo Willy Brandt, Lisboa



Leonardo Finotti

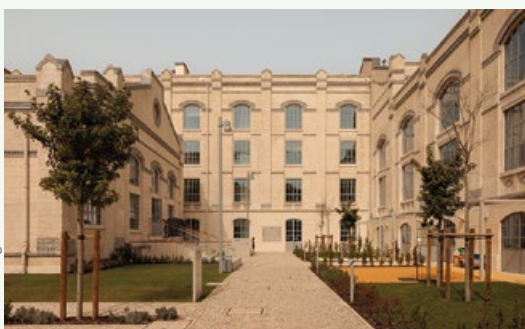
33

Escola Secundária D. Dinis

Ano: 1972, 2008

Autoria: JCETS-MOP (1972), Bak Gordon Arquitectos (2008)

Localização: Rua Manuel Teixeira Gomes, Lisboa



34

The Lisbon International School

Ano: 2025

Autoria: Frederico Valsassina

Localização: Rua Maria Luísa Holstein, Lisboa



35

Escola Básica de Vila Nova da Barquinha

Ano: 2011

Autoria: Aires Mateus

Localização: Rua Dona Maria II, Vila Nova da Barquinha



36

Escola Básica Integrada com Jardim de Infância do Parque das Nações

Ano: 2010, 2021

Autoria: Teresa Serôdio Lopes e Paulo Serôdio Lopes (2010), Orgânica ARQ (2021)

Localização: Rua das Gaivotas em Terra, lote 3.12.01, Lisboa



37

Escola Básica Joaquim de Almeida (Refeitório)

Ano: 2020

Autoria: Falanstério

Localização: Rua Professor António Caleiro, 28, Montijo



CATÁLOGO

PRÉMIO

RUY d'ATHOUGUIA

PRÉMIO REGIONAL DE ARQUITETURA DE LISBOA E VALE DO TEJO – 2026

Edição Especial Limitada



12€

À venda na sede da **ORDEM DOS ARQUITECTOS** | Trv. do Carvalho, 23 – 1249-003 Lisboa
Encomende através do email: lv.secretaria@ordemdosarquitectos.org (acresce portes de envio)



ESCOLA SECUNDÁRIA DOM DINIS E O PROGRAMA PARQUE ESCOLAR

RICARDO BAK GORDON

O programa Parque Escolar definiu como estratégia a criação de escolas piloto para cada uma das tipologias identificadas. Estas intervenções experimentais tinham como objetivo desenvolver modelos de requalificação que pudessem ser replicados, conciliando a melhoria das condições físicas com a introdução de novas abordagens pedagógicas, onde a arquitetura desempenharia um papel fundamental.

Por **RICARDO BAK GORDON**, ARQUITETO
Fotografia **LEONARDO FINOTTI**

Em 2007, o Governo português lançou o programa Parque Escolar com o objetivo de modernizar o conjunto das escolas secundárias do país. Esta iniciativa surgiu da necessidade de responder a décadas de subinvestimento, sobretudo a partir dos anos 80, num contexto em que o sistema educativo tinha sofrido profundas alterações desde a Revolução de 25 de Abril de 1974, nomeadamente com a democratização do acesso ao ensino.

O primeiro passo do programa consistiu num levantamento detalhado das escolas existentes, procurando avaliar o seu estado de conservação, as suas condições físicas e funcionais, bem como compreender as diferentes tipologias arquitetónicas presentes no território nacional. Dessa análise resultou a identificação de quatro grandes grupos: os liceus históricos do início do século XX, as escolas construídas nas décadas de 1940, as escolas modernistas dos anos 60 e, por fim, as escolas pavilhonares, que constituíam a maioria.





As escolas pavilhonares surgiram num período de grande urgência, após 1974, quando o ensino secundário se expandiu rapidamente e foi necessário construir equipamentos escolares em todo o país. Estas escolas baseavam-se num sistema modular de pavilhões independentes, facilmente replicáveis e adaptáveis a diferentes terrenos. A sua construção era rápida e económica, mas implicava uma grande simplicidade formal e funcional. Normalmente, eram compostas por vários edifícios separados, destinados sobretudo a salas de aula, e por um pavilhão central com funções administrativas, cantina e alguns espaços comuns.

Apesar de terem cumprido o seu papel durante várias décadas, estas escolas apresentavam, no início do século XXI, inúmeras limitações. Cerca de 75% das escolas secundárias portuguesas pertenciam a esta tipologia e encontravam-se, em muitos casos, degradadas e desatualizadas. As deficiências eram evidentes ao nível das condições térmicas e acústicas, das infraestruturas técnicas e da qualidade construtiva. Para além disso, existia uma clara inadequação programática, com ausência ou insuficiência de espaços hoje considerados essenciais, como bibliotecas qualificadas, laboratórios modernos, auditórios, áreas polivalentes e instalações desportivas adequadas.

Perante este cenário, o programa Parque Escolar definiu como estratégia a criação de escolas piloto para cada uma das tipologias identificadas. Estas intervenções experimentais tinham como objetivo desenvolver modelos de requalificação que pudessem ser replicados, conciliando a melhoria das condições físicas com a introdução de novas abordagens pedagógicas, onde a arquitetura desempenharia um papel fundamental.

Neste contexto, a Escola Secundária Dom Dinis, localizada em Chelas, foi escolhida como escola piloto para a tipologia das escolas pavilhonares. Antes da intervenção, caracterizava-se por uma organização fragmentada, com vários pavilhões dispersos pelo



terreno e espaços exteriores pouco qualificados e subutilizados. A ausência de continuidade espacial dificultava a circulação, o encontro e a construção de um verdadeiro sentido de comunidade escolar.

O projeto procurou responder a este problema através da criação de um elemento unificador capaz de transformar um conjunto disperso num todo coerente. A solução proposta consistiu na introdução de um novo edifício contínuo que, ao mesmo tempo que ligava os pavilhões existentes, incorporava as novas funções necessárias ao funcionamento da escola contemporânea.

Este elemento foi conceptualizado como uma Learning Street, ou seja, uma “rua de aprendizagem”. Mais do que um simples corredor de circulação, trata-se de um espaço ativo, multifuncional e vivido, que organiza a escola e concentra grande parte da sua atividade. Ao longo desta estrutura desenvolvem-se diversos espaços, como bibliotecas, auditórios, laboratórios e áreas de trabalho colaborativo, promovendo uma experiência educativa mais rica e diversificada.

A proposta reflete uma mudança significativa no paradigma pedagógico. A aprendizagem deixa de estar confinada à sala de aula e passa a distribuir-se por diferentes ambientes, formais e informais, incentivando a interação, a autonomia e o trabalho em grupo. A escola é, assim, entendida como um sistema integrado de espaços de aprendizagem, onde a arquitetura contribui diretamente para a construção de novas práticas educativas.

Outro aspeto fundamental do projeto foi a intenção de abrir a escola à comunidade envolvente. Pretendeu-se que o edifício escolar deixasse de ser um espaço fechado e exclusivo, passando a funcionar como um equipamento público, capaz de acolher atividades culturais, sociais e desportivas. Espaços como auditórios, bibliotecas e instalações desportivas foram concebidos de modo a poderem ser utilizados pela população local, mesmo fora do horário letivo, reforçando o papel da escola como lugar de encontro e partilha.



Do ponto de vista arquitetónico, o novo edifício distingue-se claramente dos pavilhões existentes. Enquanto estes apresentam uma geometria regular e cartesiana, a Learning Street assume uma forma contínua e adaptável, que percorre os vazios do terreno e estabelece ligações entre os diferentes volumes. Esta estratégia permite não só unificar o conjunto, mas também valorizar os espaços exteriores, anteriormente negligenciados.

A relação com a topografia é igualmente relevante, uma vez que o edifício se adapta às variações do terreno, criando diferentes experiências espaciais ao longo do percurso. Em alguns pontos, esta adaptação traduz-se em alterações na altura dos espaços interiores, contribuindo para a diversidade e riqueza do ambiente construído.

O sistema construtivo adotado foi pensado para garantir rapidez e eficiência na execução da obra, em consonância com os objetivos do programa. Optou-se por uma estrutura metálica, complementada por painéis de revestimento também metálicos, aplicados tanto no exterior como no interior. Esta solução confere unidade ao edifício e reforça a sua identidade.

As infraestruturas técnicas foram integradas de forma visível, sobretudo ao nível da cobertura, onde uma malha metálica permite organizar e expor os diferentes sistemas. Esta opção tem também uma dimensão pedagógica, ao tornar legível o funcionamento do edifício e ao aproximar os utilizadores dos processos construtivos.

O programa Parque Escolar manteve-se ativo até cerca de 2012, altura em que foi interrompido no contexto da crise económica e da intervenção internacional. Ainda assim, teve um impacto significativo na melhoria das condições físicas das escolas secundárias em Portugal, contribuindo para a sua modernização.

No entanto, esta transformação arquitetónica nem sempre foi acompanhada por mudanças profundas ao nível das práticas pedagógicas. Apesar disso, os novos espaços criaram condições favoráveis à inovação e à evolução do ensino.





No caso da Escola Secundária Dom Dinis, a intervenção continua a revelar a sua pertinência, mantendo-se funcional e bem conservada. O projeto demonstra como a arquitetura pode desempenhar um papel determinante na qualificação do ambiente educativo, promovendo não apenas melhores condições materiais, mas também novas formas de aprendizagem e de relação com a comunidade.

FICHA TÉCNICA

Escola Secundária Dom Dinis

Arquitetura: Ricardo Bak Gordon

Colaboração: Luís Pedro Pinto, Pedro Serrazina, Sónia Silva, Vera Hígino, Walter Perdigão

Localização: Chelas, Lisboa

Cliente: Parque Escolar EPE

Construção: Mota-Engil

Especialidades: Proap (Paisagismo), Betar (Fundações, Estruturas e Instalações Hidráulicas), LMSA (Instalações Elétricas, Telecomunicações, Segurança, Acústica e Térmica)

Áreas: 2200 m² de construção + 7900 m² de remodelação

Data: Obra 2008

Custo: 9.500.000€

Fotografias: Leonardo Finotti

DESCONTOS*

MEMBROS DA ORDEM DOS ARQUITECTOS



**10%
DESCONTO***

75,00€
67,50€ *



**10%
DESCONTO***

21,00€
18,90€ *



**30%
DESCONTO***

30,00€
21,00€ *



**10%
DESCONTO***

18,07€
16,26€ *



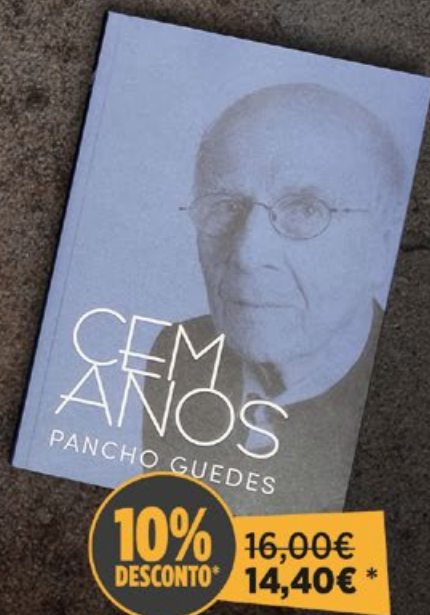
**10%
DESCONTO***

15,90€
14,31€ *



**10%
DESCONTO***

12,78€
11,50€ *



**10%
DESCONTO***

16,00€
14,40€ *



GÉNIO É FOGO QUE ARDE – MAS VÊ-SE.

Por **MIGUEL SANTIAGO**, ARQUITETO | Professor Associado com Agregação UBI, Covilhã, Portugal.
Colaborador do iA* Unidade de Investigação em Artes – Universidade da Beira Interior

“(...) Ao meditar sobre as razões da mudança exactamente quando assentava na sua fidelidade, o pintor supôs que o peixe, efectuando um número de mágica, mostrava que existia apenas uma lei abrangendo tanto o mundo das coisas como o da imaginação. Era a lei da metamorfose.

Compreendida esta espécie de fidelidade, o artista pintou um peixe amarelo.”

Herberto Helder

1 – O(s) Peixe(s)

Começamos e terminamos com peixes; os primeiros evocam a metamorfose do poeta, enquanto os segundos, sublimam a procura do cineasta.

Nada melhor, do que se iniciar este pequeno ensaio, com duas personagens tão distintas na sua profissão, que nos permitem e transmitem uma fecunda imaginação, Herberto Helder e David Lynch.

Esta tarefa, de escrever umas palavras sobre a obra e percurso do arquitecto Pancho torna-se árdua, mas, simultaneamente, graciosa e intelectualmente desafiante. Dado não ser possível fazer uma reflexão profunda sobre a dimensão da obra do arquitecto neste breve ensaio, resta-nos elaborar de forma pragmática um conjunto de pressupostos, que nos parecem estruturantes da sua prática profissional e do seu pensamento arquitectónico e/ou artístico. Assim, evidenciamos a importância do “Conhecimento e Retórica”, como acto inaugural de um “Conceito e Metodologia”. Num terceiro momento, evocamos a “Prática e a Profissão” como matérias decisivas no seu percurso, terminamos com o designado por “Pós-Obras”. Regressamos, neste caso, à metamorfose do poeta e à procura do cineasta; o projecto e a obra arquitectónica transformam-se num mundo de pinturas, maquetas e esculturas. Esta dimensão vibrante de tangências entre as várias expressões, tornou-se um acto de criação e de imaginação sem par no meio lusófono.



2 – Conhecimento e Retórica

A obra de Amâncio d'Alpoim Miranda Guedes é notável pela sua natureza controversa e irreverente, que valoriza o simbólico, a metamorfose, a incerteza e o sonho, em oposição a uma abordagem formatada e global.

A importância do conhecimento e da retórica na sua produção arquitectónica e artística é fundamental para compreender a sua abordagem única, que transcende rótulos e se estabelece através de uma complexa interacção entre o saber teórico-prático e a sua expressividade comunicativa.

O percurso de vida e profissional de Pancho foi marcado por uma "epistemologia nómada", moldada pelas suas vivências em diferentes lugares (Lisboa, Portugal, São Tomé, Maputo, Moçambique, Joanesburgo, África do Sul, Swazilândia...) e pela sua multiplicidade de atividades como arquitecto, pintor, escultor, professor, escritor, conferencista e colecionador.

Esta dimensão nómada intensificou uma compreensão abrangente e complexa, enraizada em valores locais e num profundo conhecimento da história. Para Pancho, o conhecimento não se dividia em compartimentos estanques.

As suas influências eram vastas e ecléticas. Pancho afirmava: "Eu primeiro era todos os outros", o que demonstra a sua abertura para aprender com os grandes mestres, mesmo através da "imitação" ou "cópia", que ele considerava um instrumento fundamental para o conhecimento e a evolução artística.

Um aspeto crucial do seu conhecimento era a incorporação da cultura e arte populares africanas, visível em elementos como os padrões geométricos do povo Ndebele do Transvaal e as máscaras de diversas tribos.

Esta fusão entre o erudito e o popular caracterizava inequivocamente a sua obra.

A retórica é um pilar da obra de Pancho, manifestada pela sua constante subversão e ironia, que o posicionavam como um arquitecto anti-doctrinal, desafiando o convencionalismo. O seu humor, por vezes "anglo-saxónico e indecifrável", dava um toque peculiar às suas conversas e escritos; tal como a metáfora e a analogia eram ferramentas retóricas centrais na sua expressão arquitectónica e literária.

A sua escrita era cativante, sarcástica, forte, irreverente e corrosiva, utilizando as palavras com grande rigor, apesar de uma "profunda desconfiança



Pancho Guedes no encontro do Team 10, Royaumont, 1962. Fotografia In Smithson, Alison (1991) **Team 10 Meetings: 1953-1984**. Delft: Delft University of Technology. Faculty of Architecture. Publikatieburo Bouwkunde. p. 39.

das palavras". A sua linguagem era profundamente poética e literária, extravasando o puro discurso descritivo ou técnico. Empregava um vocabulário rico e transformador, com termos como "rostos", "máscaras", "monstros", "máquinas" e "torres", que inseriam metáforas e analogias constantes nos seus textos. Os seus projetos eram narrados como pequenas histórias, com observações críticas e irónicas sobre clientes, programas e detalhes.

3 – Conceito e Metodologia

A importância do conceito e da metodologia de trabalho na sua obra transcende a mera execução, configurando-se como o eixo central de uma produção arquitectónica e artística singular, marcada pela irreverência, pela metamorfose e por uma profunda erudição. Para Pancho, o processo de conceber e materializar a arquitectura era uma intrincada dança entre o saber teórico-prático e a sua expressividade comunicativa, enraizada nas suas diversas vivências e papéis distintos.

O pensamento de Pancho é moldado por uma abordagem que rejeita a compartimentação do conhecimento. Ele defendia a complementaridade entre o "saber" (teoria) e o "fazer" (prática), uma postura que contraria a primazia da teoria característica da Modernidade.



Planta de coberturas, da Casa Eng. Madeira Cruz, Quinta da Beloura, de Pancho Guedes, 2004. Do arquivo pessoal P.G.

As suas influências eram vastas e ecléticas, abrangendo mestres como John Ruskin, Henry-Russell Hitchcock e Reyner Banham, que foram as suas referências iniciais. Admirava ainda a obra de Frank Lloyd Wright, Louis Kahn, Le Corbusier, Antoni Gaudí, Pablo Picasso, Marc Chagall, Paul Klee, entre muitos outros. Esta fusão entre diversos movimentos é uma marca inconfundível do seu conceito de arquitectura.

Pancho concebia a arquitectura a partir de três níveis essenciais: o topológico (lugar), o técnico (geometria) e o icónico (caráter simbólico). Ele transitava com fluidez entre estas vertentes. Por exemplo, os seus *Palácios Euclidianos* e o *Estilo Américo-Egípcio* expressam preocupações tipológicas e técnicas, enquanto o *Infantário Piramidal* e a *Yeshouse* revelam um foco na localização e na linguagem plástica.

Projetos como a *Casa Salm* demonstram a importância da paisagem, e as construções para a *Missão Suíça* sublinham a relevância de soluções técnicas e económicas adaptadas ao contexto local. Para Pancho, a verdadeira importância de uma construção estava na sua localização, não apenas na sua função, permitindo que qualquer edifício pudesse aspirar a ser um monumento.

Os nomes de suas obras são, por si só, expressões poéticas e metafóricas, como *Leão que Ri*, *Mulher Habitável*, *Padaria Saipal*, *Torre do Depósito de Água* e *Casa Avião*, muitas vezes comparadas às criações oníricas de Giorgio De Chirico.

A metodologia de trabalho de Pancho é indissociável da sua visão conceptual, tendo o desenho como elemento fundador e motor de todo o processo criativo. Ele via o desenho como uma "caligrafia pessoal", uma fonte primária de saber e uma forma de expressão única, acreditando que "quanto mais desenhamos, melhor vemos". O desenho não era apenas um meio técnico, mas um acto íntimo de um arquitecto artista, capaz de expressar conhecimento e personalidade, e que deveria "falar a uma só voz" no edifício.

Em suma, o conceito e a metodologia de trabalho do arquitecto português formam um sistema coeso onde o conhecimento vasto e transdisciplinar se manifesta através de um processo criativo intenso e experimental. A sua obra é um testemunho da capacidade de conciliar o erudito e o popular, o tradicional e o moderno, o local e o universal, sempre com uma linguagem rica em simbolismo, metáfora e uma inconfundível ironia. Esta abordagem integrada é o que confere à sua arquitectura a sua identidade única e intemporal, desafiando as classificações e permanecendo um objecto de estudo complexo e fascinante.

4 – Prática e Profissão

A prática e a profissão desempenharam um papel central e multifacetado no seu percurso, transcendendo a definição convencional de arquitecto para abarcar uma identidade artística e intelectual vasta.

Acreditava que o "saber fazer", ou a execução de uma tarefa, auxiliava de forma preponderante o pensamento e o exercício do desenho. A sua presença constante nas obras e a intervenção direta no processo de execução dos edifícios dotaram-no de um profundo conhecimento de materiais, técnicas e processos construtivos.

A importância da prática e da profissão na obra de Pancho pode ser compreendida como uma Multifuncionalidade Profissional; Pancho não se limitava a ser arquitecto. No entanto, dedicava muito tempo na visita às obras, intervindo directamente no processo de execução dos edifícios, não se limitando à coordenação geral.

Uma das marcas do seu percurso profissional era a capacidade de trabalhar com limitações financeiras, improvisando com materiais locais e rudimentares como cana, capim, pedra e madeira cortada à mão, o que gerava admiração por parte dos utilizadores e dos seus pares.

Destaca-se de forma clara o seu ecletismo e uma ironia incessante como metodologia de trabalho. Pancho caracterizou sua vasta obra em vinte e cinco (depois vinte e sete) famílias, estilos ou arquitecturas, uma sistematização que reflecte o seu ecletismo constante e uma ironia incessante. Ele não seguia modelos lineares, mas explorava novas realidades e formas de projectar, impulsionado pela experiência e metamorfose.

A sua Escrita e Manifestos são extensão de uma prática; os textos e manifestos eram parte integrante de sua prática profissional, muitas vezes cativantes, sarcásticos e repletos de metáforas e simbolismo. Serviam para expressar a sua visão crítica e irónica sobre a arquitectura, os clientes, os programas e o contexto. Ele usava "máscaras" e "heterónimos" (podemos referenciar uma aproximação aos heterónimos de Fernando Pessoa), para desenvolver um pensamento crítico e inovador.

Pancho defendia a ideia do Arquitecto Artista e a liberdade criativa; de que o arquitecto deveria ser um artista, libertando-o de convenções e dogmas.

Em suma, a prática e a profissão para Pancho eram um processo dinâmico e integrado, onde o conhecimento, a experimentação, a criatividade e o rigor se entrelaçavam continuamente. A sua capacidade de dialogar com múltiplos saberes e de se envolver ativamente em todas as etapas da materialização da arquitectura, conferiu à sua obra uma singularidade, uma profundidade e uma intemporalidade que continuam a desafiar e a inspirar.

5 – Pós-Obras

A prática de Pancho não se encerrava na conclusão física de um edifício; pelo contrário, as esculturas



Vista geral da Escola Clandestina no Caniço, de Pancho Guedes, L.M., 1969. Do arquivo pessoal P.G.

e pinturas que realizava depois da obra eram uma extensão fundamental do seu processo criativo, servindo para aprofundar, reinterpretar e até "corrigir" a sua arquitetura, dotando-a de camadas adicionais de significado.

Estas obras "póstumas" não eram meros apêndices, mas sim elementos cruciais para a compreensão da sua vasta produção e da sua filosofia artística. A importância destas obras subsequentes pode ser delineada em vários pontos: re-imaginação e re-desenho contínuo; Pancho tinha o hábito de "re-desenhar" edifícios que fizera nos anos quarenta e cinquenta, décadas após a sua construção inicial. Este processo envolvia a criação de novos desenhos, a alteração de projetos antigos e a geração de novas perspetivas, num modo contínuo em que o "dever de fazer se sobrepõe ao dever de ser". Assim, para ele, o tempo era uma realidade integrante do projecto, um instrumento de trabalho. Esta incessante actividade de "arrumar a

obra" reflete a sua convicção de que os artistas estão sempre a re-elaborar a sua própria criação.

Podemos também evocar a sua expressão simbólica e metafórica: as pinturas e esculturas eram veículos essenciais para a transmissão de significados simbólicos e metafóricos inerentes à sua arquitectura.

Um exemplo paradigmático é a pintura "O Leão que Ri", que, numa secção do edifício, concentra todo o discurso simbólico e metafórico do arquitecto, contando a história da sua vida em Maputo, com figuras como a sua "musa" (mulata, simbolizando o cruzamento de raças entre Portugal e Moçambique), a sua família e os seus colaboradores. As suas obras arquitectónicas eram frequentemente concebidas como "personalidades", com a fachada como "rosto" e as janelas como "olhos".

Deste modo, é possível desvendar e aprofundar a compreensão da obra; estas representações artísticas posteriores permitiam "desvendar edifícios"



Pormenor da maquete da Casa das Bonecas da Kiti, de Pancho Guedes, 1967. Do arquivo pessoal P.G.

e as suas intenções arquitectónicas, de uma forma que a obra construída por si só não conseguia. Serviam para apresentar a essência dos espaços arquitectónicos, "eliminando os erros, secundarizando a paisagem, enfatizando as proporções, redimensionando a escala e pormenorizando o que é relevante". Alguns pormenores eram até "mais visíveis na representação gráfica do que no objecto arquitectónico".

Surge-nos deste modo, uma narrativa pessoal e autobiográfica; as obras de arte eram profundamente ligadas à sua história pessoal, às suas memórias, sonhos e vivências. Os desenhos do seu filho Pedro para o Leão que Ri, as maquetas de bonecos para a sua filha Catarina e as fotografias da Casa Avião com a sua mulher Dori são testemunhos de um "olhar lúdico e intimamente pessoal". Ele via a arquitectura como parte da vida.

Pancho não reconhecia fronteiras rígidas entre as disciplinas artísticas, afirmando que não existiam diferenças entre arquitectura, pintura e escultura. Por

vezes torna-se obcecado pelo desejo de integrar na arquitectura as formas fluídas que descobriu na pintura e na escultura. Esta postura de "arquiteto artista" permitia-lhe explorar a arquitectura como um "ambiente artístico total", defendendo para os arquitectos as mesmas liberdades que pintores e poetas fruíam.

As obras de arte, especialmente os desenhos, alcançaram uma dimensão histórica e estética que pode rivalizar com a própria obra construída; como um legado e preservação da memória.

Perante o abandono ou degradação de muitos dos seus edifícios, estes desenhos e textos tornam-se "testemunhos preciosos" e um "legado fundamental" para a história da arquitectura portuguesa, servindo como "obras instrumentais" para a contínua interpretação e estudo da sua produção arquitectónica.

Em suma, para Pancho, as esculturas e pinturas realizadas depois da obra construída eram mais do que meras representações; eram um meio de continuidade criativa, de aprofundamento simbólico,



"Destaca-se de forma clara o seu ecletismo e uma ironia incessante como metodologia de trabalho. [...] não seguia modelos lineares, mas explorava novas realidades e formas de projectar, impulsionado pela experiência e metamorfose."

de narrativa pessoal e de reafirmação da sua visão holística e interligada das artes, garantindo que a sua obra, mesmo que fisicamente alterada ou destruída permanecesse viva e inteligível através de múltiplas linguagens artísticas.

"Se quisermos capturar peixes pequenos, podemos ficar pelas águas pouco profundas. Mas, se quisermos capturar os peixes grandes, temos de ir mais fundo. Nas águas profundas, os peixes são mais poderosos e mais puros. São enormes e abstractos. E são muito bonitos. Eu procuro um certo tipo de peixe que é importante para mim (...)"

David Lynch

Referências:

- Santiago, M. (2006) "**Permanência e Metamorfose: A obra de Pancho Guedes**" In arq./a, arquitectura e arte. Lisboa: Luís Santiago Baptista [ed.]. n.º 38 (Julho/Agosto); p. 62-65.
- Santiago, M. (2006) "**Pessoa na (da) arquitectura/The pessoa of architecture**" In "Lisboscópio" catálogo da Representação Oficial Portuguesa na 10.ª Exposição Internacional de Arquitectura – Bienal de Veneza. Lisboa: Instituto das Artes – Ministério da Cultura/Corda Seca, p. 111-121.
- Santiago, M. (2007) "**Pancho Guedes – Metamorfoses Espaciais**". Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- Santiago, M. (2007) "**Pancho Guedes, um arquitecto em Moçambique – pré-sustentabilidade ou intuição tectónica**" In Africana Studia – Revista Internacional de Estudos Africanos, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. n.º 10. p. 225-233.
- Santiago, M. (2009) "**Afinal, a Arca Não Tinha Só Animais...= There Weren't Just Animals In The Ark After All...**" in PANCHO GUEDES – VITRUVIUS MOZAMBICANUS, Pedro, GUEDES [ed], Museu Colecção Berardo, ISBN 978-989-8239-07-5, Lisboa, p. 284 – 290.
- Santiago, M. (2010) "**As Máquinas Humanas (de habitar) de Pancho Guedes = Pancho Guedes' Human Machines (for dwelling)**" in FALEMOS DE CASAS: ENTRE O NORTE E O SUL = LET'S TALK ABOUT HOUSES: BETWEEN NORTH AND SOUTH, Delfim Sardo [ed], Museu Colecção Berardo, Trienal de Arquitectura de Lisboa = Lisbon Architecture Triennale 2010, Lisboa, p. 318 – 325.
- Santiago, M. (2011) "**Habitar – Casas**" In Africana Studia – Revista Internacional de Estudos Africanos, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. n.º 16. p. 27-32.
- Santiago, M. (2011) "**O onírico, o símbolo, a metáfora e a ironia. Narrativas espaciais – Pancho Guedes.**" Sub-tema 3: Arquitetura e Urbanismo: a navegação das idéias in Espaços Narrados – A Construção dos Múltiplos Territórios da Língua Portuguesa, FAU/ USP. p. 907-928.
- Santiago, M. (2014) "**Pancho Guedes – O Processo, o Tectónico e os Materiais (do Passado ao Presente)**" (artigos) In CLME – 2014-IVCEM – 7ª Congresso Luso-Moçambicano de Engenharia / IV Congresso de Engenharia de Moçambique, Inhambane (Moçambique), 7 pág.
- Santiago, M. (2017) "**Desenho – Pancho Guedes**" in Re-Dispersos de Arquitectura, Luís Conceição [Coord.] Edição/Ismat, Portimão, Junho. p. 85-89. (ISBN: 978-989-97781-4-6).
- Santiago, M. (2025) "**Desenho – Pancho Guedes. Drawing**" In "Cem Anos – Pancho Guedes" Ed: Fundação Serra Henriques; Lisboa. p. 79-93 (ISBN: 978-989-35184-6-5).
- Editor/Coordenação Miguel Santiago (2025) "**Cem Anos – Pancho Guedes**" Ed: Fundação Serra Henriques; Lisboa. (ISBN: 978-989-35184-6-5).

COOPERATIVAS DE HABITAÇÃO EM PROPRIEDADE COLETIVA COMO RETIRAR AS PEDRAS DO CAMINHO

Por REDE CO-HABITAR/REDE TAGUS

Fotografia SOFIA PEQUITO e NUNO ALMENDRA



A jornada de reflexão sobre cooperativas de habitação em propriedade coletiva realizada na Ordem dos Arquitectos, no passado dia 17 de abril, por iniciativa da Rede Co-habitar e da Rede Tagus, reuniu futuros habitantes, profissionais e representantes do meio académico.

Esta sessão teve por base um dispositivo de trabalho colaborativo orientado para a produção de conhecimento aplicado, cruzando experiência prática, reflexão crítica e cocriação de soluções, e estruturou-se em torno de três objetivos principais: 1) produção de conteúdos para um futuro manual; 2) cocriação de respostas para desafios em aberto; 3) identificação e desconstrução de bloqueios legais, técnicos, financeiros e organizacionais.

Os participantes distribuíram-se por quatro mesas de trabalho dedicadas a outros tantos temas. Cada mesa desenvolveu um exercício de retroação (back-casting) estruturado em três momentos, em cada um dos quais foram identificadas as ações que teriam de ficar consolidadas para tornar possível a visão de futuro. Este processo levou os intervenientes a partir de um cenário desejável para 2035 – com 50 cooperativas de habitação em propriedade coletiva construídas e em funcionamento na Área Metropolitana de Lisboa – imaginado sem as amarras culturais e operacionais do presente, e a retroceder passo a passo para reconhecer as condições estruturais, as decisões políticas e as ações imediatas necessárias em cada etapa.

Seguiu-se a identificação de bloqueios a partir de casos reais e uma fase de cocriação orientada para o desenho de soluções, incluindo a análise das suas implicações jurídicas, financeiras e organizacionais e para a priorização de recomendações. O processo culminou com uma sessão de restituição em plenário dos resultados de cada mesa, que servirão de base à elaboração de um manual, e que a seguir se sintetizam.

Projeto de Arquitetura

A reflexão sobre este tema evidenciou a necessidade de uma transformação profunda no entendimento contemporâneo da arquitetura e da produção habitacional. A discussão deslocou-se da habitação enquanto objeto imobiliário para a habitação enquanto infraestrutura coletiva de vida, sustentada por princípios de cooperativismo, sustentabilidade ecológica, participação cidadã e gestão partilhada. A arquitetura assume assim, um papel estratégico na transição ecossocial e na reconfiguração das relações entre território, comunidade e instituições.

O projeto arquitetónico é aqui entendido como um processo aberto e relacional. A arquitetura abandona a conceção de um objeto isolado, para se afirmar como dispositivo de mediação entre a comunidade e as componentes técnica e legislativa, pretendendo-se enraizada no território e nos sistemas ecológicos que integra. O foco desloca-se de “o que construir” para o “como, com quem e para quem construir”, valorizando os processos de organização coletiva, os modelos de governança cooperativa e os mecanismos de participação efetiva dos futuros habitantes. Deste modo a participação é entendida como uma metodologia estruturada, que deve exigir um enquadramento temporal, mediação técnica e instrumentos claros de tomada de decisão. Isto porque os processos participativos não estruturados tendem a tornar-se ineficazes ou bloqueadores, sendo necessária uma padronização entre envolvimento coletivo, eficiência processual e capacidade técnica.

A qualidade arquitetónica destes projetos resulta sobretudo da articulação entre vida comunitária, adaptabilidade espacial e sustentabilidade ambiental. As habitações são idealmente concebidas como sistemas evolutivos capazes de responder a mudanças familiares, ciclos de vida e transformações sociais ao longo do tempo. Na mesa, conclui-se que é fundamental que os projetos integrem soluções de compartimentação reversível, tipologias híbridas, modelos em cluster e unidades flexíveis que permitam diferentes graus de privacidade e uso coletivo e construam estruturas espaciais abertas à transformação.

Reconheceu-se igualmente a importância dos espaços comuns no programa arquitetural. As cozinhas coletivas, lavandarias partilhadas, oficinas, salas multiuso, hortas, espaços de trabalho comum, quartos de hóspedes, terraços e áreas de cuidado, são entendidos como extensões da habitação privada e como infraestruturas fundamentais de suporte à vida comunitária. Mais do que racionalidade económica ou funcional, estes espaços procuram reforçar redes de proximidade, apoio mútuo e sociabilidade quotidiana, contribuindo para combater o isolamento, fragmentação urbana e precariedade social.

A dimensão ecológica atravessou toda a reflexão arquitetónica abordada. Estes projetos assumem os limites planetários como condicionantes estruturais do desenho arquitetónico, colaborando com outras entidades para qualificar ciclos de água, de energia, resíduos, alimentação, solo e biodiversidade na própria conceção do conjunto edificado.

Estratégias passivas de climatização, ventilação natural, redução de consumos energéticos, reutilização de águas cinzentas, produção de energia renovável e integração em comunidades energéticas são entendidas como componentes indissociáveis da qualidade arquitetónica. Foi valorizada a utilização de materiais de baixo impacto ambiental como, a madeira, a terra crua, o cânhamo, a cortiça ou sistemas híbridos industrializados, associada a preocupações de saúde, circularidade e análise do ciclo de vida da construção.

A industrialização e a construção modular foram sugeridas como ferramentas estratégicas para garantir viabilidade económica, redução de desperdício, rapidez construtiva e replicabilidade do modelo cooperativo. Contudo, foi igualmente reconhecida a existência de tensões entre exigências regulamentares, metas energéticas, custos dos materiais e limitações legais e técnicas à autoconstrução parcial, enquanto possibilidade complementar de redução de custos e de empoderamento comunitário.

Um dos aspectos mais debatidos foi a inadequação dos instrumentos normativos existentes face às especificidades da habitação cooperativa. As áreas mínimas regulamentares, as exigências excessivas de estacionamento e a rigidez tipológica foram identificadas como heranças normativas incompatíveis com modelos habitacionais flexíveis, sustentáveis e coletivos. Estas exigências aumentam custos, reduzem adaptabilidade e comprometem soluções inovadoras orientadas para a partilha de recursos. Foi defendida a substituição de parâmetros fixos por sistemas mais flexíveis, capazes de relacionar áreas, intensidade de uso e número de utilizadores, bem como o reconhecimento dos espaços coletivos e partilhados, como infraestrutura essencial da habitação.

Foi também evidenciada a necessidade de revisão dos instrumentos de planeamento urbano, incluindo PDM e regulamentos municipais, para permitir parâmetros urbanísticos diferenciados em projetos cooperativos, nomeadamente através da flexibilização do limite máximo de fogos, adaptando-o à variabilidade da composição familiar. O licenciamento foi identificado como um dos principais bloqueios à disseminação destes modelos. Defendeu-se a criação de regimes de exceção temporários, equipas técnicas especializadas na administração pública e mecanismos de avaliação ajustados à natureza experimental e coletiva destas iniciativas. Sem adaptação institucional, os participantes consideram difícil alcançar uma verdadeira escala de implementação até 2035.

A reflexão integrou ainda perspetivas feministas, inclusivas e intergeracionais, reconhecendo que a organização espacial influencia diretamente as dinâmicas de cuidado, segurança, acessibilidade e convivência. Os projetos cooperativos procuram incorporar modelos mais inclusivos de habitar, capazes de acolher diferentes estruturas familiares, grupos etários e situações de vulnerabilidade social.

Neste contexto, o arquiteto assume um papel expandido, passando a assumir funções de mediação, coordenação e articulação entre comunidade, indústria, instituições e processos legais. A prática arquitetónica torna-se cooperativa, interdisciplinar e continuada no tempo, integrando competências sociais, jurídicas, financeiras e organizacionais. As equipas técnicas passam a funcionar como estruturas permanentes de suporte às cooperativas, acompanhando o projeto, os processos de gestão, governança e de adaptação futura.

Em síntese, a arquitetura cooperativa afirma-se como ferramenta de transição ecossocial, capaz de produzir habitação e cidade de forma mais justa, adaptável e sustentável.

Dinâmicas de Participação

A mesa de trabalho dedicada a esta temática centrou-se na identificação das condições necessárias para desenvolver, manter e disseminar as cooperativas de habitação em propriedade coletiva.

Um dos eixos mais enfatizados foi a necessidade de formação e capacitação para a participação que decorre do facto deste modelo habitacional não ser muito conhecido em Portugal e da sociedade não estar familiarizada com modelos horizontais de organização e decisão. Daí a necessidade de promover uma formação-ação no seio das próprias cooperativas e de, paralelamente, sensibilizar a sociedade para este modelo cooperativo.

Outro conceito central que emergiu foi o de alinhamento. Mais do que manter as pessoas motivadas, é fundamental garantir que existe uma construção coletiva de objetivos, expectativas e visões. O alinhamento implica tornar explícitas as diferenças, trabalhar o que está implícito nos grupos e construir um horizonte comum, articulando objetivos de curto, médio e longo prazo. Diferenças de expectativas, de níveis de formalização desejados, de formas de comunicação ou de níveis de envolvimento podem gerar tensões ou conflitos. Nesse sentido, destacou-se a necessidade de desenvolver competências de mediação e, quando necessário, recorrer a apoio externo.



Ligado a este ponto surge o desafio da manutenção da motivação ao longo do tempo. Os projetos cooperativos são longos, complexos e frequentemente marcados por frustrações, negociações falhadas e atrasos. Sendo certo que o principal motor motivacional do coletivo é a existência de um terreno para desenvolver um projeto comum, manter o grupo ativo exige não apenas compromisso, mas também a adoção de estratégias como celebrar pequenas conquistas, organizar momentos de convívio e promover o reconhecimento interno e externo. De qualquer forma, a entrada e saída de cooperadores ao longo do tempo deve ser encarada como parte natural da evolução dos coletivos.

A criação de grupos de trabalho temático, a rotação de funções e valorização da dimensão relacional e emocional são algumas das estratégias que favorecem a participação dentro dos coletivos que deve ser contínua, transparente e informada, apoiada por instrumentos concretos como plataformas digitais, manuais, sistemas de feedback e mecanismos de registo de experiências. Registar percursos, dificuldades, soluções e aprendizagens permite construir conhecimento coletivo e torná-lo acessível a novos grupos. Sem este esforço de documentação, muito do saber produzido perde-se ou permanece inacessível, dificultando o avanço e a replicação dos projetos.

Outro tema estruturante foi a intercooperação e o trabalho em rede. As cooperativas não devem funcionar como entidades isoladas, mas como parte de um ecossistema mais amplo que inclui outras cooperativas, instituições públicas, academia e sociedade civil. A troca de experiências, ferramentas e aprendizagens foi identificada como essencial para evitar a repetição de erros e acelerar processos. Neste contexto, a criação de plataformas comuns de informação, incluindo mapeamento de projetos, terrenos e recursos, surge como uma necessidade concreta. Esta abertura contribui não só para a aceitação social dos projetos, mas também para a criação de redes de apoio e colaboração.

Em síntese, a sustentabilidade das cooperativas depende da construção de culturas de cooperação assentes em alinhamento contínuo, mediação de conflitos, aprendizagem partilhada e redes colaborativas.

Financiamento

São diversas as formas de financiamento acessíveis às cooperativas de habitação em propriedade colectiva, como demonstram experiências internacionais:

banca comercial, banca cooperativa e ética, financiamento público ou crowdfunding. A reflexão desta mesa centrou-se, sobretudo, nas condições necessárias para viabilizar estes modelos em Portugal, tanto junto da banca como da administração central e local.

Embora parte do investimento possa beneficiar de financiamento com menor custo financeiro, o recurso ao crédito bancário parece inevitável. O acesso ao crédito constitui, aliás, um dos principais bloqueios à promoção cooperativa de habitação, sobretudo em modelos de propriedade colectiva. A discussão incidiu, por isso, nos factores de desconfiança das instituições financeiras, procurando perceber como mitigar os riscos associados a este tipo de financiamento e como definir responsabilidades claras em caso de incumprimento.

Quanto ao papel da administração pública, identificaram-se duas dimensões fundamentais: por um lado, a necessidade de alterações legislativas e clarificação do enquadramento jurídico para tornar o regime plenamente operacional; por outro, a implementação efectiva de linhas de financiamento para promoção cooperativa e o reforço da literacia institucional sobre modelos cooperativos nos organismos da administração central e local.

Foi sublinhada a urgência de deixar de depender de contextos marcados pela incerteza e ausência de precedentes nacionais para lançar projectos-piloto, garantindo um enquadramento funcional para as duas modalidades previstas na lei: atribuição do direito de habitação e inquilinato cooperativo. Para tal, será necessário adequar o Regime Jurídico das Cooperativas do Ramo da Habitação e Construção e a Lei n.º 56/2023 aos desafios já identificados. A criação de casos exemplares capazes de demonstrar a relevância e legitimidade do modelo é essencial para consolidar uma definição legal mais segura, processos administrativos mais eficazes e um enquadramento fiscal adequado que permita ganhar escala.

Entre as medidas de apoio não financeiro do Estado, destacou-se a cedência de direitos de superfície sobre património público com aptidão habitacional, particularmente relevante em territórios sujeitos a forte pressão urbanística. Contudo, do ponto de vista bancário, a separação entre nua propriedade e direito de superfície introduz maior complexidade jurídica e reduz a qualidade do colateral. Cooperativas assentes neste modelo dependerão, assim, mais fortemente de garantias públicas, nomeadamente através do Banco Português de Fomento,



ou da intervenção das autarquias locais na própria estrutura de governança.

O modelo de governança foi identificado como um elemento determinante para a credibilidade financeira destes projectos. Destacou-se a necessidade de transparência no funcionamento interno, clareza nos mecanismos de responsabilização em caso de execução da hipoteca e eventual reforço dos mecanismos de fiscalização, nomeadamente através da existência simultânea de Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas.

Neste contexto, foram identificados três modelos de responsabilidade. O modelo de responsabilização individual, que, embora juridicamente operacionalizável através de garantias pessoais e mecanismos de controlo interno, não prevê a capacidade de resposta solidária entre membros de uma cooperativa. O modelo estatal foi identificado como o mais estável do ponto de vista do financiamento público, particularmente adequado a programas de Habitação de Custos Controlados integrados nas Estratégias Locais de Habitação, mas com aparentes limitações ao nível da inovação social e da mobilização de capital não estatal. Já o modelo de responsabilização colectiva foi reconhecido como tendo maior potencial de

transformação estrutural, permitindo a mutualização do risco entre cooperadores e a criação de sistemas intercooperativos de garantia, embora exija maior maturidade organizativa e social dos grupos envolvidos.

Persistem, contudo, desafios transversais: como reforçar a confiança institucional através de modelos de governança eficazes e transparentes; como obter financiamento sem garantias equivalentes às da propriedade individual; como acomodar juridicamente estes modelos de forma clara e financiável; e como definir mecanismos de responsabilização simples e creíveis.

O caminho apontado passa pela adaptação dos instrumentos existentes para tornar o modelo de propriedade colectiva financeiramente executável e institucionalmente creível, sem necessidade de criar novos conceitos jurídicos. Concluiu-se que o financiamento bancário se torna significativamente mais viável quando existe uma estrutura de responsabilidade clara, admitindo-se a possibilidade de regimes de responsabilidade ilimitada ou mista, assentes na solidariedade entre membros que assumem colectivamente o risco. O acesso ao crédito depende, assim, da identificação inequívoca de um sujeito económico responsável e solvente.



Anti-Especulação

A mesa dedicada aos mecanismos anti-especulativos partiu de uma preocupação central: a dificuldade em impedir que projetos habitacionais concebidos com objetivos sociais acabem, ao longo do tempo, absorvidos pelo mercado imobiliário especulativo. Muitas habitações construídas com apoio público ou em contexto cooperativo foram progressivamente convertidas em propriedade individual e transacionadas no mercado livre, frequentemente sem possibilidade de exercício do direito de preferência por parte das cooperativas ou de entidades públicas, quer por incapacidade financeira, quer pela extinção das cooperativas após a conclusão da construção ou amortização da dívida. A valorização especulativa dos imóveis acaba, assim, por desvirtuar o objetivo inicial de garantir acesso à habitação a custos controlados.

Ao nível organizacional, destacou-se a especificidade do modelo cooperativo. As cooperativas assentam em princípios distintos da lógica de mercado, nomeadamente a regra “uma pessoa, um voto”, independentemente do capital investido, e a intransmissibilidade da condição de cooperador. Contudo, estas características, fundamentais ao cooperativismo, não garantem por si só a inalienabilidade do património. Sendo a Assembleia Geral soberana, poderá deliberar a passagem ao regime de propriedade individual e a alienação dos fogos.

Daqui decorre a necessidade de mecanismos de bloqueio externos à própria cooperativa. Foi apontada a integração de outras entidades na governação, com poderes de veto sobre decisões de alienação. Experiências internacionais oferecem referências relevantes, como o Mietshäuser Syndikat (Alemanha) e Les Pas-Sages (França), que impedem a venda através de estruturas de veto externo, e os Community Land Trusts (Reino Unido, Bélgica e França), que separam a propriedade do solo da habitação, mantendo o solo sob controlo de entidades sem fins lucrativos.

Discutiu-se igualmente o papel do direito de superfície enquanto mecanismo de limitação da especulação. A separação entre propriedade do solo e da construção pode influenciar o valor de mercado do imóvel, sobretudo se os procedimentos administrativos e os registos do ónus forem claros e eficazes. Neste contexto, a conjugação entre direito de superfície sobre património público e propriedade coletiva cooperativa foi apresentada como uma das soluções mais robustas no quadro legislativo atual. O solo permanece sob controlo público, enquanto os cooperadores acedem apenas a direitos de habitação, reduzindo significativamente o potencial especulativo. Ainda assim, a acumulação de ónus sobre o imóvel complexifica a execução da hipoteca, aumenta o risco do crédito e não elimina totalmente a possibilidade de alienação futura.

Foram ainda discutidos mecanismos complementares de estabilização da propriedade coletiva, como cláusulas de inalienabilidade, limitações à transmissibilidade das habitações e sistemas regulados de saída dos cooperadores. Nestes casos, o retorno do direito de habitação à cooperativa faz-se segundo regras previamente definidas, incluindo fórmulas de cálculo do valor de saída baseadas no custo de aquisição acrescido da inflação, evitando a captura individual de mais-valias sobre um bem coletivo.

Em síntese, concluiu-se que o combate à especulação exige uma abordagem integrada, articulando instrumentos jurídicos, financeiros e institucionais. Torna-se essencial dissociar a ideia de propriedade da ideia de segurança habitacional, deslocando o foco da valorização patrimonial para o uso social da habitação. Permanece, contudo, um desafio estrutural: criar mecanismos de financiamento capazes de viabilizar modelos que, ao limitarem deliberadamente a valorização do património, reduzem simultaneamente a eficácia do imóvel enquanto colateral bancário.

Conclusão

As quatro mesas das jornadas evidenciaram o potencial deste modelo como possibilidade e alternativa ao sistema de produção habitacional dominante, focada no uso, gestão coletiva e estabilidade social. O cenário projetado para 2035, com 50 cooperativas em funcionamento na Área Metropolitana de Lisboa, revelou a necessidade de profundas mudanças legais, institucionais, financeiras e culturais para tornar estes projetos viáveis e replicáveis.

Na mesa sobre o projeto de arquitetura, destacou-se a inadequação dos regulamentos atuais às especificidades da habitação cooperativa. Exigências rígidas de áreas mínimas, estacionamento e tipologias limitam soluções mais flexíveis, sustentáveis e adaptáveis à vida comunitária, assim como, o consumo desnecessário de recursos e energia dispendida, tendo em conta a satisfação das necessidades básicas das pessoas. Para ultrapassar estes constrangimentos foi proposta a criação de regimes regulamentares de exceção, a revisão dos instrumentos urbanísticos e a constituição de equipas técnicas especializadas na administração pública. Foi também proposta a promoção de formação técnica específica para a criação de assessorias técnicas às cooperativas de habitação.

As discussões sobre participação evidenciaram que o principal desafio, para além de construir edifícios, é construir comunidades capazes de cooperar no longo prazo. A reduzida experiência em processos horizontais de decisão exige investimento em formação, mediação de conflitos e mecanismos transparentes de governação. Foi igualmente sublinhada a importância da sistematização e documentação das experiências e da criação de redes de intercooperação entre cooperativas, municípios, academia e sociedade civil, de forma a consolidar conhecimento coletivo e acelerar a replicação dos projetos.

No âmbito do financiamento, identificou-se como principal bloqueio a dificuldade do sistema bancário em reconhecer a propriedade coletiva como modelo financiável. Dar crédito – do latim *credere* – implica acreditar, confiar. Essa confiança é necessária transversalmente aos organismos públicos e à banca. O reconhecimento de que o regime de propriedade coletiva é, por si só, um agravante do risco financeiro, do ponto de vista da banca, aliado à falta de políticas que possibilitem a operacionalização eficaz deste regime, revela a prática deste regime como um desafio paradigmático, que tem dificuldade em vingar no seio da (mono) cultura da propriedade individual em Portugal.

Quanto ao tema da anti-especulação, perscrutaram-se formas de eliminar o risco de projectos cooperativos que pretendam colectivizar a propriedade serem absorvidos pelo mercado imobiliário a médio/ longo prazo. Para evitar essa captura especulativa, foram discutidos instrumentos como propriedade coletiva, direito de superfície, limitação de transmissibilidade e mecanismos de saída regulados, sem apropriação de mais-valias. As experiências internacionais analisadas demonstraram que a estabilidade destes modelos depende da articulação entre instrumentos jurídicos, forte governança das organizações envolvidas e mecanismos de supervisão pública ou de poder de veto inter-organizacional.

Parece premente garantir que os esforços empreendidos no sentido de conservar os fogos fora do âmbito do mercado especulativo, a longo prazo, não produzam obstáculos no momento de aceder a financiamento bancário.

Reforçou-se a necessidade de criar condições para que projectos-piloto se operacionalizem. Os bons exemplos poderão tornar visíveis as características e capacidades do regime de propriedade colectiva, bem como os entraves a ultrapassar para que o movimento consiga ganhar escala. Para tal, é considerada imperativa a criação de ambientes flexíveis, que permitam experimentar modelos adaptados ao seu contexto social, económico e territorial. Adaptar, monitorizar e rever, para que se possa, a partir de *modus operandi* diversos, contribuir para viabilizar mais promoção habitacional em propriedade colectiva.

Em síntese, as jornadas evidenciaram que a habitação cooperativa em propriedade coletiva pode afirmar-se como um instrumento estratégico de transição ecossocial e democraticamente inovadora no acesso à habitação. O desenvolvimento destes modelos exige uma articulação integrada entre arquitetura, enquadramento legal, financiamento e participação cidadã, capaz de cocriar soluções habitacionais mais acessíveis, sustentáveis e centradas nas pessoas. Através da adaptação regulamentar, da experimentação de projetos-piloto e do reforço das redes de cooperação institucional e cidadã, estas práticas poderão contribuir para a construção de territórios mais resilientes, solidários e ambientalmente responsáveis, alinhados com os princípios da New European Bauhaus.

CERIMÓNIA DE RECEÇÃO NOVOS MEMBROS'25

Por **REDAÇÃO**

Fotografia **NUNO ALMENDRA**

A receção aos Novos Membros é um momento de celebração, partilha e cumplicidade que a Secção Regional de Lisboa e Vale do Tejo promove anualmente, escolhendo, a cada edição, um espaço simbólico para dar as boas-vindas aos profissionais que chegam à Ordem. O Auditório da Reitoria da Universidade Nova, no Campus de Campolide, acolheu no passado dia 12 de março a receção aos Novos Membros da Ordem dos Arquitectos. A sessão decorreu na companhia das criações de Os Espacialistas e do maestro Martim Sousa Tavares, bem como de um momento de reflexão e discussão em torno dos cruzamentos entre a arquitetura e as outras artes.

Convidámos Os Espacialistas, que criaram, para o momento, a performance visual e sonora Assistência Artística à Obra. Através de imagens, representação e textos declamados, Os Espacialistas propuseram uma reflexão sobre a profissão, o quotidiano do trabalho em obra e as pessoas invisíveis que nele participam, essenciais para o sucesso dos projetos. Enquanto apresentavam diferentes formas de pensar o trabalho quotidiano e participativo, os Novos Membros deambulavam pelo átrio da Reitoria, num beberete inicial, sendo depois convidados a participar num breve exercício coletivo que procurou trazer consciência ao corpo e à relação entre corpo, espaço e obra.

Já no auditório, Martim Sousa Tavares dedicou a palestra-performance Arquitetura e Música às relações entre estas duas artes, abordando a forma como

partilham princípios de composição, organização e construção. Combinando palavra e música, explorou as proximidades entre os processos criativos, destacando elementos como ritmo, estrutura e forma, e sublinhou a importância da construção metodológica no exercício profissional.

A arquiteta e realizadora Sara Nunes (Building Pictures) moderou, de seguida, o debate com os convidados, que refletiram sobre as relações entre quem projeta, quem constrói e quem ocupa o espaço. No caso de Os Espacialistas (arquitetos Luís Baptista e Diogo Castro), foi enfatizada a importância de reconhecer os gestos, os movimentos e a presença humana no processo de construção.

Martim Sousa Tavares destacou as formas como a arquitetura influencia e molda a experiência sonora. Referiu a Casa da Música como exemplo da sobreposição da intenção arquitetónica à adequação funcional do espaço: "Os músicos gostam de atuar na Casa da Música pelo que representa, mas detestam lá tocar porque não se conseguem ouvir." Salientou ainda o papel da configuração arquitetónica na criação de uma relação particular entre intérpretes, público e sala, evidenciando como o espaço participa ativamente tanto na experiência musical como na performance dos músicos.

É tradição que neste evento ocorra a entrega dos diplomas aos Novos Membros, assim como os discursos do Presidente da Secção Regional de Lisboa











e Vale do Tejo, Pedro Novo, e o presidente da Ordem dos Arquitectos, Avelino Oliveira.

Avelino Oliveira salientou que a chegada de Novos Membros revaloriza o papel dos arquitetos mais experientes e reforça a vontade de contribuir para o seu sucesso. Sublinhou ainda a importância do momento de entrada na profissão e a relevância de pertencer à Ordem enquanto espaço de representação, partilha e defesa da prática da arquitetura.

Pedro Novo destacou a importância social da profissão: "Mais do que um gesto simbólico, este momento marca a entrada numa profissão que tem um papel muito concreto na forma como vivemos, habitamos e construímos as nossas cidades e o nosso território. Cada projeto desenvolvido por um arquiteto, independentemente da sua escala, acaba por ter impacto na vida das pessoas e na qualidade dos lugares que partilhamos."

Partilhando com os Novos Membros o gosto de participar nesta cerimónia, o presidente da Secção de Lisboa e Vale do Tejo referiu-se às exigências contemporâneas da profissão: "A vossa vida profissional inicia-se num tempo particularmente exigente. Vivemos uma época de mudanças rápidas. As novas tecnologias

digitais, a inteligência artificial, a urgência da sustentabilidade ambiental e a crescente complexidade dos processos administrativos estão a transformar profundamente a forma como pensamos, projetamos e construímos as nossas cidades e o nosso território. Tudo isto traz novos desafios. Exige capacidade de adaptação, espírito crítico e uma grande abertura ao trabalho interdisciplinar, mas também abre oportunidades muito interessantes para repensar a forma como respondemos aos problemas contemporâneos das cidades e do território."

Recordando que "a Ordem dos Arquitectos é a casa comum dos arquitetos", desafiou os profissionais a olharem para os desafios atuais com novas perspetivas, mobilizando ideias, capacidade e criatividade.

O gesto simbólico da entrega dos diplomas marca o início de um novo percurso profissional e a integração na comunidade da Ordem para centenas de Novos Membros. Num ambiente de celebração e reconhecimento, os Novos Membros foram chamados ao palco para receber o diploma perante colegas, convidados e representantes institucionais, assinalando formalmente a entrada na vida profissional e reforçando o espírito de comunidade e o sentimento de pertença.

DIA REGIONAL DO ARQUITETO DE LISBOA E VALE DO TEJO – 2026 RITUALIZAR ENCONTROS, RECONHECER TRAJETOS.

Por **REDAÇÃO**

Fotografia **TURMA CREATIVE, JORGE PORTUGAL, CÉLIA MAIA e DAVID CACHUCHO**

A origem das tradições é – quase sempre – um momento ao qual não se assiste. Remonta a um tempo histórico associado a uma memória contada.

A pedra-de-toque para o desenho da primeira edição do Dia Regional do Arquiteto (DRA), promovido pela Secção Regional de Lisboa e Vale do Tejo da Ordem dos Arquitectos, foi mais prosaica do que a instituição de uma tradição. Contudo, deseja-se que o dia 30 de maio de 2026 fique inscrito no calendário da OA-SRLVT, fazendo com que a celebração da arquitetura e das pessoas que a fazem perdure no tempo. É assim que as tradições se imprimem na vida coletiva.

Promover e valorizar a arquitetura, fortalecer a comunidade profissional e criar redes duradouras entre colegas, dirigentes e instituições são propósitos plasmados na missão da nossa seção. A motivação para a criação do DRA surge destes princípios e da vontade de colmatar um vazio de espaço intergeracional para o debate e para a partilha de ideias sobre a arquitetura. A criação desta efeméride visou valorizar a diversidade dos trajetos, das idades e dos tempos individuais, colocando-os ao serviço da reflexão coletiva entre profissionais da área. Temas prementes, como a Sustentabilidade, a Reabilitação do Edificado, a Habitação e o Ordenamento do Território, ganham com a partilha e com as questões que nascem dos

espaços de discussão. Mais do que a criação de um momento festivo, ou de um palco para encontros de natureza retórica, estes momentos são sementes que criam mudanças efetivas no paradigma de pensamento da arquitetura e alimentam sinergias de ação sobre problemáticas do setor.

Em 2026, o Bom Sucesso Resort, em Óbidos, foi o espaço escolhido para receber este primeiro encontro regional, numa lógica descentralizadora e de promoção da arquitetura fora dos grandes centros urbanos, e por se tratar de um território com uma das maiores concentrações, em Portugal, de obra assinada por arquitetos premiados.

O dia começou com um périplo de visitas às villas do resort assinadas pelos arquitetos **Falcão de Campos, Egas Vieira / Manuel Graça Dias, Manuel Aires Mateus, Inês Lobo e Gonçalo Byrne**. Cada villa visitada teve um arquiteto como guia. Falcão de Campos e Egas Vieira guiaram as visitas às villas de sua autoria, a artista plástica Nathalie Bourgogne conduziu a visita à villa concebida pelo arquiteto Manuel Mateus, da qual é proprietária. O arquiteto João Vaz dirigiu a visita à villa com autoria da arquiteta Inês Lobo. A visita à villa assinada por Gonçalo Byrne ficou a cargo do arquiteto Pedro Novo.











Homenagem aos 25 e 50 anos de inscrição na Ordem dos Arquitectos

A tarde abriu com a Cerimónia de Homenagem aos membros que celebram 25 e 50 anos de inscrição na Ordem dos Arquitectos.

Num primeiro e emotivo momento, as Medalhas Comemorativas aos arquitetos com 50 anos de carreira foram entregues pelo Presidente da OA-SRLVT, o arquiteto Pedro Novo, e pela Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Ordem dos Arquitectos, a arquiteta Cláudia Costa Santos. Entre os distinguidos contaram-se João Paciência, Alberto Reaes Pinto e João Paulo Bessa, arquitetos com mais de 50 anos de trajeto profissional. As medalhas dos 25 anos foram entregues pela Vice-Presidente da OA-SRLVT, a arquiteta Alexandra Paio, e pela Vice-Presidente do Conselho Diretivo Nacional, a arquiteta Paula Torgal.

Fran Silvestre e a reflexão sobre o formalismo puro

A conferência internacional que se seguiu trouxe a Óbidos o arquiteto valenciano Fran Silvestre, reconhecido pela pureza formal, pelo rigor conceptual e pela relação subtil entre luz, matéria e espaço. Sob o título *La sublimación de lo cotidiano*, Silvestre propôs uma reflexão sobre a capacidade da arquitetura de transformar o quotidiano em experiência — de elevar os gestos simples, os espaços habitados e a relação com a matéria a uma dimensão poética e essencial.

Foi um momento de pensamento partilhado e que colocou no centro da conversa o que em muito sustenta a existência da profissão: a ideia de que a arquitetura não serve apenas para abrigar, mas para habitar – no sentido pleno e humano do termo.



Prémio Regional de Arquitetura Ruy d'Athouguia 2026

No final da tarde, o jantar foi o palco para a entrega do inaugural Prémio Regional de Arquitetura Ruy d'Athouguia, uma distinção que se pretende bienal, de promoção das boas práticas arquitetónicas e aproximação entre Arquitetura e Sociedade.

Este prémio tem como objetivo reconhecer e dar visibilidade à qualidade da arquitetura produzida na região de Lisboa e Vale do Tejo e, em 2026, o prémio incluiu um troféu concebido pelo artista plástico Pedro Cabrita Reis, um diploma aos diversos intervenientes da obra e uma placa identificativa para o edifício premiado, prolongando o reconhecimento para além da cerimónia e inscrevendo-o no território.

As três categorias a concurso, Edificação Nova, Reabilitação e Salvaguarda do Património – CCDD LVT, reuniram três prémios principais e ainda um total de dez menções honrosas, reflexo da qualidade, diversidade e vitalidade da prática arquitetónica na região.

Prémio Carreira

Fernão Simões de Carvalho e Helena Roseta

A noite encerrou com a primeira edição da entrega do Prémio Carreira da OA-SRLVT – uma distinção com um galardão concebido pelo coletivo Os Espacialistas – para reconhecer arquitetos da Secção Regional cujo percurso se tenha distinguido pela consistência, relevância e contributo para a arquitetura e para a sociedade. Uma distinção que não olha apenas para a obra construída mas para a vida dedicada a uma ideia de profissão.

Nesta primeira cerimónia foram homenageados o arquiteto Fernão Simões de Carvalho e a arquiteta Helena Roseta – duas figuras cujas vidas e obras são inseparáveis da cidade, do território e das pessoas que neles habitam. Reconhecê-los nesta noite foi um ato de justiça e de memória.

Com esta primeira edição, o Dia Regional do Arquiteto afirmou-se como um encontro com identidade e propósito. Que as próximas direções o abracem e o continuem — como um momento de celebração, de debate e de união de uma classe que tudo tem a dizer sobre o país que habita.



PRÉMIO REGIONAL DE ARQUITETURA LISBOA E VALE DO TEJO RUY D'ATHOUGUIA – 2026

Por **REDAÇÃO**

Fotografia **TURMA CREATIVE** e **JORGE PORTUGAL**

A entrega do Prémio Regional Ruy d'Athouguia foi um momento central na agenda das comemorações da primeira edição do Dia Regional do Arquiteto.

No espaço Nave, no Bom Sucesso Resort, puderam ser visitadas as estruturas expositivas que exibiam os projetos candidatos ao prémio que, em 2026, recebeu 80 candidaturas. A exposição, patente ao longo do dia, revelou ao público a qualidade e a diversidade de obras recentemente edificadas na Região de Lisboa e Vale do Tejo, servindo de antecâmara para a entrega dos galardões e enquadrando os vencedores no conjunto dos projetos candidatos.

Divididos em três categorias — Edificação Nova, Reabilitação e Salvaguarda do Património, esta última apadrinhada pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo — os prémios foram reservados para o momento do jantar.

Cada galardão era composto por um troféu concebido pelo artista plástico Pedro Cabrita Reis, pelos diplomas endereçados aos diversos intervenientes da obra e por uma placa identificativa para afixação no edifício premiado.





PREMIADOS

O primeiro prémio a ser atribuído foi o da categoria **Edificação Nova**, entregue pelo arquiteto Pedro Novo, Presidente da Secção Regional de Lisboa e Vale do Tejo da Ordem dos Arquitectos, à **Igreja e Centro Paroquial e Social de São José da Boavista**. Com autoria dos arquitetos **João Favila e Pedro Matos Gameiro**, o projeto foi concebido para a **SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana (Lisboa Ocidental)**, com a **Tecnorém** como empreiteiro geral.

Na mesma categoria, foram atribuídas Menções Honrosas aos projetos:

- **Casa na Lapa (Lisboa)**

Autor: Ricardo Bak Gordon

Promotor / Dono da obra: Top Notch

– Investimentos Imobiliários

Empreiteiro Geral: 2GM

- **Campo de Futebol da Laje (Oeiras)**

Autor: Miguel Marcelino

Promotor / Dono da obra: Município de Oeiras

Empreiteiro Geral: ABB

- **Casa Catribana (Sintra)**

Autor: Luís Pedro Pinto

Promotor / Dono da obra: Arq.º Luís Pedro Pinto

Empreiteiro Geral: Palestra Portátil

- **Escola Alemã de Lisboa – Liceu C (Lisboa)**

Autor: João Luís Carrilho da Graça

Promotor / Dono da obra: Associação Escola

Alemã de Lisboa / República Federal da Alemanha

Empreiteiro Geral: Build Grow

A segunda categoria a conhecer o seu vencedor foi a de **Reabilitação**, com o galardão a ser entregue pela arquiteta Patrícia Barbas, membro suplente do júri, ao projeto **Jardim da Galeria**, dos arquitetos **Ricardo Bak Gordon e Rui Mendes** para a Câmara Municipal do Montijo, com a **OMEP – Obras, Medições e Projetos** como empreiteiro geral.

As Menções Honrosas para a categoria Reabilitação foram atribuídas aos projetos:

- **Funicular da Graça (Lisboa)**

Autores: João Favila / Pedro Domingos / João Carlos Simões

Promotor / Dono da obra: EMEL

Empreiteiro Geral: Ecocial – Construção Civil e Obras Públicas

- **Adega e Residência de Estudantes no Mosteiro de Santa Maria do Mar (Cascais)**

Autor: Pedro Matos Gameiro

Promotor / Dono da obra: Câmara Municipal de Cascais

Empreiteiro Geral: NOW XXI

- **Casa Atelier no Caramão da Ajuda (Lisboa)**

Autores: José Maria Cumbre / Nuno Caetano – Aspa Atelier

Promotor / Dono da obra: Arq.º José Maria Cumbre

Empreiteiro Geral: Ampla Building

- **Escola Básica e Jardim de Infância Infante D. Henrique (Lisboa)**

Autores: Patrícia Marques / João Paulo Costa – Site Specific

Promotor / Dono da obra: SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana

Empreiteiro Geral: Ruce – Construção e Engenharia





Na categoria **Salvaguarda do Património** – apadrinhada pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo –, o prémio foi entregue pela arquiteta Filipa Gil, membro do júri, ao projeto de **Reconversão do Convento de Jesus em Museu**. A obra é da autoria do arquiteto **João Luís Carrilho da Graça** para o **Município de Setúbal**, com **Alexandre Barbosa Borges e Nicolau de Macedo** como empreiteiros gerais.

Na categoria Salvaguarda do Património CCDR LVT, as Menções Honrosas foram atribuídas aos projetos:

• **Forte de Nossa Senhora dos Anjos de Paimogo (Lourinhã)**

Autores: Paulo Tinoco / Michela Degortes

Promotor / Dono da obra: Câmara Municipal da Lourinhã

Empreiteiro Geral: Monumenta – Reabilitação do Edificado e Conservação do Património

• **Edifício de Habitação na Rua de São João da Praça (Lisboa)**

Autores: João Appleton / Isabel Domingos

Promotor / Dono da obra: Bruno Emmanuel Diane Croizé Pourcelet

Empreiteiro Geral: ENGCON – Engenharia e Construção

A cerimónia de entrega do Prémio Regional Ruy d'Athouguia foi uma celebração da excelência arquitetónica: os seus vencedores distinguem-se, no contexto contemporâneo, pela qualidade, inovação e relevância das obras apresentadas. Vencedores e Menções Honrosas refletem não apenas a diversidade e a criatividade, mas também o rigor da prática da arquitetura – evidenciando o mérito singular de autores e equipas.





Matching
our nature.



innovus[®]

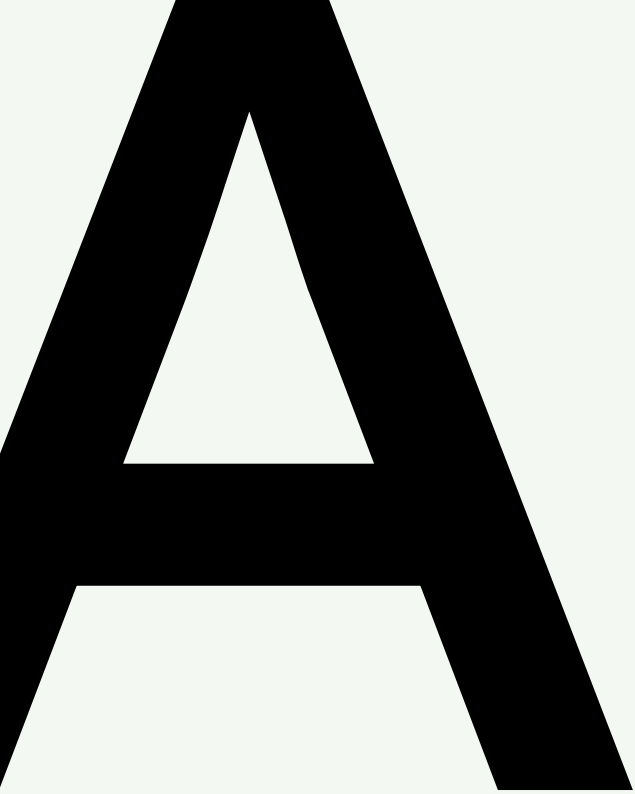
Decorative Products

Novos decorativos
que realçam
a estética
e a funcionalidade
dos espaços.



www.sonaearauco.com

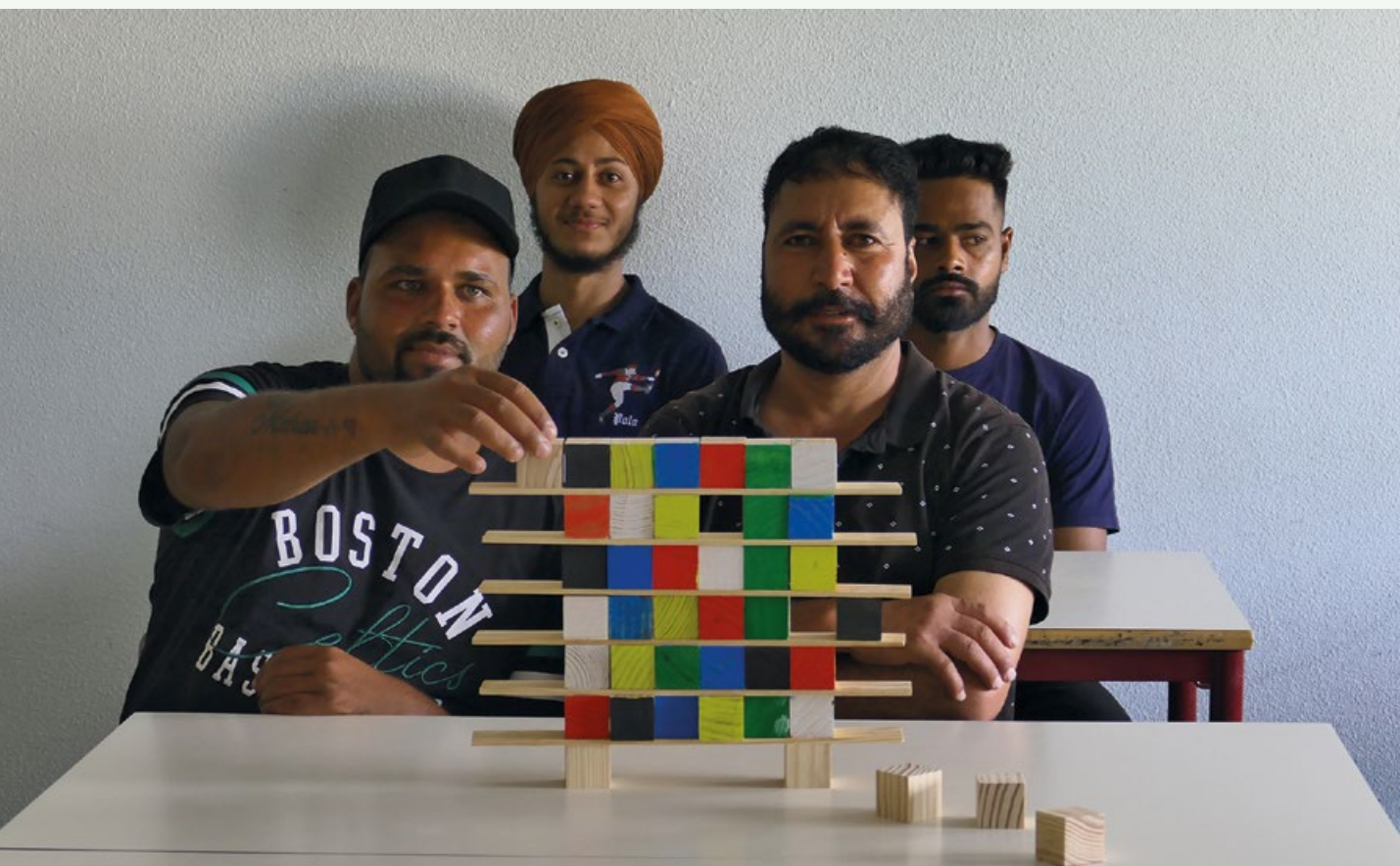
A brand of
**SONAE >
ARAUCO**



A ARTE É A ARQUITECTURA DA EDUCAÇÃO

ARTE, ARQUITECTURA
E EDUCAÇÃO
NA ORIGEM...

Por **OS ESPACIALISTAS**
Fotografia **OS ESPACIALISTAS**



"A vida humana perpetua o traço característico da infância: a aprendizagem, a educação permanente. Não estamos determinados a viver em nenhuma paisagem nem em nenhum clima, mas sim em conviver com semelhantes que nos ensinem e ajudem. O meio ambiente natural específico dos seres humanos é a sociedade."

in " A coragem de escolher" de Fernando Savater

Primeiro: Arte.
Segundo: Arquitectura.
Terceiro: Educação.

Arte

Talvez tenha sido esta a ordem primordial de aparecimento destas três formas de andar no mundo à medida que sondávamos a sua profundidade, delimitávamos o medo e o espanto, construíamos espaços onde nos guardávamos de noite e de dia, e nos protegíamos de todas as variações "*atmosfeéricas*" reais e imaginárias que apareciam e tínhamos necessidade de partilhar as coisas que nos aconteciam, com quem estava mais próximo.

À medida que íamos descobrindo que nascíamos uns dos outros, cumpriamos o instinto animal de jogar às escondidas, íamos encontrando outros iguais a nós e apreendíamos que o nosso meio ambiente natural era o espaço social – a casa de todos os nomes e símbolos – onde nomeávamos quem nascia, procedíamos à desobediência civil e descobríamos a escolha como aquilo que nos distinguia de todas as outras espécies companheiras. Construíamos enquanto agíamos as três manifestações humanas da vida que nos tornam humanos: a arte, a arquitectura e a educação.

Era um andar dentro e fora, numa correria ao sabor do tempo, à medida que nos descobríamos em queda livre permanente, sem qualquer espécie de sentido ou fim à vista a tentar perguntar de onde viemos, o que somos e para onde vamos.

Olhávamos para o céu e para o chão conforme aquilo a que fossemos mais dados. Olhávamos em frente, éramos pontos de fuga em movimento perpétuo. Fugíamos. Aprendemos a fugir em direcção a tudo aquilo que estava sempre mais à frente. Tornámo-nos seres enrodilhados em linhas de horizonte sem fim

à vista, e como consequência desenvolvemos a capacidade artística enquanto necessidade de fazer aquilo que nos faz. A arte sem porquê como resposta a tudo o que nos enfraquece.

Fazer arte é próprio das crianças travessas. Daquelas que gostam de atravessar com o corpo todo, tudo o que se atravessa no seu caminho, que têm bichos carpinteiros na ponta dos dedos dos sentidos todos. Todos os sentidos têm dedos. Uma espécie de animais almofadados, prontos a agarrar o mundo e a sonhá-lo ao mesmo tempo.

Cada gesto seu transforma-se numa forma de habitar o mundo, projectada de acordo com as variações "*atmosfeéricas*" do corpo de cada uma, em alteração contínua.

Ser criança é atravessar a vida de um lado para o outro, cruzando-a com o maior número de vidas possível que for capaz entretecer, transpondo-as, aproximando-se e afastando-se delas como se dobra e vira a esquina de uma rua, atravessa obliquamente uma cidade inteira.

É ser atravessado. É ser um ser atravessado, iluminado pela fantasia de poder cortar, rasgar, desfiar, amassar, traçar e colar todos os começos de vida que cada um de nós representa com a missão de fazer aparecer tudo o que nos excede na forma de seres imaginários que brotam da ferida aberta que é a vida, onde nos encontramos em estado de graça em busca do sentido lúdico da vida: o único jogo sem qualquer objectivo que nos espalhou pelos quatro cantos da terra, "*despecializando-nos*" de qualquer destino animal que podíamos ter na origem.

Sintetizados pela única ferramenta de investigação humana credível – a imaginação – a razão de ser da arte exposta a céu aberto e sem-fim à vista, que todos segregamos da ferida aberta que somos, abstraímos-nos



**“As crianças são por natureza arteiras.
Fazem arte por tudo e por nada,
pelo gosto de experimentar,
de testar e descobrir aquilo que está
escondido ao virar da esquina,
mesmo ali à sua mão de semear”**

numa forma de extracção que desgasta/delapida o sentido real das coisas e o transforma numa espécie de jóia que não pára de se cristalizar e irradiar (a) vida.

As crianças são por natureza arteiras. Fazem arte por tudo e por nada, pelo gosto de experimentar, de testar e descobrir aquilo que está escondido ao virar da esquina, mesmo ali à sua mão de semear, pronto a ser agarrado e a ser transportado para outro lado, com a ajuda da imaginação e a sua capacidade de escolha pura, sem qualquer juízo de valor e gosto, que não a mera capacidade de deixar aparecer o outro, capaz de estimular e vivificar as intensidades imaginárias do tempo e do espaço que nos rodeia.

A criança é o maior órgão amovível / sensível da Vida, é o excedente biológico e criativo do corpo de cada um, que sintetiza a possibilidade de brincar e criar laços ao longo da vida.

Atravessar é próprio das crianças travessas, que gostam de virar os espaços e as coisas às avessas. Não é atalhar caminho, mas entrelaçar, ir junto ao longo de um caminho. Não é construir pontes entre margens separadas mas entretecer tecidos em conjunto sentados à mesma mesa.

Interseccionar é tecer. Não cortar e não atalhar.

Se-mentes vives!

"Ecce pueri"
por portas e travessas!

Arquitectura

Cansados de fazer casas para os deuses moradores do céu, de viver em buracos no chão, cavernas e madrigueiras, ou de habitar nas copas das árvores, passamos a fazer casas para nos guardarmos a nós e àquilo que recolhíamos nos espaços exteriores por onde nos passeávamos. Desse impulso recolector de acumular coisas sem sentido nos espaços onde nos demorávamos, de nos relacionarmos afectiva e simbolicamente com elas pelo sentido mágico que lhe atribuíamos nasceram as nossas primeiras formas de habitar.

Habitar nasceu da repetição de gestos de deslocação e acumulação de objectos que ao serem empilhados, transformavam-se em paisagens interiores, montanhas mágicas da nossa imaginação.

À medida que caminhávamos de um lado para o outro aprendemos a viver em estado permanente de *reacção poética*, a relacionarmo-nos com aquilo que íamos encontrando, sem qualquer espécie de sentido objectivo, a não ser o de dar sentido simbólico àquilo que se atravessava no nosso corpo enquanto caminho.

De tanto andar de um lado para o outro, cansados de tanto olhar para cima, de onde só vinha vento e chuva, raios e coriscos, cabisbaixos por tanto perguntar sem resposta, descobrimos que no chão encontrávamos tudo o que precisávamos.

Na procura incessante de sentido e significado para vida começamos a apanhar pedras (e outras coisas), a figurá-las "pareidolicamente", a transportá-las



connosco e a acumulá-las nos espaços onde nos abrigávamos. À medida que nos descobríamos uns aos outros e descobríamos formas de partilhar medos e conveniências, de cooperar em ajuntamentos em nome da sobrevivência, conseguimos erguer em conjunto, pedras colossais do chão em direcção ao céu. Era o início da construção simbólica da humanidade, daquilo que nos diferenciava dos restantes animais e nos "desespecializava" de todas as outras espécies que se cumpriam geneticamente sem desvios.

Entre as grandes construções e as pequenas, tornamo-nos humanos à medida que nos ornamentávamos, decorávamos os espaços religiosos, os espaços domésticos e os pequenos objectos quotidianos à escala da mão. Aprendemos a nomearmo-nos uns aos outros, a partilhar palavras, experiências e modos de fazer, e assim fizemos aparecer a arte, a arquitectura e a educação, como modalidades de construção e condução da vida íntima em relação ao exterior e aos outros.





“Educar não é a transmissão de conhecimentos adquiridos, mas o alongamento conjunto da atenção de cada um, através do diálogo entre corpos presentes – linhas paralelas, horizontais, verticais ou diagonais”

Aprendemos a coleccionar ossos grandes e pequenos, astrágalos e crânios (as imagens sonhadoras nascidas da morte do nosso corpo) e a guardá-los simbolicamente como forma de prolongamento da vida. Imaginariamente aprendemos a memória.

A arquitectura como experiência tornou-se numa prática artística quotidiana, a necessidade existencial que nos faz resistir como seres e espécie. A *reacção poética* é aquilo que nos inventa e faz enquanto seres humanos a partir daquilo que encontramos e já está feito. O fazer poético cria os objectos ou instrumentos com que damos forma a nós próprios e aos espaços que habitamos.

Educação

A educação nasce da nossa necessidade de sairmos de casa, do corpo interior e próprio de cada um, em direcção ao mundo, com o único e exclusivo objectivo de cooperação: a fórmula secreta de natureza antropológica e ontológica que nos tem mantido vivos e ligados religiosamente ao longo dos tempos.

Educar não é a transmissão de conhecimentos adquiridos, mas o alongamento conjunto da atenção de cada um, através do diálogo entre corpos presentes – linhas paralelas, horizontais, verticais ou diagonais que nunca se encontram ou se encontram apenas

no infinito da vida de cada um – que partilham sem hierarquias, experiências, pontos de vista e linhas de horizonte, independentemente da idade do conhecimento de cada um. Corpos indisciplinados ligados não por pontes de atravessar, mas por tecidos de linhas entretecidas por todos, sentados à mesma mesa, lugar de comunhão e conversa transformada na grande praça de encontros da única coisa que temos em comum: o corpo. O colectivismo é o corpo.

A escola é o meio pelo qual apreendemos a revelação do mundo enquanto lugar de liberdade, amizade e amor, onde estudamos na presença uns dos outros e aprendemos a importarmo-nos em conjunto, onde o verdadeiro valor que aprendemos não é a reciprocidade da dádiva, da troca de dons mas a preocupação sua continuidade em direcção ao futuro, numa espécie de jogo infantil: passa a outro e não ao mesmo. Ensinar é dar aquilo que nos deram a quem nos é outro. É essa a verdadeira preocupação de quem partilha o que lhe deram: dar-se ao desconhecido.

Ao mesmo tempo que andamos peripateticamente juntos e ao lado uns dos outros, criamos campos de relações e correspondências de vida na forma de respostas *entre-dentres* que nos tornam seres intersticiais, moradores entretecidos e enternecidos do corpo uns dos outros.

Estudar é uma forma de importarmos-nos mutuamente. Educar não é explicar mas abrir formas poéticas de fazer juntos. É acabar com o explicador que há em cada um de nós e aprendermos em conjunto que só vivemos daquilo que está dobrado e guardado no espaço mais íntimo de cada um e nos transforma em poetizadores-presentes entre si.

Tal como o artista está muitas vezes presente na obra de arte que realiza através da sua presença física no espaço de exposição, também o professor é aquele que está sempre presente e que partilha aquilo que é e que tem com quem está sentado consigo à mesa, lugar de todos os encontros, onde cada um apresenta aquilo que transporta cuidadosamente consigo e ao mesmo tempo descobre que se encontra no seio da vida, que aparecemos sempre no meio de qualquer coisa que já está em movimento, uma espécie de caminho que nos en/caminha, que nos junta as camas para voltarmos a conviver e que nos ensina que só habita quem conversa e partilha na companhia dos outros o pão à mesa. Só voltaremos a ser comunidade quando tudo isto acontecer.

Educar é inclinar, é exercitar as inclinações de cada um, entre a posição vertical e a posição horizontal. Repousar, dormir e sonhar são a consequência visível da inclinação geométrica de cada um para determinada actividade ou acção poética.

O ângulo de inclinação de cada um em relação à vida quotidiana vertical é aquilo que determina as capacidades oníricas de cada um. Há dias em que a posição vertical se impõe e nos transforma numa espécie de pêndulo invertido, um metrónomo, que nos pulsa infinitamente e não nos deixa cair para melhor podermos sonhar e assim cumprir a função primordial da arquitectura que é abrigar as imagens do devaneio.

Temos de voltar a juntar as camas...

Aprender a fazer coisas com palavras.

A educação é o nascimento humano, o fruto resultante da relação amorosa entre a arte e arquitectura.

Da obra de arte e da arquitectura que a abriga, nasce a escola de condução poética em direcção ao mundo, o lugar de exposição do ser humano por natureza.

Arte, Arquitectura e Educação

Talvez tenham aparecido todas ao mesmo tempo, entretecidas umas nas outras em função de tudo aquilo que nos ia acontecendo como forma de nos mantermos vivos.



Misturadas, respiravam-se e correspondiam entre si. Trocavam experiências e tornavam-se a razão de ser uma das outras. Não poderia haver mundo sem nenhuma delas. Não haveria o mundo que conhecemos se elas não tivessem nascido umas das outras, paralelamente como nós.

A arte correspondia ao limite sagrado, a arquitectura abrigava-o e enquanto isso aprendíamos a expor-nos ao mundo, saindo para fora das construções que fazíamos, criando aulas a céu aberto, onde o tempo não tinha destino nem objectivo e era sem fim à vista, a essência do espaço a que dava corpo.

A arte correspondia à tentativa de compreender a vida. Era a resposta ao sagrado enquanto limite e prescrição. Era a separação do mais fraco do mais forte encarnado pelo desconhecido.

A arquitectura era a delimitação natural do sagrado, a casa dos deuses e de todas as imagens que nos orientavam na vida. A educação era a única maneira de agirmos, era a respiração comum que todos partilhávamos para sobreviver no meio natural do espaço comum social e cultural que conjuntamente construimos.

A natureza da arte é arquitectónica. A natureza da arquitectura é pedagógica. A natureza da escola é artística. O artista é o órgão perceptual da sociedade.

A arte é a segregação poética do excesso de vida que há em cada um de nós.

Resulta da troca de imagens produzidas pelos sentidos, entre o interior e exterior do nosso corpo, absorvidas e libertadas por ele através de todos os seus orifícios e poros da pele. Corporosidades.

É a passagem lenta e gradual do mundo imaterial dos conceitos e das ideias, dos perdidos e achados, dos desconhecidos e inexplicáveis, dos engodos e dos espantos para o mundo material de enchimento das formas, das palavras e das coisas, resultante das técnicas e materiais que temos à mão de semear.

A arte na vida, como em qualquer outra área da cultura, é o modo como aparecem as formas de ser humano no mundo a partir das trocas sensoriais, das excursões materiais e dos percursos de manutenção artística que fazemos nele. Ocorrem entre o interior e o exterior do corpo, a partir dos recursos materiais e das técnicas de abstracção disponíveis em cada momento de evolução técnica e poética da vida do mundo.

Através do exercitamento do Aparelho Reprodutor Artístico latente no corpo de cada um e do alongamento da atenção, aparece na forma natural de um nascimento humano, numa construção hábil reveladora

das inclinações de quem a faz ou na escolha de um objecto encontrado sem fim à vista.

A arte é a condição desnecessária e a escolha gratuita da vida.

A arte e a arquitectura vão à escola, para se transformarem em educação.

A arte é a arquitectura da educação.

A escola é a construção humana resultante da cristalização religiosa e filosófica que nasce da ligação entre arte e arquitectura.

E no início era a imagem, o grande armazém de sentidos da vida, que se recolheu e abrigou no espaço do corpo de cada um. E com o tempo de espera que tinha a mais fundou uma escola, enquanto tempo livre de conversa, espaço de lazer e ócio, de repouso e contemplação.

A arte era a forma de nascer, de rebentar no mundo. Do rebentamento das águas do mundo *autofecundo* nascemos nós, com a capacidade de explicar o mundo por palavras nossas.

Nascemos casas, tornamo-nos casas, morremos casas.

Sentimo-nos casas ao longo de toda a nossa vida.

Andamos de um lado para o outro. Fugimos para sobreviver.

Aprendemos a fazer escolhas. Tornamo-nos human ready-mades, obras de arte sem porquê, que escolhem filosofar como forma de prolongar a vida.

"Não para a vida, mas para a escola aprendemos", ensinou-nos Séneca na Antiguidade, muito antes da revolução burguesa no Renascimento lhe trocar a ordem das palavras e afirmar: *"Não para a escola, mas para a vida vivemos"*.

Atmosferas Bibliográficas:

Séneca, Friederich Nietzsche, Gaston Bachelard, Le Corbusier, Marcel Duchamp, Joseph Beuys, Vilém Flusser, Michel Serres, Fernando Savater, Tim Ingold, Josep Maria Esquirol, Juahni Pallasmaa, Emanuele Coccia, Juan Evaristo Valls Boix, entre outros.

TRÊS PONTOS E ALGUMAS DÚVIDAS

Por **JORGE MEALHA** | ARQUITETO
Fotografia **NUNO ALMENDRA**



*“Um homem propõe-se a tarefa de desenhar o mundo.
Ao longo dos anos povoa o espaço com imagens de
províncias, de reinos, de montanhas, de baías, de naves, de
ilhas, de peixes, de quartos, de instrumentos, de astros, de
cavalos e de pessoas.
Pouco antes de morrer descobre que esse paciente labirinto
de linhas traça a imagem do seu rosto.”*

Jorge Luís Borges, “Epílogo”, in O Fazedor

O que a alguns de nós nos interessa, enquanto professores de arquitectura, gravita muitas vezes num olhar debruçado sobre o processo da aprendizagem do ofício em si bem como sobre o meio onde esta opera, a Universidade.

A universidade não é, no âmbito da perspetiva que proponho, entendida como mero local de transmissão intensiva e massificada de um dado conjunto de saberes a um grupo indiferenciado de indivíduos, mas sobretudo como espaço alargado de divulgação, partilha, descoberta e discussão crítica em torno de conteúdos de informação e de saberes.

Um projeto pedagógico, um Plano de Estudos, a ter em conta ao longo de um ano ou de um curso de Arquitectura, o seu suporte e objetivos, pressupõe, para além do seu conteúdo mais ou menos sistematizado de um conjunto de princípios, conhecimentos e ações baseadas em ilações retiradas da experiência e resultados adquiridos em percursos anteriores, interiores e exteriores à sua génese, a formulação de algumas considerações quanto ao seu objeto.

Paralelamente assistimos atualmente a processos de hegemonização cultural acrítica, em resultado de uma híper mediatização global em que, entre outros fatores, podemos apontar:

- uma sobreposição, pulverização e miscigenação referencial;
- uma ênfase mediática dos macro e micro star systems;
- uma padronização e simplificação do suporte intelectual ao discurso.

A Universidade assume hoje um papel importante enquanto alternativa pragmática e lúcida quanto ao pensamento crítico acerca do presente, enquanto espaço de liberdade face à especulação em torno das questões sobre o futuro e re-entendimento, compreensão e contaminação do passado.

O Curso de Arquitectura de modo geral e a disciplina de Projeto em particular podem ser entendidos como espaços de debate onde esta, a arquitectura e a realidade em que opera, mais do que as formas com que se nos revela, corresponde às ideias (individuais e coletivas) expressas por essas formas e espaços, assumindo ser a escola o lugar privilegiado para o detonar do desenvolvimento consciente e suportado de um sentido crítico face aos diversos modelos, teorias e modas.

O ensino da arquitectura é aqui entendido como um percurso que extravasa largamente a prática do projeto em si. Assume que a aprendizagem de projeto, da arquitectura, pressupõe a instauração de uma rotura, apoiada num suporte eclético e provocador, transgressor, construído numa postura pedagógica biunívoca onde se ensina e aprende, continuamente, caso a caso.

E entende o projeto não como ponto de partida, mas pelo contrário, enquanto lugar de procura e descoberta de narrativas de expressão de uma visão do mundo.

As Primeiras Questões

“De um modo geral, todos pensamos que começar algo implica uma cronologia e uma geografia, uma situação no espaço e no tempo. Na verdade, cada início representa, na sua essência um dar lugar e tempo, isto é, um espaçar e um temporalizar: é um ato que propõe uma dimensão, que a decide e a recorta na cadeia espaço-temporal, separando-a e identificando-a na relação com o “antes” e o “depois”, e com o que está em volta. E o paradoxo reside sempre no facto de esse “agora” que é o início, instituindo uma localidade e uma cronologia particulares (não necessariamente novas ou extraordinárias, repare-se, mas, justamente, apartadas, descentradas relativamente ao curso normal dos acontecimentos), não ter por sua vez uma dimensão mensurável. Tentando explicar: o começo, em si mesmo, não se dispõe, não tem tempo nem espaço próprios, mas intercala-se no continuum espaço-temporal interrompendo-o e reorientando-o, entrecortando-o e mudando-lhe o rumo. Resumindo ainda: cada início é o lugar intransitável através do qual, porém tudo transita, o lugar que tudo continuamente atravessa e, ao fazê-lo, penetra num tempo e num espaço imprevisíveis, em boa medida, imprevisíveis. Iniciar, enfim é transgredir.”

Ettore Finazzi-Agrò, “O texto como Palimpsesto”, in Colóquio Letras 151/152

Muitas das primeiras questões colocadas na aprendizagem da arquitectura e do projeto assentam no facto desta se dirigir a estudantes que ignoram no início (quase) tudo relativamente ao seu futuro ofício, e onde ao professor se colocam um sem número de questões de resposta pouco evidente:

Como orientar os alunos sendo estes tão diferentes entre si?

Como despoletar um raciocínio consequente?

Como provocar o processo de deslizamento no início do projeto de cada aluno?



“Muitas das primeiras questões colocadas na aprendizagem da arquitectura e do projeto assentam no facto desta se dirigir a estudantes que ignoram no início (quase) tudo relativamente ao seu futuro ofício”



Como induzir uma interpretação superadora na compreensão de um programa?

Como integrar os fatores provocados pelas condicionantes?

Como desenvolver uma autonomia intelectual e postura autocrítica?

Como sugerir técnicas de seleção da sua própria produção e narrativa?

Como criticar, caso a caso, o seu trabalho?

Como conciliar os tempos, memórias e modos atuação de cada aluno com o tema em estudo e o conjunto da turma?

Como instaurar o prazer do conhecimento e da emancipação?

Como cruzar estas questões com o simples facto de se ser arquiteto pode não ser suficiente para transmitir e operar os nossos saberes intrínsecos, ou dito de outro modo, como evitar transmitir apenas o que individualmente sabemos fazer sem integrar as razões que fundamentam a produção e ação de um saber coletivo mais vasto, que, extravasando a prática do dia a dia, incida sobretudo numa narrativa crítica e de investigação.

Por isso questionamos crescentemente a transposição direta para o ensino de práticas muitas vezes pouco refletidas, onde a conceção não é mais que uma espécie de “caixa negra”, de coleção icónica e aleatória de imagens, acompanhada de um discurso mais ou menos inefável e, amiúde, ininteligível. Não falo obviamente de professores como Fernando Távora ou Manuel Táinha que pertenceram a uma geração que refletiu profundamente sobre o pensamento, a ética e a estrutura deste saber, repensando de modo integrado e contínuo a questão do ensino da arquitectura e da pedagogia em torno da sua aprendizagem.



Outra questão que normalmente também se coloca quando falamos de aprendizagem, prende-se com a noção da progressividade. É por vezes facilmente aceite que um qualquer ensino deva ser progressivo, partir do simples para o complexo, da pequena para a grande escala, etc, ou seja linear, perspético. Em arquitectura a questão da progressividade torna-se difícil de contornar dado que pelos seus próprios mecanismos no (re)conhecimento e revelação dos seus fundamentos, o projeto, se apresenta como um processo de sucessivas sínteses e escolhas. Não é, no entanto, pacífico afirmar que o ensino se deverá sempre iniciar através de projetos simples, dado que qualquer problema de arquitectura, independentemente da dimensão é intrinsecamente complexo. E no começo, em qualquer projeto, por diminuto que seja, os parâmetros a controlar e as opções exigidas ultrapassam quase sempre as capacidades dos estudantes.

Como manter num plano de operatividade pedagógica os objetivos quanto à forma, espaço, materialidade, história, crescimento urbano, tecnologia, etc., sem recorrer a artifícios que redundem na simplificação do processo?

Como motivar os estudantes numa aproximação interativa de objetivos múltiplos sem proceder a escolhas consideradas como arbitrárias e sempre redutoras aos olhos de outros?

Em matéria de pedagogia, de projeto de escola ou se quisermos de uma prática de ensino específica, nossa, é a partir daqui que se desenham as grandes opções.

É a partir da escolha dos artifícios redutores que permitem organizar uma aprendizagem da arquitectura e do projeto que se define uma doutrina de escola, interpelando diretamente a produção da arquitectura, a partir do plano de uma investigação do fazer suportada na teoria e no conhecimento.

Assumindo que a arquitectura expressa no projeto é contaminada pela realidade e que por sua vez, depois de (re)conhecida, construída ou não, a contamina, põe-se a questão do princípio da simulação da realidade no ensino de uma escola.

Onde começa e acaba a contaminação do real na escola?

De que realidade falamos aos estudantes?

Que nível de exclusão deveremos contemplar ou introduzir progressivamente no projeto?

A que aspetos da realidade da prática da arquitectura, nomeadamente do projeto, devemos dar ênfase no ensino?

Façamos o que fizemos, a aprendizagem da arquitectura redonda num jogo de simulação do mundo onde existe sempre o perigo, quer para o aluno quer para o professor, de confundir a ficção/simulação pedagógica com a realidade. O (re)questionamento quanto aos conteúdos pedagógicos do ensino da arquitectura incide no modo de tentar evitar que um plano de estudos ou um programa de um exercício se transformem num mero suceder de espetáculos para oferecer a um público passivo que toma apontamentos e que regista, aceitando docilmente receitas cujos conteúdos e narrativas não compreende nem adere, mas que repete mecânica e obedientemente.

Proponho, por isso, uma articulação de estratégias, que na sua perspectiva pedagógica e operativa, incidem sobre quatro vetores:

- Suporte
- Conhecimento
- Matéria

O Suporte é entendido enquanto processo de acesso e compreensão temática de conteúdos da investigação necessária para compreender e saber mais, ou seja, o acesso às fontes que conduzem ao conhecimento e à tomada de consciência dos pressupostos de dadas narrativas.

O Conhecimento, decorrente e contaminado pela investigação, como estrutura de articulação das ideias.

A Matéria, como expressão da capacidade de concretização física de conceitos e discursos na criação de territórios, formas e espaços.

A Comunicação, como capacidade de representação, apresentação e acentuação de narrativas em arquitectura.

Suporte (a perspectiva sobre a consciência)

Quando se confrontam com o desenvolvimento de um projeto, as(os) estudantes encontram normalmente dificuldades, dado que este não trata simplesmente de uma assemblagem lógica e sequencial de elementos, resultantes de uma análise “objetiva” através da qual detetamos os componentes a partir dos quais podemos intuir as respostas/sequências/soluções.

O processo de conceção da forma e do espaço coloca outras questões, que extravasam largamente o mero alinhamento extraído de conclusões analíticas. Se os alunos não dispõem de um suporte crítico que lhes permitam fundamentar interrogações prévias para colocar e propor algo, ficam perdidos. É aqui que surge a necessidade do “suporte”, de algo que estruture uma ignição. A(o) estudante, estimulado pelos processos e materiais fornecidos ao longo do seu percurso, depreende que existe uma proliferação conhecimentos/modos de expressão (narrativas) válidos para serem motivadores e justificadores de discursos de arquitectura. E que podem ser articulados na montagem da sua arquitectura.

A sensibilidade crítica, ou seja, a consciência que fundamenta a sua empatia e escolhas em face das diversas expressões da criatividade humana, do graffiti ao canto, da dança ao cinema, do design à culinária, com ênfase na produção de alguns autores contemporâneos.

Ao sugerir a construção de galáxias de conhecimento em que mais do que as formas produzidas em si, se questiona o modo como as soluções são mental e culturalmente construídas, permite a sugestão de uma fundamentação subjacente aos processos criativos de produção de arquitectura.

Daqui se depreende que uma das questões centrais no apoio à aprendizagem de arquitectura consiste de certo modo na indução da capacidade do discernimento face às interrogações decorrentes das condições internas das diversas produções. As referências bibliográficas e os conteúdos divulgados nas aulas potenciam leituras contextuais, plurais, procurando revelar e sistematizar referências absorvidas ou despoletar a consciência de outras, latentes ou anteriormente integradas.

As referências culturais são fornecidas pontualmente em relação a dados modelos e acompanhando os programas; as referências de âmbito geral, são externas da literatura à escultura e ao cinema: de Lawrence Durrell a Gaston Bachelard, de Jorge Luís Borges a Fernando Pessoa, de John Cage a Pierre Boulez, de Antoni Tapiés a Donald Judd, de Richard Serra a Alexander Calder, de Federico Fellini a François Truffaut.

Focámos até aqui a questão do suporte autónomo, aparentemente exterior, sobre o qual assenta, também, a aprendizagem de arquitectura. No entanto, sabemos que não é pelo facto de ter sido confrontado com múltiplas disciplinas e estímulos externos que o estudante, por si, se torna capaz de conceber e desenvolver projetos consequentes.

As disciplinas conexas, a cultura geral e o “burburinho” cultural são sem dúvida essenciais, mas o modo como se opera a passagem entre estes estímulos, e a sua instrumentalização na aprendizagem não é nem evidente nem imediata. Por outro lado, e de modo particular, a associação comum pesquisa/análise/conceção pode ser questionada dado que de uma boa pesquisa e consequente análise não resulta necessariamente numa boa solução de arquitectura.

É aqui que a ligação com os professores/conteúdos se torna crítica. A pesquisa e a análise (reconhecimento) sendo sem dúvida condições essenciais, pelo distanciamento que instauram face a processos, objetos



“A associação
comum pesquisa/
análise/
concepção pode
ser questionada
dado que de uma
boa pesquisa
e consequente
análise não resulta
necessariamente
numa boa solução
de arquitectura”

e imagens, podem por si não ser suficientes para assegurar o desenvolvimento de um projeto, de uma narrativa, de arquitectura. Uma boa solução não será forçosamente brilhante exclusivamente enquanto resultado apenas de uma excelente análise. Em contrapartida é essencial que o aluno seja capaz de intuir, no interior de um processo de crítica e seleção, quais os elementos da pesquisa e da sua própria produção que deverão ser selecionados e articulados para o desenvolvimento coerente de uma ideia.

Esta questão reenvia-nos para a importância do conhecimento como estrutura e suporte na emergência da consciência crítica no desenvolvimento das ideias.

Conhecimento (a consciência operativa do suporte)

“That is why I never tell students what they should use, and I never teach in terms of what architecture should be like. A teacher should work like a mirror and students have to be able to train him or herself”.

ARETS, Wiel. Entrevista: El Croquis 85

A questão do conhecimento, é aqui entendida como a articulação e a fundamentação entre teoria e prática, pressupondo o projeto como o lugar de verificação e interrogação crítica onde dialeticamente se relacionam saberes e opções.

O fundamento de uma narrativa em arquitectura consiste habitualmente não na procura de uma resposta em si, mas sim na constatação de uma interrogação, de uma perplexidade, onde a curiosidade e a invenção, apoiadas na observação, na experimentação e na cultura nos levam à questão do papel da intuição neste processo: a observação não ainda sistematizada e na qual esta opera.

A intuição corresponde à percepção direta, proveniente da contemplação intelectual orientada para a compreensão de um sentido, de uma relação, de um ser, visando a unidade, a globalidade, o cerne.

Quando o ensino de projeto é confrontado no primeiro ano do curso com alunos analfabetos do ponto de vista arquitetónico, põe-se uma questão: “como ensinar a ler e escrever arquitectura?”

O resultado de todos os habituais exercícios de leitura arquitetónica intensiva baseados na análise morfológica e espacial implícita em projetos e edifícios pode ficar reduzido a uma dimensão parcelarizada. Existe a probabilidade dos alunos tomarem consciência de apenas parte das questões envolvidas no processo. Estamos perante um processo semelhante ao de solicitarmos a estudantes saídos do ensino secundário e que pretendessem ser músicos, que produzissem um trecho musical sem saberem solfejo, ou sem serem capazes de ler uma pauta.

Num segundo nível, pressupondo o anterior entendimento de aspetos parcelares deste processo, o projecto assume a integração do tratamento e evolução da compreensão de dados e condicionantes diversas até à proposta de um objeto/discurso arquitetónico que controla e combina as partes e o todo. Trata-se de conhecer/compreender e simular técnicas de composição e figuras de repertório, tal como na música o contraponto e a harmonia, que mais tarde podem ser postos em causa, assumindo roturas conscientes.

A este nível não é ainda a escolha consciente da linguagem que é determinante na aprendizagem mas sim a compreensão dos seus pressupostos e fundamentação. O discurso das ideias para além de fundamentado, denuncia a consciência da matéria na concretização dos propósitos especulativos. O projeto de arquitectura começa então a ser entendido como processo tendente à sublimação/superação semântica uma premissa cultural, de questões quantificáveis, ligadas às sociedades, ao uso, à construção, às condicionantes, suportado pelas ideias, alicerçadas no conteúdo dos conhecimentos e referências adquiridos.

A partir do momento em que compreende os conteúdos do que lê e escreve em arquitectura o aluno começa a tomar consciência da sua narrativa interior, onde o conhecimento é, a partir daí, o suporte das ideias, das formas e territórios.

Matéria (a consciência da actuação no mundo)

“...assim entendida, a tecnologia abre-nos as portas ao estudo dos dois capítulos que considero como os mais sólidos pilares do processo de concreção da forma arquitetónica:

- o conhecimento material/técnico.*
- o conhecimento intelectual/estético.”*

TAÍNHA, Manuel. Texto de apoio. 1987

A arquitectura é indissociável da especulação acerca da sua possível materialização, mesmo quando, paradoxalmente, não é construída. Não exageramos quando consideramos que a história da arquitectura assenta também sobre a contextualização da sua génese construtiva, onde os métodos construtivos se desenvolvem e transformam muito lentamente. A consciência relativamente aos aspetos materiais e tecnológicos da conceção tende à compreensão do conjunto de conhecimentos subjacentes à compreensão e expressão dos conceitos e narrativas do discurso da arquitectura.

O conjunto de conhecimentos, relativos à escolha de materiais, princípios estruturais, comportamento de envolventes, conforto e redes técnicas permitem uma gradual apreensão e consciencialização de premissas de base indispensáveis à construção das ideias, por oposição a um ensino com receitas técnicas padrão para respostas a situações tipo.



**“A arquitectura
é indissociável
da especulação
acerca
da sua possível
materialização,
mesmo quando,
paradoxalmente,
não é construída”**

A madeira, a pedra, o barro, os metais, o vidro, os polímeros, os materiais compósitos, o betão são lidos simultaneamente em função das suas capacidades expressivas e características intrínsecas.

A expressão, a tecnologia e a materialidade como faces da mesma moeda. Do mesmo discurso. Este conjunto de conhecimentos, tendo em conta a escolha de materiais, princípios estruturais, comportamento de envolventes, conforto ambiental e redes técnicas permitirão a apreensão consciente e gradual de premissas de base indispensáveis à construção de edifícios, por oposição a um ensino com receitas técnicas padrão para respostas a situações tipo.

Gradualmente o aluno deixa de pensar arquitectura tendo a grafite, Kbytes ou cartolina como a realidade em si, passando a criar forma e espaço pressupondo matéria, tornando-se aqueles no suporte representativo de algo que se quer dizer e que pode vir a ser.

Comunicação (a consciência da representação e do discurso)

“Lorsque que je suis devant cinq personnes dont aucune n’a jamais fait vraiment le project, de quoi peut-on parler?... On aborderait la question à un “niveau intellectuel”. Mais on ne parlerait pas de la “chose”, la chose qui est le project...”

CIRIANI, Henri. L’enseignement du Project d’Architecture.

Por fim, referimos aqui a comunicação como “lugar” de confluência dos conhecimentos, da capacidade de expressão das ideias e dos conceitos. O aluno apreende que um projeto consiste num “processo” com “tempos” diversos, onde a pesquisa, a formulação e crítica de hipóteses, os tipos de comunicação expressiva ou codificada, o crescente detalhe, as sínteses e as tomadas de decisão, constituem facetas de um percurso finito.

A consciencialização de que em consequência da gestão dos interesses do aluno, existem fatores atuam com intensidade diferente e são opções intrínsecas à sua sensibilidade e arbítrio, permitem-lhe aperceber-se gradualmente da sua capacidade de os utilizar como meio de conceitualização da ideia.

O projecto entendido também como discurso sujeito a um sistema de comunicação com regras, leis e princípios que regulam a estruturação da leitura das formas conferindo-lhes consistência material e profundidade semântica, configura o conjunto de conhecimentos do fenómeno arquitetónico de que cada época dispõe como utensílio legado pela história. Ou seja, a tomada de consciência por parte do aluno de que a compreensão de um discurso de arquitectura é indissociável da sua representação e apresentação textual, gráfica e tridimensional.



FÁTIMA REIS

SECRETARIADO E ATENDIMENTO AO PÚBLICO

Conhece as voltas e transformações da Associação dos Arquitectos Portugueses/Ordem dos Arquitectos das últimas quatro décadas. A vida associativa-profissional complexificou-se na medida do crescimento do número de membros e das exigências da profissão. São “muitos anos de convivência, afinidade e companheirismo”.

Por **REDAÇÃO**

Fotografia **RAQUEL ROJAS**

Para ter uma memória dos inícios do trabalho desenvolvido pela Secção Regional do Sul da Associação dos Arquitectos Portugueses, AAP (Ordem dos Arquitectos desde 1998), é preciso conhecer o percurso de Fátima Reis, há 38 anos ligada às funções de secretariado e atendimento aos membros. Nos meados dos anos 80 do século XX fez parte de uma equipa inicial de cinco elementos quando as instalações, em Lisboa, estavam divididas entre a Rua Barata Salgueiro e a Rua do Salitre (onde funcionavam a Biblioteca e o J-A Jornal Arquitectos). Eram poucos os membros, a vida associativa fazia-se no contacto direto entre funcionários e arquitetos, e tudo se tratava com papéis para cá e para lá.

“Há uma relação de afinidade com os membros, pelos anos que cá estamos, pelo saber que tínhamos e temos sobre a vida deles. No início conhecíamos todos pessoalmente, sabíamos os seus números de associados de cor”. Fátima Reis tinha trabalhado antes numa farmacêutica e na empresa de recrutamento Manpower (também em secretariado) quando surgiu uma vaga para integrar a equipa da AAP. Quase quatro décadas depois, são notórias as diferenças: informatização dos serviços e muito mais membros a exercer a atividade profissional.

Apesar delas, Fátima está à vontade nas funções e aprecia-as positivamente. “Gosto do trabalho na Ordem. São muitos anos de companheirismo entre colegas e de afetividade com os membros. No trabalho está um bocado de nós e uma grande parte da nossa vida”. A existência do site institucional, do Portal dos Arquitectos e a desmaterialização dos procedimentos para obter certidões, declarações, enviar correio ou receber as inscrições na formação e nos estágios tornaram a familiaridade e a convivência mais distantes, embora os membros com mais anos de profissão se socorram da velha relação cara a cara para tratar de muitos assuntos.

“É certo que o movimento anterior trazia mais interação entre as pessoas, mas o trabalho é da mesma natureza. Acompanhamos os pedidos e as necessidades dos profissionais, tentamos fazer o melhor trabalho possível mais rápida e eficientemente”.

OBSERVATÓRIO DA FORMAÇÃO – 2025

CONCLUSÃO GLOBAL – FORMAÇÃO CONTÍNUA E FORMAÇÃO À MEDIDA

Por **ANDRÉ DAVID MARTINS**, ARQUITETO | VOGAL DA OA-SRLVT,
CATARINA BARRADAS, SERVIÇO DE FORMAÇÃO OA-SRLVT

A análise integrada das duas modalidades formativas desenvolvidas em 2025 – Formação Contínua (Plano de Formação Único) e Formação à Medida (intra-empresa) – revela uma estratégia formativa complementar, diversificada e de alcance significativo.

Dimensão e representatividade nacional

No âmbito da formação contínua, a OA-SRLVT registou 1 381 formandos em 166 ações de formação, correspondendo a 46,3% do total nacional. A esta oferta soma-se a formação à medida, com 76 formandos distribuídos por 7 ações intra-empresa dirigidas a 4 entidades institucionais, totalizando 157 horas de formação em regime laboral. No conjunto das duas modalidades, foram formados em 2025 mais de 1 450 profissionais e técnicos.

Perfil do público e complementaridade das modalidades

A formação contínua destina-se a membros da OA-SRLVT, com predominância de membros estagiários — que representam 77,4% do total de formandos —, mas abrangendo igualmente membros efetivos, respondendo às exigências do percurso de acesso à profissão e à atualização de competências ao longo

da carreira. Por sua vez, a formação à medida dirige-se a entidades institucionais, públicas e privadas, incidindo no desenvolvimento de competências digitais aplicadas ao contexto organizacional. Esta dualidade de públicos e de finalidades demonstra a capacidade de resposta tanto às necessidades individuais dos seus membros como às necessidades coletivas do setor.

Tendências temáticas transversais

Nas duas modalidades, a transformação digital emerge como a tendência dominante: na formação contínua, a área de Tecnologias e Transformação Digital concentra 87% de membros efetivos (122 em 140); na formação à medida, 84% dos formandos participaram em ações de BIM ou Revit Architecture. Esta convergência reforça a relevância estratégica das competências digitais para o exercício contemporâneo da arquitetura, tanto a nível individual como institucional. Paralelamente, a formação contínua regista uma expressiva procura nas áreas de Arquitetura e Urbanismo (406 formandos) e Direito e Desenvolvimento de Aptidões (317 formandos), refletindo a necessidade de atualização constante no enquadramento legal e metodológico da profissão.

A formação à medida como vetor de valorização institucional

Embora de menor dimensão em termos absolutos, a formação intra-empresa representa um segmento estratégico de elevado valor acrescentado. A concentração em 4 entidades clientes da administração pública e a especialização em competências BIM e de fiscalização de obras evidenciam a capacidade da OA-SRLVT em desenvolver respostas formativas customizadas às necessidades específicas das organizações. Esta modalidade constitui também um canal privilegiado de aproximação ao mercado institucional e de reforço do prestígio da Ordem junto das entidades empregadoras do setor.

Desafios e orientações estratégicas para 2026

Face aos resultados obtidos, identificam-se três eixos prioritários de desenvolvimento para o ciclo formativo de 2026. Em primeiro lugar, reforçar a adesão à formação contínua por parte dos membros efetivos, nomeadamente nas áreas de sustentabilidade, eficiência energética e intervenção no edificado, onde a procura permanece aquém do potencial. Em segundo lugar, alargar a carteira de clientes institucionais da formação à medida, diversificando as áreas temáticas

para além do BIM e incorporando temáticas como sustentabilidade, reabilitação urbana e enquadramento jurídico-urbanístico. Em terceiro lugar, assegurar a atualização contínua da oferta em resposta às crescentes exigências técnicas e normativas, garantindo que ambas as modalidades permanecem alinhadas com as necessidades reais do exercício profissional e com a evolução do quadro legal e tecnológico do setor.

Em síntese, 2025 confirma a Ordem dos Arquitectos como uma referência nacional na formação em arquitetura, distinguindo-se a Secção Regional de Lisboa e Vale do Tejo com maior número de membros a frequentar formação. A articulação entre a formação contínua, de amplo alcance e orientada para os membros da Ordem, e a formação à medida, especializada, flexível e ajustada às necessidades das organizações, constitui um modelo formativo maduro, coerente e sustentável, capaz de responder à diversidade dos públicos e às exigências do setor.

O investimento contínuo nestas duas modalidades será determinante para manter a relevância e a qualidade da formação da Ordem dos Arquitectos em Lisboa e Vale do Tejo.

OBSERVATÓRIO DA FORMAÇÃO – 2025

INDICADORES

Plano formação único – formação contínua

Período: 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2025

INDICADORES GLOBAIS

166

ações de formação
realizadas em 2025

68

Cursos distintos

2980

TOTAL
DE FORMANDOS

1381

FORMANDOS LVT

46,3%

do total nacional

1381

FORMANDOS
LISBOA E VALE DO TEJO

312

MEMBROS EFETIVOS

46,4%

do total nacional
de membros efectivos

1069

MEMBROS ESTAGIÁRIOS

48,9%

do total nacional
de membros estagiários

PERFIL DOS FORMANDOS

Em 2025, a Ordem dos Arquitectos realizou 166 ações de formação, envolvendo um total de 1 381 formandos pertencentes à Secção Regional de Lisboa e Vale do Tejo. O perfil dos participantes da OA-SRLVT é maioritariamente composto por membros estagiários (77,4%), refletindo a importância da formação no processo de integração profissional na Ordem dos Arquitectos.



1381 FORMANDOS
LVT

312

MEMBROS EFETIVOS

22,6%

do total

1069

MEMBROS ESTAGIÁRIOS

77,4%

do total

FORMANDOS OA-SRLVT POR ÁREA TEMÁTICA



29,4%
Arquitetura e Urbanismo

23,0%
Direito e Desenvolvimento de Aptidões

14,1%
Intervenção no Edificado Construído

12,1%
Construção Civil

10,6%
Sustentabilidade e Eficiência Energética

10,1%
Tecnologias e Transformação Digital

0,7%
Áreas de Especialização

A oferta distribui-se por 7 áreas temáticas e 68 cursos distintos. As áreas de Direito e Desenvolvimento de Aptidões (317 formandos) e Arquitetura e Urbanismo (406 formandos) destacam-se como as mais procuradas. A área de Tecnologias e Transformação Digital regista o maior peso de membros efetivos (122 em 140, ou seja, 87%), com destaque para os cursos de Revit Architecture (82 formandos nos três níveis) e Visualização com Inteligência Artificial para Arquitetos (16 formandos).

TOP 10 CURSOS POR NÚMERO DE FORMANDOS

MEMBROS ESTAGIÁRIOS



96
Honorários em Arquitetura

78
Coordenação de Projeto - Nível 1

68
Instrução do Processo

51
Direito de Propriedade e RJUE

35
Metodologias no Projeto de Execução Peças Escritas

32
Metodologias no Projeto de Execução Peças Desenhadas

240
Estatuto e Deontologia

43
Anomalias em Edifícios

37
Reabilitação de Estruturas de Betão Armado e Metálicas

34
Eficiência Energética em Arquitetura

MEMBROS EFETIVOS



23
Honorários no Exercício da Profissão

19
Gestão e Coordenação de Projeto

13
Novo Regime Aplicável à Reabilitação de Edifícios e Frações Autônomas

25
Alterações ao RJUE DL 10/2024 de 8 de janeiro

10
Definições, Procedimentos, Normas e Certificação em Direção de Fiscalização de Obra

42
Projetar com o Revit Architecture – Nível 1

25
Projetar com o Revit Architecture – Nível 2

16
Visualização com Inteligência Artificial para Arquitetos

15
Metodologia BIM (Building Information Modeling)

13
Projetar com Archicad – Nível 1

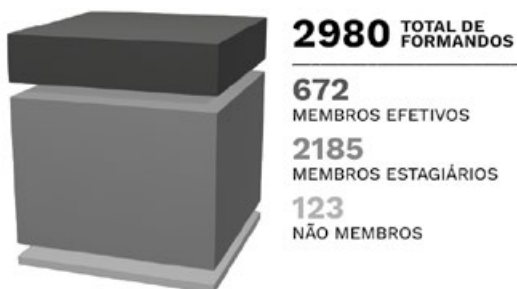
Os estagiários privilegiam cursos estruturantes da profissão e o enquadramento legal, enquanto os membros efetivos evidenciam uma maior procura por competências tecnológicas, especialização e atualização profissional.

CONTEXTO NACIONAL

A Secção Regional de Lisboa e Vale do Tejo representa a principal secção em termos de formação a nível nacional, concentrando 46,3% do total de formandos e destacando-se particularmente no segmento dos membros estagiários, onde atinge 48,9% do universo nacional.



Com 1 381 formandos, a OA-SRLVT concentra 46,3% do total nacional de formandos nas 7 Secções Regionais (universo de 2 980 formandos), consolidando-se como a secção com maior número de formandos. No segmento dos membros efetivos, a OA-SRLVT representa 46,4% do total nacional (312 em 672), e no dos estagiários, 48,9% (1 069 em 2 185), o que reflete a forte concentração de novos profissionais na área metropolitana de Lisboa.



Formação intra-empresa

Período: 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2025

INDICADORES GLOBAIS

7

**AÇÕES DE FORMAÇÃO
REALIZADAS EM 2025**

Modalidade intra-empresa

76

**TOTAL
DE FORMANDOS**

4

ENTIDADES CLIENTES

157

**TOTAL
DE HORAS**

Regime laboral

PERFIL DAS ENTIDADES CLIENTES



55%

Administração local intermunicipal

18%

Serviço municipalizado (Entidade pública local)

16%

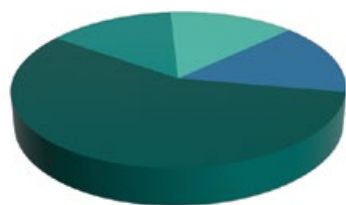
Empresa privada concessionária de serviço público

11%

Instituto público (Administração indireta do Estado)

O gráfico mostra uma predominância de formandos da Administração Local intermunicipal (42, cerca de 55%), seguida dos Serviços Municipalizados (14, 18%) e das empresas concessionárias de serviço público (12, 16%). Os institutos públicos da administração indireta do Estado têm menor representação (8, 11%).

CURSOS DESENVOLVIDOS



15%

Gestão e Fiscalização de Obras

14%

Projetar com Revit Architecture – Nível 2

14%

Metodologia BIM (Building Information Modeling)

57%

BIM com recurso ao Revit

7 ações realizadas, todas em modalidade Formação à medida (intra-empresa).

76 formandos em total, com média de 10,9 por ação

157 horas de formação, distribuídas entre cursos de 20h, 21h e 24h.

4 clientes institucionais

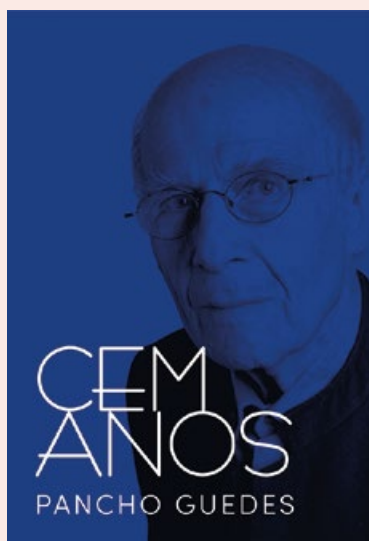
Concentração temática forte em BIM/Revit – 64 dos 76 formandos (84%) estiveram em ações de BIM ou Revit Architecture, refletindo uma procura institucional clara por competências digitais na construção. Apenas 1 ação foi de gestão e fiscalização de obras (12 formandos).



DESCRITIVAS MEMÓRIAS

Autor: Francisco da Silva Dias
Editora: Caleidoscópio
Língua: Portuguesa
ISBN: 9789896588854
Cota: MP-FSILVA DIAS 01

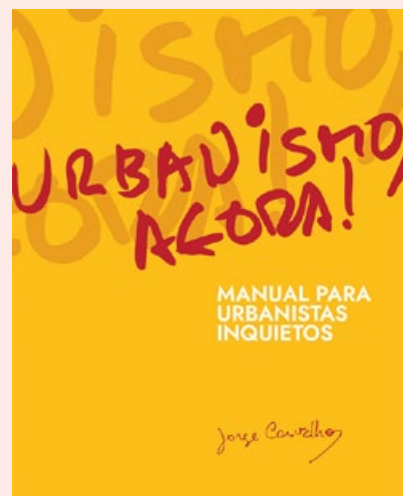
Em *Descritivas Memórias*, Francisco da Silva Dias, convida o leitor a percorrer um conjunto de experiências de vida marcantes, reflexos da vivência diária e da sensibilidade do seu olhar de homem e arquiteto. A obra constrói-se através de fragmentos de memória que traçam o seu percurso de vida, desde os 20 anos, revelando ambientes, costumes, personagens, culturas e transformações sociais e políticas. Com um estilo introspetivo e narrativo, o livro de textos, desenhos e fotografia, valoriza o detalhe e a experiência individual, transformando experiências pessoais em reflexões sobre o tempo e a identidade. Entre nostalgia e análise, oferece-nos um retrato íntimo e simultaneamente universal da vida e das suas mudanças.



CEM ANOS – PANCHO GUEDES

Coordenador: Miguel Santiago
Editor: O.A. – Secção Regional de Lisboa e Vale do Tejo, 2025
Língua: Portuguesa
ISBN: 9789728897864
Cota: AAP-OA 153

Cem Anos, de Pancho Guedes, celebra a vida e o legado de uma das figuras mais marcantes da arquitetura do século XX português. Produzido no âmbito do centenário do seu nascimento, o livro constrói-se como um conjunto de olhares sobre o seu percurso, destacando a sua abordagem livre, criativa e profundamente artística. Entre arquitetura, pintura e escultura, destacou-se um criador que rompeu convenções e desafiou normas, desenvolveu uma linguagem própria, marcada pela forte ligação ao contexto cultural africano. Edição coordenada por Miguel Santiago e prefácio de Pedro Novo, conta com contributos de Pedro Gadanho, Ana Vaz Milheiro e Jorge Figueira, entre outros.



URBANISMO, AGORA! MANUAL PARA URBANISTAS INQUIETOS

Autor: Jorge Carvalho
Editor: ATAM – Associação dos Trabalhadores da Administração Local
Língua: Portuguesa
ISBN: 9789728896225
Cota: URB 380

A obra *Urbanismo, Agora!*, organiza-se em torno de uma reflexão crítica sobre o estado do urbanismo contemporâneo em Portugal. Reflete preocupações como a evolução do planeamento urbano, a relação entre território, cidadania e sustentabilidade, a expansão urbana, mobilidade e ordenamento, o papel das políticas públicas e da administração local e sobre a necessidade de planear cidades mais inclusivas. O conceito “urbanista inquieto” surge como fio condutor, representando um profissional crítico, atento às transformações sociais e disposto a questionar os modelos estabelecidos. O livro apresenta-se sob a forma de um manual que, de forma construtiva, contribui para o debate sobre o futuro das cidades.



ELEGÂNCIA ÚNICA

SIKA® COMFORTFLOOR® MARBLE FX

Um Pavimento Elegante e Resistente

Sika® ComfortFloor® Marble FX é um revestimento em poliuretano resiliente auto-alisante para pavimentos, desenvolvido pela Sika®, com um pigmento que permite criar efeitos decorativos durante a aplicação e assim realizar um trabalho exclusivo. Utilizando ferramentas especiais, é possível obter diferentes padrões e efeitos que conferem ao pavimento uma expressão única e contínua – apenas a imaginação estabelece os limites artísticos. Este tipo de pavimento é adequado para espaços empresariais, residenciais e institucionais, como ambientes de escritórios, lojas, escolas e residências particulares, onde se deseja um aspeto moderno, criativo e único.



SAIBA MAIS EM
WWW.SIKA.PT

A CONSTRUIR CONFIANÇA



Mag Rodrigues

Instagram: @mag_____rodrigues

Fotografias de edifícios de ensino na Região de Lisboa, desde creches a universidades, mostrando a diversidade de espaços associados a diferentes fases do percurso académico e educação. Cada imagem apresenta um lugar distinto, com características próprias ao nível da forma, escala e linguagem visual.

A série foi desenvolvida a partir de uma abordagem consistente, procurando registar cada edifício de forma clara e direta, mas não menos artística. As fotografias centram-se em aspectos visuais essenciais, como volumes, cores e organização dos elementos.

Capa: Faculdade de Ciências – ULisboa

Página 1: Creche da Estrada da Luz

Páginas 118-119: Faculdade de Ciências – ULisboa, Campo Grande

Página 120: Faculdade de Ciências – ULisboa

Página 121: Faculdade de Ciências – ULisboa, Campo Grande

Página 122: Creche da Estrada da Luz

Página 123: Creche Quinta dos Mimosinhos, Benfica















VERDASCA
GROUP



verdascagroup.pt



Painel GRC



Laje Treliçada



Painel Duplo



Varanda



Pilares



Soluções Modulares



Escada



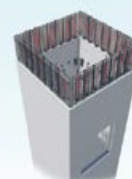
**Pré-Laje e
Laje Alveolar**



Painel Sandwich



Painel Maciço



Núcleo Elevatório

**A Arquitetura do Amanhã Começa
Com os Materiais de Hoje**

